

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da  
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da  
TAP, S. A.**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 26

18 de maio de 2023

(17,41 h – 01,17 h)

**Ordem do dia:** — Aprovação da ata da reunião n.º 20, de 4 de maio de 2023; apreciação e votação de requerimentos; audição do Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba.

**Presidente da Comissão:** António Sales (PS)

Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados Oradores:** Pedro Filipe Soares (BE)

André Ventura (CH)

Bruno Aragão (PS)

Bruno Dias (PCP)

Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Bernardo Blanco (IL)

Paulo Moniz (PSD)

Filipe Melo (CH)

Hugo Carneiro (PSD)

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, vamos dar início à nossa reunião, esperando que se faça algum silêncio na sala para podermos ter condições.

*Eram 17 horas e 41 minutos.*

Na nossa ordem do dia temos, na primeira parte, a aprovação da ata da reunião n.º 20, de 4 de maio de 2023. Vamos votá-la.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Vamos passar à apreciação de cada um dos três requerimentos subsequentes.

O primeiro, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, é o requerimento para pedido de documentação à Ernst & Young, a versão preliminar (em qualquer fase) ou final (concluída ou não), bem como todos os documentos de suporte, relativos à auditoria aos prémios e remunerações pedidos pela TAP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, creio que todos os Srs. Deputados e todas as Sr.<sup>as</sup> Deputadas conhecem o requerimento. A não ser que alguém precise de algum esclarecimento adicional, proponha não o apresentar e só votarmos o requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo e não havendo necessidade de esclarecimento adicional, penso eu, vamos passar à votação do requerimento.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O segundo requerimento, também do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, é o requerimento para pedido de documentação à PARPÚBLICA e Ministério das Finanças da pasta de transição entregue pela PARPÚBLICA aquando da entrada em funções do XXI Governo Constitucional (26/11/2015).

Penso que podemos utilizar a mesma metodologia. Vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O terceiro requerimento, do Grupo Parlamentar do Chega, é o requerimento para requisição de imagens provenientes do sistema de videovigilância nas instalações do Ministério das Infraestruturas (MI), na noite de 26 de abril.

Dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente. Como, neste caso, houve uma alteração, era importante apenas sinalizá-la.

Ontem, depois da discussão que houve nesta Comissão sobre a importância para a descoberta da verdade de requisitar as imagens de videovigilância, que, aparentemente, o próprio Ministério das Infraestruturas está na disposição de divulgar, fomos alertados, ainda em tempo desta Comissão, de que há um prazo que a lei estipula, de 30 dias, para a conservação destas imagens. Por isso, a alteração do requerimento foi no sentido de, em vez de ter um ponto, ter dois pontos, um deles a pedir uma intimação urgente para a conservação daquelas imagens e o outro para a entrega a esta Comissão, no prazo mais rápido possível, dessas imagens.

Portanto, é nesse sentido o requerimento, que foi já entregue por escrito à Comissão para substituição.

O Sr. **Presidente**: — Dado que o aditamento também já foi distribuído, que já o conhecem, não sei se algum dos Srs. Deputados quer tomar da palavra.

*Pausa.*

Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Boa tarde, Sr. Presidente, cumprimento também as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados.

Respondo já em relação a este requerimento e aos outros — enfim, faço uma reflexão de todos. Viabilizaremos todos os requerimentos, mas, sobre este em particular, queria que ficasse registado em ata que entendemos que este requerimento está fora do objeto desta Comissão.

Isto é matéria criminal. Não sei se o Ministério Público já terá estas imagens, ou não; e se, tendo, as disponibilizará, ou não. Portanto, também pouco importará, mas queria que ficasse esse registo em ata.

Viabilizá-lo-emos pela razão simples de que, sobre todo este processo e sobre aquilo que tentamos apurar nesta Comissão, não queremos, de maneira nenhuma, que subsista qualquer dúvida sobre a lisura que tentamos pôr no processo e sobre a verdade, que deve ser o mais factual possível. É só nesse sentido que o vamos viabilizar, porque, claramente, isto é matéria criminal, que até já correrá no inquérito do Ministério Público. Portanto, nesse sentido, viabilizá-lo-emos, mas com esta nota.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Os acontecimentos e o assunto que é objeto deste requerimento, neste caso das imagens que este requerimento visa obter, são da maior gravidade. Tomámos conhecimento da situação durante os trabalhos da Comissão de Inquérito e, eventualmente, até foi por causa da Comissão de Inquérito que eles tiveram lugar.

Em todo o caso, a situação em concreto, a atuação das pessoas dentro do Ministério e os eventuais casos de foro criminal não têm a ver tanto com a gestão da TAP, têm a ver com outro tipo de problemas.

O PCP vai abster-se na votação deste requerimento, porque, como temos dito a propósito de requerimentos deste tipo, reafirmamos, mais uma vez: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas dois esclarecimentos, antes de votarmos este requerimento. O primeiro é de que o pedido do Chega não vai no sentido — penso que de nenhum de nós, aqui — de fazer qualquer apreciação jurídica ou criminal dos factos relativos a agressões ou putativas agressões. Isso cabe à justiça. Mas estando estes factos envolvidos não só na potencial contradição de depoimentos — e isso, sim, deve interessar a esta Comissão de Inquérito, podendo até, e tendo o dever de o fazer, extrair para o Ministério Público as suas consequências — como no acesso a informação confidencial, parecem estar perfeitamente no âmbito da Comissão.

Finalmente, porque é que o requerimento é para intimar o ministério e não o Ministério Público? Hoje, o Ministério Público deu conta de que havia um inquérito em curso, e provavelmente até já terá as imagens, só que, no

âmbito do Ministério Público, neste caso, o inquérito encontra-se em segredo interno e externo, o que significa que esta Comissão tem de intimar o Ministério das Infraestruturas e não o Ministério Público para a entrega das imagens, na nossa perspetiva.

O Sr. **Presidente**: — Se não houver mais nenhuma intervenção, vamos então votar este requerimento.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH André Ventura, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PS António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Quanto aos outros assuntos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, gostaria de dizer o seguinte: houve um conjunto de *e-mails* provenientes do MI (Ministério das Infraestruturas) que me foram hoje enviados, ainda antes da vinda do Sr. Ministro, por via de uma insistência feita pela Mesa, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista informal.

Esses *e-mails* chegaram-nos, foram distribuídos, mas há um *e-mail* que, por ser um documento classificado — ofício n.º 1072, para a MAAP (Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares) —, é óbvio que irá para a sala de segurança. Portanto, gostaria de dar esta informação às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Não havendo mais nenhum assunto, vamos interromper a nossa Comissão, para eu poder ir buscar o Sr. Ministro das Infraestruturas, João Galamba.

Muito obrigado e até já.

*Eram 17 horas e 50 minutos.*

Uma vez mais, muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

Sr. Ministro, bem-vindo à Comissão Parlamentar de inquérito.

Como sabemos, em termos de Regimento, os inquéritos parlamentares têm por função não só vigiar o cumprimento da Constituição e das leis como, também, apreciar os atos do Governo e da Administração.

Relembro o Sr. Ministro e as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados de que qualquer comissão parlamentar de inquérito tem um objeto definido, assumindo os Srs. Deputados membros desta Comissão um compromisso de isenção naquilo que é o apuramento dos factos sujeitos a inquérito.

As comissões parlamentares de inquérito são um dos instrumentos mais nobres do funcionamento regular das instituições no que respeita, principalmente, ao princípio da separação de poderes.

O respeito pela Comissão e pelos portugueses está acima de quaisquer outras lógicas. Eu diria que respeitar a Comissão e as suas regras de funcionamento é, garantidamente, dignificar o Parlamento e credibilizar a democracia. E é para isso, com certeza, que aqui estamos todos, para credibilizar a democracia.

Por isso, Sr. Ministro, permita-me que lhe recorde os seus direitos e deveres, que passarei a ler. Como é do conhecimento, os direitos e deveres do depoente, que enuncio de seguida, resultam da articulação das normas do

Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares com as normas do Código de Processo Penal, referentes à prova testemunhal.

Passo a enunciar os direitos: o depoente tem direito a não responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilidade penal, nomeadamente quando da resposta puder resultar a violação do segredo de justiça, punível criminalmente nos termos do artigo 371.º do Código Penal; ao depoente não podem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes ou de qualquer outra natureza que possam prejudicar a espontaneidade e sinceridade das respostas; o depoente tem direito a ser inquirido sobre os factos de pessoa ou conhecimento direto — é o princípio da imediação; o depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos que podem servir de prova, fazendo-se menção da sua apresentação e junção ao processo.

Agora, os deveres: o depoente tem o dever de depor sobre factos relativos ao objeto do inquérito, mantendo-se à disposição da Comissão de Inquérito até ser por ela desobrigado; a recusa de depoimento só se tem por justificada nos termos gerais da Lei Processual Penal; o depoente deve cumprir as ordens legítimas da Comissão de Inquérito, nomeadamente quanto à forma como o depoimento deve ser prestado, sob pena de incorrer na prática de crime de desobediência qualificada — é o artigo 19.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares; o depoente deve também responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho — artigo 360.º do Código Penal; quando conveniente, podem ser mostradas peças do processo e documentos que a ele respeitem; não pode servir de meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou fonte através da qual tomou conhecimento indireto dos factos; e, por último, a manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação só é admissível nos dois casos seguintes, no da alínea *a*), quando for impossível



cindi-la do depoimento sobre factos concretos, e ainda quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte.

Como sei que o Sr. Ministro não tem depoimento inicial, por economia de tempo eu diria que iniciaríamos desde já a nossa audição — e sei que o Sr. Ministro conhece a grelha, que é a grelha A, com três rondas —, dando para isso a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Bruno Dias.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro João Galamba, boa tarde a todos.

Sr. Ministro, nenhum de nós ignora o quadro em que esta audição se realiza e nenhum de nós ignora o motivo para que a audição tenha sido antecipada desta forma, com a urgência que foi, aliás, resultante da deliberação unânime da Comissão de Inquérito. Isto é, esta audição foi antecipada por causa do conjunto de acontecimentos e situações que têm vindo a ser relatados sobre o seu gabinete.

São acusações de extrema gravidade que suscitam a maior preocupação, desde logo quanto ao respeito pela lei na atuação do Ministério, do Sr. Ministro e do seu gabinete, desde acusações de roubo, de sequestro, de ameaças físicas, de agressões, até acusações de utilização dos serviços de informações da República em missões que, claramente, não se enquadram naquilo que a lei admite. Portanto, é indispensável que tudo seja cabalmente esclarecido, desde logo por quem tem os meios e as competências primeiras para o fazer — e estou a falar do Ministério Público e da Polícia Judiciária —, mas naturalmente que esta audição também servirá para isso.

Mas nesta audição vamos falar da TAP, e hoje vou conseguir fazer perguntas sobre a TAP. Porque, enquanto andamos todos a discutir quem é que agrediu quem no seu gabinete, o Governo está, de facto, a preparar

afincadamente mais uma nova tentativa de privatização da TAP — e esta privatização da TAP feita, mais uma vez, nas costas do povo português, apesar desta ilusão de que todos os dias falamos da TAP quando, na realidade, falamos de tudo menos da TAP.

Então, nesta 1.<sup>a</sup> ronda, tenho questões muito concretas para colocar sobre a TAP.

O processo de privatização da TAP já vai longo. Em 2000, a TAP também iria falir se não fosse privatizada; afinal, faliu a empresa que a ia comprar, que era a Swissair, e faliu a Sabena, que a Swissair já tinha adquirido na altura.

Em 2012 também era inevitável privatizar a TAP, porque se a TAP não fosse vendida iria à falência. Ora, a venda foi travada no último momento e quem foi à falência foi a Avianca, que ia comprar a TAP.

Em 2015 também era inevitável privatizar a TAP, pois tinha capitais negativos de 500 milhões de euros. Mas esses capitais foram 200 milhões de euros mais negativos em 2019, depois de quatro anos de gestão privada.

E quando chegou a pandemia, os privados «meteram-se ao fresco» e nós tivemos de tapar os buracos que a gestão privada tinha aberto, mais os buracos das várias tentativas de privatização. Sem a intervenção pública a TAP teria sido destruída pela pandemia, em 2019 e 2020.

Portanto, a pergunta que, antes de mais, coloco ao Sr. Ministro é se não estará na altura de reconhecer que a TAP é uma valiosa empresa nacional, que só sobrevive neste contexto enquanto for uma empresa pública, e de parar, por isso, os processos de privatização.

O Sr. Dr. **João Galamba** (Ministro das Infraestruturas): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes do mais, queria cumprimentar o Sr. Presidente e todos os Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas presentes.

Sr. Deputado Bruno Dias, agradeço a sua pergunta. É, de facto, uma Comissão de Inquérito sobre a gestão política da TAP e é sobre a TAP que eu... Obviamente, estarei disponível para responder a todas as perguntas, mas agradeço que me faça perguntas sobre a TAP.

Sr. Deputado, não vou... Se quiser podemos fazê-lo, mas as privatizações passadas e as várias tentativas, no nosso entendimento, foram remendos com parceiros pouco fiáveis, com modelos de negócio pouco sustentáveis e, de facto, concordo com o Sr. Deputado em que múltiplas experiências passadas, muitas delas não concretizadas, uma em concreto concretizada e depois alterada, não são exemplos de sucesso. Aí, estou de acordo consigo.

O que o Governo está a fazer — e, obviamente, a gestão da TAP, os trabalhadores da TAP e a TAP — é a implementar um plano de reestruturação difícil. Também poderemos falar disso, mas sobre a questão da privatização em concreto, neste momento, o que o Governo anunciou e publicou foi uma resolução de Conselho de Ministros (RCM) onde se procura avaliar a TAP. Na sequência dessa RCM será, então, publicado o decreto-lei que vai enquadrar a privatização.

O Sr. Primeiro-Ministro já disse publicamente que o Estado português deseja manter uma participação na TAP, e obviamente que estamos nesse processo.

Digo-lhe apenas, Sr. Deputado, qual é a preocupação do Governo. A preocupação do Governo é, e tem sido sempre — em toda a nossa atuação, e em particular na minha, desde que assumi estas funções, no dia 4 de janeiro —, defender a TAP, defender a sustentabilidade futura da TAP.

E, sim, Sr. Deputado, o Governo entende que é importante, primeiro, não nos alhearmos do contexto onde a TAP opera e da realidade concreta que existe hoje no mundo da aviação. Os processos de consolidação de grandes grupos europeus são uma realidade, e eu percebo que o Sr. Deputado

tenha uma visão diferente, mas o Governo entende que não pode estar alheado dessa realidade. E, em defesa da TAP, da companhia aérea de bandeira portuguesa, que desempenha um conjunto de funções e presta um conjunto de serviços de interesse público, entende ainda que esse é o nosso foco. Entendemos que, sim, pode fazer sentido abrir o capital da TAP e avaliar a sua integração num grande grupo de aviação, à semelhança de outros processos semelhantes.

É nessa fase que estamos hoje, Sr. Deputado. Espero ter respondido à sua pergunta.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora, o Sr. Ministro diz que os grupos europeus são uma realidade e eu não o vou desmentir, mas essa dinâmica de grupos não põe tudo no mesmo plano. Há os grupos que têm quem mande neles e, depois, dentro desses grupos há aqueles que são os subsidiários, e nós seríamos sempre dos subsidiários.

Há muitos anos que a PCP denuncia o processo de liberalização que está a concentrar essas companhias de bandeira da União Europeia. No fundamental, são três operadoras autorizadas a conservar a sua dimensão e a agrupar-se com as outras: a Lufthansa, a Air France-KLM e a British-Iberia, a IAG. Cada uma delas tem vindo a absorver outras companhias e foi este o caminho que o Governo escolheu, ao qual escolheu submeter-se. Porque a TAP, na melhor das hipóteses, seria uma subsidiária regional e, na pior das hipóteses, acabaria por desaparecer. A TAP ficaria subordinada à estratégia de uma companhia que hoje é concorrente da TAP; o *hub* de Lisboa seria subsidiário do *hub* de Frankfurt, ou do de Madrid ou do de Paris; a TAP Manutenção&Engenharia, que fazia manutenção para a Lufthansa e tantas outras companhias, passaria para a alçada da Lufthansa Technik, por exemplo. E este caminho, de duas uma, ou foi imposto ao Governo ou foi uma escolha do Governo, é a pergunta que faço. O Sr. Ministro confirma que

esta opção não foi decidida por mais ninguém que não pelo Governo? Ou seja, não é uma inevitabilidade, é uma opção política.

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sr. Deputado, o processo iniciou-se com o chamado *market sounding*, que foi conduzido pela própria TAP — e que, no fundo, não é mais do que uma avaliação, uma auscultação do mercado — , para perceber se havia ou não interessados na TAP, que tipo de interessados, que tipo de operações semelhantes a esta foram feitas no passado, com que condições, com que riscos, positivos ou negativos.

Essa análise foi feita e o que Governo fez, a seguir, através de uma RCM, foi mandar a PARPÚBLICA para fazer a avaliação da companhia.

O modelo concreto da abertura de capital não está definido. Isso será, obviamente, definido no decreto-lei e, mesmo aí, o decreto-lei é suficientemente aberto para permitir um conjunto de operações. Portanto, Sr. Deputado, neste momento não está uma decisão final tomada quanto à percentagem exata de capital. Lá chegaremos, e teremos certamente muitos debates sobre isso.

Mas a preocupação do Governo... O Sr. Deputado disse aqui que a TAP seria, necessariamente, um parceiro menor...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Uma subsidiária.

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Uma subsidiária, exatamente.

Há muitos casos, recentes, de operações análogas a esta onde foram identificados riscos como aquele que o Sr. Deputado agora aponta, e a realidade veio demonstrar que não tem de ser forçosamente assim.

Se o Sr. Deputado me pergunta se há riscos, claro, e é por isso que o Governo quer acautelar um conjunto de elementos. E são esses elementos

que o Governo pretende acautelar que têm pautado toda a intervenção do Governo, ao longo do tempo, na TAP.

O Governo preocupa-se, obviamente, com a manutenção do *hub*, o Governo preocupa-se, obviamente, com a capacidade que a TAP tem de servir as nossas comunidades emigrantes... Portanto, há um conjunto... O Governo preocupa-se muito, obviamente, com a relação da TAP com o tecido económico português — tem um papel muito grande e, obviamente, ao contrário do que alguns alegam, se a TAP desaparecesse essa função não seria desempenhada por outra companhia. Portanto, há um conjunto de, se quisermos, interesses públicos que o Governo pretende salvaguardar e esse é o seu foco.

Entendemos que deve haver a salvaguarda desse interesse público do *hub*, de a sede se manter em Portugal, de um conjunto de matérias. Olhe, dou-lhe um exemplo: a KLM, na sua fusão com a Air France, salvaguardou um conjunto de coisas que, já agora, penso serem também preocupações do Sr. Deputado, nomeadamente estas que eu referi, como a sede em Portugal — quer dizer, a KLM não tem sede em Portugal; obviamente, a sede é nos Países Baixos —, como o *hub* de Amsterdão, no caso da KLM. Ou seja, há formas, mas ainda não chegámos a essa fase, obviamente. Só quando entrarmos na fase de negociação, só após o decreto-lei, portanto, numa fase posterior, é que poderão ser ou não tomadas certas decisões.

Neste momento, o que o Governo se encontra a fazer é mandar para ser avaliado. Futuramente, como foi anunciado, aliás, em conferência de imprensa dada pelo Sr. Ministro das Finanças e por mim próprio, a seguir ao Conselho de Ministros onde foi aprovada essa RCM, transmitimos depois a sequência de passos que seria tomada.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já estou mesmo a ver a fusão que vai resultar no grupo Lufthansa-TAP. Vai ser um espetáculo!

Sr. Ministro, uma das questões que mais têm escandalizado os portugueses são os salários e as regalias garantidos aos administradores da TAP, quer durante a gestão privada, onde esses salários chegaram aos 130 000 € mensais — não me enganei, 130 000 € mensais, e eram pagos sob a forma de prestações de serviços —, quer na gestão pública que se seguiu ou que manteve essas práticas, onde o teto colocado ao restante setor público foi largamente ultrapassado, com salários cerca de 10 vezes maiores do que o salário do Primeiro-Ministro e onde a simples indicação de três nomes de candidatos a CEO (*chief executive officer*) da TAP valeu 180 000 € em 2020. Ou seja, o salário de um gestor público de topo durante 30 meses para indicar três nomes de candidatos.

Hoje, ficámos a saber que se demitiu o Presidente da Comissão de Vencimentos da TAP, alegadamente porque não terá aceite as pressões para garantir ao novo Presidente da Comissão Executiva da TAP um salário anual na ordem do meio milhão de euros, que era o que recebia a anterior Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières-Widener. Nós não temos dúvidas de que as comissões de vencimentos para os administradores não passam de mecanismos para construir, de forma aparentemente independente, salários que são verdadeiramente escandalosos para os administradores das empresas. É uma prática de empresas privadas que de todo recusamos ver transposta para o setor público. Aliás, aqueles casos que deram origem ao debate que criou esta Comissão de Inquérito têm a ver precisamente com uma prática introduzida e inaugurada pela gestão privada.

Mas agora a Comissão existe e importa saber se o Governo, e em concreto o Ministro João Galamba, pressionou de alguma forma essa Comissão de Vencimentos e/ou o Presidente dessa Comissão de Vencimentos sobre o salário do futuro Presidente da Comissão Executiva da TAP.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, o Governo tomou conhecimento. Penso que a demissão foi hoje de madrugada, um *e-mail*, se não me engano, às 3 horas da manhã. O meu Ministério foi informado, apareceu nas notícias e fui informado. Falámos com a TAP. Obviamente que a tutela setorial e a tutela acionista da TAP, portanto o Ministério das Infraestruturas e o Ministério das Finanças, analisaremos a situação e tomaremos as medidas necessárias para repor nomeadamente o quórum na Comissão de Vencimentos e a normalidade nos órgãos sociais da TAP.

O Sr. Deputado perguntou se tinha havido alguma interferência. Penso que é a revista *Sábado* que fala da carta de demissão do Presidente da Comissão de Vencimentos e diz, e cito: «Sabe a *Sábado* que terá sido por pressões do Ministério das Infraestruturas.» Nego categoricamente que tenha havido qualquer pressão do Ministério das Infraestruturas, qualquer contacto do Ministério das Infraestruturas, e não sei que fonte terá a revista *Sábado*. De qualquer maneira, quanto à sua pergunta, se interferimos, se pressionámos, nego categoricamente que o Ministério das Infraestruturas o tenha feito sob qualquer forma.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro, muito obrigado, Sr. Deputado Bruno Dias.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro João Galamba, já não o deveria ser, o senhor mesmo apresentou uma carta nesse sentido, mas, dado que ainda ocupa essas funções no Governo, queria fazer-lhe um conjunto de perguntas, porque há esclarecimentos que são devidos ao País.



O Sr. Ministro omitiu a esta Comissão de Inquérito e mentiu ao País sobre a realização de uma reunião no dia 17 de janeiro entre a CEO da TAP, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e membros do seu gabinete. Porque é que o fez?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Desculpe, Sr. Deputado, não percebi a sua pergunta. O Sr. Deputado acusa-me de mentir na Comissão de Inquérito. Esta é a minha primeira audição na Comissão de Inquérito e, portanto, eu não compreendo a sua alegação.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, vou repetir a pergunta, se me permite, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos parar a contagem do tempo para poder repetir a pergunta.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A minha pergunta foi bastante clara. Perguntei porque é que o Sr. Ministro mentiu ao País e omitiu à Comissão de Inquérito a realização de uma reunião entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a CEO da TAP e membros do seu gabinete, promovida pelos membros do seu gabinete.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, estive na Comissão de Economia, onde me foi perguntado se eu tinha reunido com o Conselho de Administração, e disse-o várias vezes.

Depois, na audição da CEO da TAP, após uma intervenção do Sr. Deputado Bernardo Blanco da Iniciativa Liberal, foi suscitada uma questão sobre uma reunião havida no dia 17. Foram feitas várias questões sobre essa reunião e o Ministério das Infraestruturas apenas emitiu um comunicado

sobre a reunião do dia 17 que reafirmo integralmente e que não configura nenhuma mentira.

Sr. Deputado, resumindo, ao contrário do que afirma, eu não menti ao País. O comunicado é 100 % válido, era e é hoje ainda 100 % válido. Se o Sr. Deputado, obviamente, quiser especificar e detalhar onde é que está a mentira, terei todo o gosto em tentar responder à sua pergunta. Mas reafirmo que o comunicado apresentado se mantém inteiramente válido, porque o que esse comunicado diz é muito simples. A dúvida que tinha sido suscitada na Comissão, na audição à Sr.<sup>a</sup> ex-CEO da TAP, era a sugestão de que, de alguma forma, eu a tinha condicionado, obrigado, forçado. A resposta da Eng.<sup>a</sup> Christine é exatamente «não fui de todo condicionada». Aliás, desvalorizou a reunião.

Portanto, Sr. Deputado, o que eu digo nesse comunicado mantém-se válido. Essa reunião foi normal, como aconteceram *n* reuniões preparatórias. Certamente o Sr. Deputado terá participado em muitas, porque já é Deputado há muitos anos. Terá certamente participado e julgo que até participou em algumas reuniões preparatórias quando apoiava o Governo do Partido Socialista. Outros Deputados também participaram certamente em muitas reuniões preparatórias. Não estou a acusar o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares de nada, estou apenas a dizer que estas reuniões são normais e é exatamente isso que eu digo no comunicado. Estas reuniões sempre aconteceram, são inteiramente normais e até seria estranho que não acontecessem. Todos os partidos fazem reuniões preparatórias, todos sempre fizeram e, portanto, isso é inteiramente normal.

É isso que eu digo nesse comunicado e acrescento uma coisa que é verdade e até tenho a demonstração de que essa afirmação é inteiramente verdadeira: eu fui informado da vontade da Eng.<sup>a</sup> Christine em participar na reunião. Pergunta se pode, ou melhor, transmite ao meu ex-Adjunto, Frederico Pinheiro, como foi ontem amplamente debatido, que desejava

participar da reunião. Foi-me dito pelo meu ex-Adjunto Frederico Pinheiro que a Eng.<sup>a</sup> Christine desejava participar dessa reunião e se podia, ao que eu respondo que sim.

Posteriormente a isso, Sr. Deputado, o tema mudou e já não era se eu tinha forçado a CEO. Passou a ser como é que a CEO teve conhecimento da reunião. Eu esclareci: informei a Eng.<sup>a</sup> Christine numa reunião tida dia 16.

Nunca me tinham perguntado, portanto, não posso ter mentido sobre uma reunião ou omitido uma reunião sobre a qual não me foi perguntado nada. Tenho muitas reuniões. Aliás, é normal ter reuniões com gestores de empresas públicas. Se o Sr. Deputado assim quiser, depois até lhe posso descrever a sequência de reuniões que tive com o Conselho de Administração e com a CEO da TAP desde o dia em que fui nomeado Ministro das Infraestruturas. E posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que a primeira reunião que tive com o Ministro das Infraestruturas foi a pedido do Conselho de Administração inteiro da TAP, e tive essa reunião. Quando me foi perguntado na Comissão da Economia se eu já tinha reunido, eu disse: «Já não me lembro, já reuni várias vezes.»

Portanto, Sr. Deputado, repetindo e concluindo essa matéria, o comunicado do Ministério das Infraestruturas sobre a reunião com o Grupo Parlamentar mantém-se, era inteiramente verdadeiro e não está em qualquer contradição com o facto que relatei, que foi, obviamente, de uma reunião — da qual também podemos falar, se o Sr. Deputado assim desejar — no dia 16, de manhã, a pedido da Eng.<sup>a</sup> Christine. A Eng.<sup>a</sup> Christine estava bastante ansiosa com a vinda ao Parlamento. Não falava... é francesa, obviamente tem essa dificuldade acrescida. Tinha bancadas de vários partidos a pedir a sua demissão imediata. Só se falava de casos e indemnizações. A preocupação, aliás, de todo o Conselho de Administração e da Eng.<sup>a</sup> Christine na reunião no dia 16, que me foi transmitida, e que, já agora,

coincidia com a minha, era apenas uma: preservar a TAP, defender a TAP, na medida do possível.

Este dado é muito importante, Sr. Deputado. O Governo tinha enviado tudo para a IGF para o cabal apuramento dos factos e das responsabilidades. Esse relatório saiu no final de março e, quanto ao esclarecimento e apuramento das responsabilidades, todas essas matérias estavam a ser tratadas pela IGF. A prioridade do Conselho de Administração, da CEO e da tutela era só uma. Era, na medida do possível, recentrar a TAP na TAP: nos resultados da TAP, no plano de reestruturação da TAP, nos desafios da TAP, nos resultados da TAP que iam ser brevemente divulgados e que são, francamente, positivos; nas dificuldades e, ao mesmo tempo, na importância, para o plano de reestruturação e para o futuro da companhia, da negociação dos acordos de empresa e da relação com os sindicatos.

Pode ter a certeza, Sr. Deputado, que, desde o primeiro dia, essa era a minha única preocupação. Portanto, não menti. Exerci aquilo que entendo ser a responsabilidade de um ministro da tutela setorial, que é criar todas as condições para, primeiro, receber. Era um pedido urgente. Tomei posse no dia 4 e não tinha gabinete fisicamente. Teve de haver obras porque o Ministério das Infraestruturas e da Habitação foi dividido em dois e, portanto, tiveram de ser construídas salas. Só entrei fisicamente no Ministério com gabinete na segunda-feira, dia 9, e a reunião com o Conselho de Administração foi logo dia 10, urgente, a pedido dos próprios, e recebi-os imediatamente.

Depois, na sexta-feira, como foi ontem amplamente relatado, o Frederico Pinheiro informou a chefe de gabinete de que a CEO da TAP tinha pedido uma reunião urgente comigo antes da audição e eu entendo ter cumprido o meu dever ao aceitar essa reunião.

Por acaso, sobre essa matéria, Sr. Deputado, se não me levar a mal, gostaria de pôr a coisa ao contrário. Entendo que teria falhado o meu dever

enquanto Ministro das Infraestruturas e, portanto, a tutela setorial da TAP, se não tivesse atendido ao pedido urgente do Conselho de Administração da TAP e se não tivesse atendido ao pedido da CEO para reunir urgentemente comigo a pedido dela no dia 16.

Já agora, Sr. Deputado, e porque entendo mesmo que reuniões preparatórias não são impróprias — são normais e, em certos casos, inteiramente justificadas —, ouvi ontem o Sr. Deputado Bruno Dias e concordo, não é de facto estatisticamente normal, comum, haver reuniões preparatórias. As reuniões preparatórias normalmente são com membros do Governo, mas isso tem uma razão. É que os debates políticos normalmente são com membros do Governo. A TAP está numa situação de exceção, está num plano de reestruturação que tem uma natureza política muito forte, tanto que há vários partidos nesta Assembleia — penso, aliás, que todos, menos o Partido Socialista — que são contra o plano de reestruturação da TAP, contra a intervenção do Governo na TAP.

Posso-lhe garantir uma coisa, Sr. Deputado. Não tinha nada para falar sobre o caso Alexandra Reis e seus derivados com a CEO da TAP, pela simples razão de que eu nada tinha a ver com esse caso. Não tinha nenhuma informação relevante a dar, a ocultar, a manipular, a distorcer, o que seja. Sobre esse caso, eu só tinha uma coisa a dizer, que, aliás, foi amplamente repetida, penso que por vários Deputados do Partido Socialista e pelo menos pelo Deputado Carlos Pereira depois, na audição.

É natural que a audição sobre estes temas não contribua muito para o esclarecimento, porque o esclarecimento virá da conclusão e do relatório da IGF. Sobre essa matéria, era a única coisa que eu tinha a dizer sobre esse facto. Eu nada tinha a dizer. A única coisa que constatava era que o Governo ao qual pertencia — não eu, o meu antecessor e o Sr. Ministro das Finanças — tinha enviado tudo para a IGF para tudo ser esclarecido. Não há, de facto, qualquer ideia de que o Governo tentou ocultar, manipular, esconder,

distorcer. Penso que houve ontem uma pergunta neste sentido, feita pelo PS. Todos os temas nessa reunião foram a tutela política da TAP, e aí sim, enquadra-se no objeto desta Comissão de Inquérito.

Nessas três reuniões, quer quando reuni com o Conselho de Administração, quer quando reuni no dia 16 e quer quando, tendo o Ministério dos Assuntos Parlamentares proposto uma reunião preparatória e tendo a CEO da TAP entendido que queria participar dessa reunião, com base na experiência que tenho no Parlamento, na realidade conhecida — fui Deputado nove anos e participei em muitas comissões de inquérito —, repito, esta audição não foi na véspera de uma comissão de inquérito, foi na véspera de uma audição política parlamentar.

A primeira intervenção da CEO da TAP é exclusivamente sobre a TAP, sobre aquilo que eu disse há pouco: sobre os resultados, os desafios, a dificuldade. Penso que não menciona uma única vez indemnizações a Alexandra Reis. Aliás, a primeira intervenção a seguir à intervenção da CEO, penso que foi do Deputado André Ventura, que disse qualquer coisa — e espero não o estar a citar erradamente, ou melhor, estou a parafrasear — como: «Muito interessante a sua intervenção, mas não é sobre isso que o Chega quer perguntar.» E falou sobre os outros temas, aqueles temas sobre os quais eu nada tenho a dizer, porque estavam a ser devidamente tratados e apurados na IGF.

Mas penso que a segunda intervenção é de um Deputado do PSD, que dedica 6 minutos e 20 segundos, aproximadamente, não quero cometer aqui uma imprecisão, mas dedica quase toda a sua primeira intervenção a falar exatamente de questões políticas que nada têm a ver com indemnizações e com Alexandra Reis, mas sim com a injeção dos 3200 milhões, com a decisão do Governo, com a privatização. Ou seja, com temas que, de facto, não estavam no objeto do requerimento apresentado pelo partido Chega. Mas, Sr. Deputado, fui Deputado muito tempo, sabe que as audições políticas

são sobre todos os temas. O único tema que eu falei com a CEO da TAP — não para a condicionar ou orientar, porque ela já tinha essa visão, a preocupação de falar do que efetivamente falou —, foi exatamente este, a TAP.

Sr. Deputado, sobre isso, na intervenção da Sr.<sup>a</sup> CEO, e aliás, nas minhas intervenções, durante muito tempo, disse sempre a mesma coisa sobre a TAP. Aliás, nunca me ouviu falar sobre o caso Alexandra Reis e indenizações. As minhas intervenções sobre a TAP são sobre a importância da TAP, a importância dos resultados da TAP e o sucesso do plano de reestruturação, a paz social na empresa — é uma condição fundamental para o sucesso e para o funcionamento da TAP — e que a TAP não seja usada como arma de arremesso político. Todas as minhas declarações públicas sobre a TAP confirmam aquilo que eu disse. A minha única preocupação é aquilo que eu entendo ser, de facto, o papel do Ministério das Infraestruturas: proteger a TAP, defender a TAP e dar condições, obviamente, para o Conselho de Administração e, no caso concreto, a CEO em exercício da TAP poder falar sobre a companhia que dirige.

Há temas sobre os quais a ex-CEO da TAP falou na sua primeira intervenção que são obviamente temas que têm de ser articulados com o acionista, não para condicionar ninguém, mas simplesmente porque são temas que carecem da orientação do acionista. Falar de privatização, dos acordos de empresa em concreto, dos resultados, isso são tudo temas que são e devem ser, entendo, função normal da tutela setorial e da tutela acionista do Estado em relação à TAP. Foi isso e apenas isso que procurei fazer em toda a minha intervenção neste processo, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se me permite, gostaria de fazer um ponto de ordem à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Queria apenas e muito singelamente repudiar a ideia, que já foi por mim desmentida publicamente, de que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ou eu próprio, alguma vez tenhamos participado em alguma reunião preparatória com algum gestor público antes de uma vinda a uma comissão parlamentar, seja ela de inquérito ou outra qualquer. Aliás, esta prática foi já, nesta Comissão de Inquérito, desmentida como sendo habitual ou normal, mas sim caracterizada como tendo sido absolutamente excecional neste contexto que foi aqui exemplificado. Por isso, eu gostava que isto ficasse em ata, que é para não passar uma ideia errada transmitida agora pelo Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Ficará o registo e ficará em ata, com certeza.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Se me permite então regressar agora à inquirição, o Sr. Ministro diz que não mentiu no comunicado que fez. É uma forma de ver a realidade, não é a forma correta, porque a omissão dessa realização da reunião, por sua indicação, naquele momento, com aquele comunicado, quando o debate público era se havia responsabilidades políticas ao expor uma gestora pública a uma reunião com um grupo parlamentar nas vésperas da vinda à Assembleia da República, é uma forma de fugir à sua responsabilidade, que só quase um mês depois veio a assumir, quando foi pública a informação, quer por via da pressão expressa pela Sr.<sup>a</sup> CEO da TAP, quer por via da pressão expressa, pública, do seu ex-assessor.

Por isso, pergunto-lhe novamente: porque é que quis esconder do País e porque é que não comunicou a esta Comissão de Inquérito, como por ela foi pedido, a realização da reunião do dia 17? Tinha vergonha dela?



O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, se eu quisesse esconder ao País, não teria sido eu a contar ao País. Portanto, Sr. Deputado, reafirmo o que disse anteriormente. O Sr. Deputado pode repetir que entende que é um direito seu. Eu entendo que o Sr. Deputado está enganado e, portanto, discordo do Sr. Deputado. Já percebi que o Sr. Deputado também discorda de mim. É um direito que nos assiste a ambos.

Eu fundamento porque é que discordo do Sr. Deputado e porque é que entendo que, de facto, não constitui qualquer mentira.

Em primeiro lugar, repetindo o que disse há pouco, quem divulgou a reunião fui eu. Nunca me foi perguntado, poderia não ter divulgado. O tema do comunicado é a reunião de que se falava, sobre o qual fui perguntado e sobre o qual foram ditas coisas. Emiti um comunicado sobre essa reunião. Não emiti um comunicado sobre a reunião de dia 16 ou de dia 10, de 17, mas, Sr. Deputado, pode fazer-me as perguntas que quiser sobre a reunião de dia 16 e de dia 10. Responderei a todas, sem problema.

Repito o que disse inicialmente. O tema inicial era se tinha sido por indicação minha, e a única coisa que eu afirmei foi que a CEO da TAP manifestou o desejo e pediram para vir à reunião. Portanto, eu autorizei.

Depois, o tema mudou, passou a ser como é que soube da reunião, e eu disse, naturalmente, se há qualquer problema, não tenho. Reafirmo, fui eu que o disse e digo-o de novo. Na reunião tida no dia 16, a CEO da TAP estava muito nervosa, nunca tinha participado numa coisa destas. Nunca tinha vindo ao Parlamento e, portanto, estava muito nervosa. Eu disse que foi pedida uma reunião preparatória e entendo que não faz muito sentido eu ir. Aliás, se eu tivesse ido à reunião preparatória é que poderia ser uma forma de condicionamento e manipulação, porque, repare, eu não era o inquirido. Eu não era o inquirido. Se eu participasse na reunião, isso é que era estranho. Portanto, a única coisa que eu fiz foi entender ser normal e não ver qualquer problema nessa reunião.

Sr. Deputado, uma coisa é dar conhecimento da existência da reunião, coisa que fiz na reunião de dia 16. Depois, no próprio dia, às 16 horas e 10 minutos, recebo uma mensagem onde me é transmitido aquilo que eu transmiti no comunicado, ou seja, que me foi perguntado se ela podia ir. Eu respondi «pode». Isto só teria sido uma mentira se, de alguma forma, a mensagem recebida tivesse sido como indicado na reunião da manhã. Não, Sr. Deputado. Aliás, eu tinha acabado de entrar, portanto, também obtive, eu próprio, bastante informação sobre a TAP, sobre os resultados, sobre as dificuldades, que entendo, mais uma vez, ser a minha função.

Reafirmo, Sr. Deputado, não menti. Não há nenhuma contradição sobre o comunicado relativo à reunião de dia 17 e sobre eu ter comunicado ao País que sim, na reunião de dia 16, dei conhecimento à CEO da TAP. Mas dar conhecimento e indicar que deve ir ou sugerir que vá.

Sr. Deputado, uma coisa: eu disse só «se quiser ir, pode ir, não há nenhum problema». Ela aí não disse nada. Tomou boa nota e depois eu recebo a mensagem, às 16 horas e 30 minutos, que é pública. Portanto, Sr. Deputado, reafirmo aquilo que disse no início sobre esta matéria e sobre outras matérias. Não, não menti, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, o senhor disse à CEO da TAP, sobre a reunião de dia 17: «Não faz sentido eu ir, porque não sou eu que vou falar, mas a senhora. Já tive informação de que há interesse em falar consigo.» Não considera que isto é uma indicação para que ela fosse à reunião?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, vou repetir. Às 16 horas e 10 minutos, sou informado pelo meu ex-adjunto, Frederico Pinheiro, de que a CEO da TAP o contactou e que manifestou o desejo de ir à reunião, perguntando se podia. Eu respondo que pode.

Sr. Deputado, penso que este pedido e esta autorização são a resposta que o Sr. Deputado procura. Não, eu não disse que devia ir. Não. Informei a CEO que existia aquela reunião e depois, às 16 horas e 10 minutos, foi-me comunicado que a CEO desejava ir à reunião.

Sr. Deputado, penso que respondi à sua pergunta. Não há nenhuma indicação, condicionamento ou algo do género para ela ir. Eu apenas recebo a informação de que ela quer ir, é-me perguntado se pode e eu autorizo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, antes dessa troca de mensagens, no dia anterior, dia 16, disse ou não, sobre a reunião do dia seguinte, à Sr.<sup>a</sup> CEO da TAP: «Não faz sentido eu ir porque não sou eu que vou falar, mas a senhora. Já tive informação de que há interesse em falar consigo»?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não me consigo lembrar se disse exatamente isso.

Vou repetir, Sr. Deputado: a CEO está muito ansiosa e eu tento tranquilizá-la. Olhe, devo ter dito coisas como: «Não se preocupe, fui Deputado muitos anos, é normal. Olhe, fale do que quiser, diga a verdade. Quer falar da TAP, acho muito bem, eu também gostava que se falasse só da TAP e não de casos laterais. Responda quando lhe perguntarem.»

Sobre a audição da CEO nessa comissão, podemos até dividir aquilo em dois temas, no fundo: um sobre a TAP e os seus resultados, outro sobre as indemnizações, os casos e as polémicas. Pode acreditar, Sr. Deputado, que só me preocupei com o primeiro. Portanto, a única coisa que eu disse foi: informei a Sr.<sup>a</sup> CEO de que havia essa reunião. A Sr.<sup>a</sup> CEO, depois, não lhe sei dizer se por telefone, se por mensagem, por razões que foram ontem amplamente debatidas, mas, aí sim, por mensagem, recebo uma mensagem do meu ex-adjunto Frederico Pinheiro a dizer aquilo que já todos conhecem,

porque é público: «A TAP quer ir à reunião. Pode ir à reunião?» E eu respondo: «Pode.»

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — «Não faz sentido eu ir porque não sou eu que vou falar, mas a senhora. Já tive informação de que há interesse em falar consigo.» Não considera que isto é uma indicação para ela ir à reunião do dia seguinte?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, não considero, Sr. Deputado, tanto que, depois, a mensagem que eu recebo às 16 horas e 10 minutos demonstra que não houve qualquer indicação, mas apenas o conhecimento de que essa reunião existia, que foi o que lhe foi transmitido no dia 16. E depois, às 16 horas e 10 minutos, através de uma mensagem do Dr. Frederico Pinheiro, o interesse e o desejo da CEO da TAP em ir. E a pergunta se «pode?» Sr. Deputado, se houvesse alguma indicação da minha parte de que a Eng.<sup>a</sup> Christine devia ir à reunião da Comissão, penso que a mensagem que eu receberia não era a pergunta se podia e o que eu responderia não era «pode».

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, essa sua explicação e toda a que está a dar aqui parece anterior ao dia 29, porque, do dia 29 de abril, a frase que citei foi sua, na sua conferência de imprensa, em que reconheceu que convidou a Sr.<sup>a</sup> CEO da TAP. Pergunto-lhe: há dois ministros João Galamba ou só tem uma palavra?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, o que foi dito à CEO, no dia 16, foi informá-la de que havia a reunião. Não foi dito por mim que ela devia ir à reunião. Foi dito por mim, eventualmente, que podia ir à reunião, se quisesse ir à reunião, pode ir à reunião. Não foi indicado que

devia ir, de forma alguma. E a demonstração de que não foi indicado, de forma alguma, que ela devia ir é a mensagem que eu recebo às 16 horas e 10 minutos.

Sr. Deputado, se houvesse uma indicação da minha parte, nos termos em que a sugere, eu não teria recebido a mensagem que recebi às 16 horas e 10 minutos e não teria respondido o que respondi.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Registo que voltamos ao modelo do Ministro das Infraestruturas prévio a 29 de abril.

Faço-lhe uma pergunta sobre a reunião que existiu e sobre as respostas que deu. Há pouco, referiu que foi o Sr. Ministro que tornou pública a reunião de dia 17. Eu pergunto-lhe quando é que o fez, antes das declarações da Sr.<sup>a</sup> CEO da TAP a esta Comissão de Inquérito, em que disse que essa reunião tinha acontecido.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu disse que o que tornei público foi a reunião de dia 16 e, se disse 17, enganei-me, é 16. O Sr. Deputado perguntou porque é que eu tinha omitido a reunião e se tinha vergonha dela e a minha resposta — estou a citar-me, de cor — foi qualquer coisa do género: «Sr. Deputado, fui eu próprio». Portanto, não escondi uma coisa que fui eu próprio que divulguei e sobre a qual nunca me perguntaram.

Portanto, Sr. Deputado, a reunião que divulguei foi a de dia 16. Da reunião de dia 17 falou-se, pela primeira vez, publicamente após, penso, uma pergunta do Sr. Deputado Bernardo Blanco e referida pela Sr.<sup>a</sup> ex-CEO da TAP, a Eng.<sup>a</sup> Christine, na sua audição na Comissão de Inquérito.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, quando é que, antes do dia 28 de abril, em que o seu ex-assessor faz uma nota pública que informa da existência da reunião de dia 16, publicou essa sua informação?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não percebi a sua pergunta, Sr. Deputado. Pode, se não se importar...

O Sr. **Presidente**: — Vamos parar a contagem do tempo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Ministro referiu que foi o Sr. Ministro quem tornou pública a reunião de dia 16. E eu pergunto-lhe: quando é que o fez, antes de dia 28 de abril, quando o seu ex-assessor deu nota pública da existência dessa reunião de dia 16?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Penso que não o tinha feito, mas falei dela na conferência de imprensa, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Ministro não acabou de referir, há minutos, que foi o Sr. Ministro que deu nota pública da reunião pela primeira vez e que essa é a sua demonstração de não ter nada a esconder?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim, Sr. Deputado, porque as notas da reunião de dia 16 foram enviadas para o meu gabinete, mas, como a informação pedida era sobre a reunião de dia 17, penso que as notas que foram enviadas a esta CPI são sobre a reunião de dia 17, se não me engano, e não de dia 16.

Portanto, repito o que disse: sim, Sr. Deputado, fui eu que tornei a reunião pública, na conferência de imprensa que dei. Penso que as notas que foram enviadas são só sobre dia 17, porque era sobre isso que se perguntava. Confirmo que, de facto, no *e-mail* em que Frederico Pinheiro enviou as notas, também enviou as notas de dia 16.

Já agora, Sr. Deputado, acrescento que, no ofício que foi ontem

amplamente debatido, quando foi pedido ao ex-adjunto Frederico Pinheiro que acrescentasse, o que foi acrescentado foram apenas as notas de dia 17 e não as de dia 16, e pode ter a certeza de que não foi ninguém que as omitiu. Foi o Sr. Dr. Frederico Pinheiro que escolheu apenas incluir as de dia 17, por uma razão simples: porque era sobre isso que havia perguntas da CPI.

Nós respondemos às perguntas feitas e colaboramos com a CPI, enviando toda a informação que nos é pedida. Sr. Deputado, a informação que não nos é pedida penso que não temos a obrigação de enviar, até que seja, e, portanto, foi isso que fizemos.

Repito o que disse há pouco: sim, Sr. Deputado, fui eu que falei publicamente, pela primeira vez, da reunião de dia 16, sem que tivesse de o fazer, mas é isto, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, esta Comissão pediu as notas de todas as reuniões, mas o seu ex-assessor, no dia 28, um dia antes da sua conferência de imprensa, deu nota pública, em relato feito à comunicação social, da reunião de dia 16.

Por isso, pergunto-lhe se mantém essa sua afirmação de que foi o primeiro a dar a informação pública da reunião de dia 16.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, assumindo que o que foi enviado — penso que foi — para a Comissão foram as notas da reunião de dia 17, porque foram essas notas que foram pedidas e não outras notas — mas, se forem pedidas outras notas, Sr. Deputado, não teremos qualquer problema em enviar essas notas —, penso que o que foi enviado foram apenas as notas de dia 17, porque foram apenas essas notas de dia 17.

Portanto, como não houve nenhum anúncio público das notas, o Dr. Frederico Pinheiro enviou-nos, de facto, as notas de dia 16, mas o ofício era sobre a reunião de dia 17. Não havia nenhuma pergunta sobre a reunião de

dia 16 e, portanto, julgo que sim, que fui eu o primeiro a falar publicamente desta reunião de dia 16, sem que tivesse de o fazer, mas fi-lo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, registo que passou da certeza para o «julgo que», e vou dar-lhe uma informação: não foi. No dia 28 foi enviada uma nota do seu ex-assessor à comunicação social, que demonstrou a existência de uma reunião no dia 16, que depois foi por si confirmada, no dia seguinte, em conferência de imprensa.

Por isso, pergunto-lhe: só deu essa informação porque ela já era pública?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, dei essa informação porque entendi dá-la e nunca me tinham perguntado sobre essa informação. Portanto, nunca omiti uma informação sobre a qual não me perguntaram.

Mas, Sr. Deputado, podemos falar da reunião de dia 16. Não tenho qualquer problema, não tenho mesmo qualquer problema. Essa reunião foi pedida pela CEO da TAP e eu, como disse no início, entendo que era meu dever fazer essa reunião. E repito o que disse no início: entendo que cumpri escrupulosamente o meu dever, na reunião de dia 10, na reunião de dia 16, ao autorizar que a CEO da TAP reunisse com Deputados do grupo parlamentar. Em todos, nessa sequência, nas duas primeiras reuniões, reuni a pedido dos próprios e depois autorizei a participação, a pedido da própria, por interposta pessoa. Portanto, sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Se acha que agiu bem ao permitir essas reuniões, então, porque é que escondeu e só depois de outros as tornarem públicas é que as assumiu?



O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não escondi nenhuma reunião. Nunca me perguntaram por essa reunião e quando me perguntaram se eu já tinha reunido, eu disse, na Comissão de Economia: «Sim, já reuni várias vezes.»

O que aconteceu, na audição da Eng.<sup>a</sup> Christine, é que se tornou um tema, a reunião do dia 17, e foi-me perguntado por essa reunião. Se quiser criar agora um tema a propósito da reunião do dia 16, Sr. Deputado, está no seu direito, mas não responderei coisas muito diferentes daquelas que tenho respondido até agora e que, já agora, correspondem integralmente à verdade.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Ministro já respondeu coisas diferentes sobre a mesma matéria e por isso é que lhe estou a perguntar, para tentarmos apurar a verdade.

Queria fazer-lhe, então, um conjunto de perguntas sobre um outro tema.

A sua chefe de gabinete ontem deu nota de que alguém do gabinete deu ordem para encerrar o Ministério, perante a saída de Frederico Pinheiro. Pergunto-lhe: quem é que deu essa ordem?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não faço a mais pequena ideia, Sr. Deputado. Eu estava em casa, não fui testemunha dos factos. Estava em casa, como é conhecido. Portanto, sobre todos os factos ocorridos até à minha chegada ao Ministério, que foi bastante posterior a isso, sobre essa matéria, eu remetia para as declarações da chefe do meu gabinete, feitas ontem sobre essa matéria. Ela, sim, participou.

Penso que ontem o segundo depoimento foi bastante claro em relação a essa matéria, mas, Sr. Deputado, se quiser verdadeiramente saber mais, pode perguntar às outras pessoas presentes. Houve cinco testemunhas do que aconteceu no 4.º piso, como é público. Eu não sou uma delas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Membros do seu gabinete são acusados de terem sequestrado uma pessoa no Ministério. O Sr. Ministro não quis saber quem é que tomou essa decisão?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, eu aterrei de Singapura por volta das 19 horas e 50 minutos. Houve a exoneração de Frederico Pinheiro, liguei às 20 horas e 40 minutos. Depois, entre as 21 horas e as 21 horas e 10 minutos, recebo um telefonema da minha chefe de gabinete, visivelmente perturbada, a relatar-me agressões e um roubo de um computador no meu Ministério, onde eu não estava.

Só posso responder e esclarecer sobre o que eu vi ou o que eu fiz. Sobre o que se passou no 4.º andar, já houve, nesta CPI, um testemunho — dois, aliás. Portanto, Sr. Deputado, se quiser saber mais sobre essas matérias, penso que estão também em segredo de justiça e estão a ser tratadas pelas autoridades competentes, mas sobre isso há outras testemunhas. Eu não sou uma das testemunhas.

Eu apenas recebi um telefonema a dizer-me que tinham sido agredidas, a relatar-me o que tinha acontecido, e, às 21 horas e 10 minutos, faço o que me compete: ligo ao Sr. Ministro da Administração Interna, relato o que aconteceu e peço para falar com a PSP (Polícia de Segurança Pública). Essa foi a minha participação.

Portanto, sobre as agressões, só tive esta participação, que foi receber um pedido desesperado de ajuda de um conjunto de adjuntas. O telefonema foi da chefe do meu gabinete, a Dr.ª Eugénia Correia, mas foi-me dito que estavam mais pessoas: a Dr.ª Eugénia Correia, a Rita Penela e a Paula Lagarto, e, depois, mais duas pessoas, a Cátia Rosas e a Lúcia, do apoio.

Eu, perante esse relato, que me deixou obviamente perturbado e muito preocupado com as pessoas de que não tenho razão nenhuma para desconfiar

— antes pelo contrário, são cinco pessoas que afirmam que foram agredidas —, liguei ao Sr. Ministro da Administração Interna, porque queria relatar este facto à PSP.

Eu digo isto porque, ontem, a minha chefe de gabinete penso que disse, penso ter relatado — agora estou a falar de memória, estou a remeter para as declarações feitas por ela, ontem, aqui — que eram, se não me engano, dois telefonemas ou três — dois, penso — de segurança, depois dois telefonemas das pessoas que estavam na casa de banho e um meu.

O meu foi um telefonema que recebi. Eu reportei este facto ao Sr. Ministro da Administração Interna e depois falei com o Diretor Nacional da PSP, a quem reportei este facto, num procedimento análogo ao que, mais tarde, tive com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, quando fiz exatamente o mesmo, ou seja, liguei à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, que me meteu em contacto com o Diretor Nacional da Polícia Judiciária. Portanto, essas foram as minhas duas intervenções neste processo. Depois, como já relatei, falei com o gabinete do Primeiro-Ministro, isso é conhecido. Mas foi isto que aconteceu.

Portanto, Sr. Deputado, não me leve a mal, mas, sobre essa matéria, acho que deve falar quem testemunhou, quem viu. Eu posso falar, obviamente — e já foram feitos testemunhos nesta CPI — do que fiz e foi isso que fiz.

Recebi um telefonema da minha chefe de gabinete a contar-me o sucedido, visivelmente perturbada. Nem me lembro se estava a chorar, mas estava muito, muito, muito, muito perturbada, e eu liguei, também eu próprio muito perturbado, — menos, obviamente, porque tinha-me sido apenas relatado isso por telefone — e fiz aí o meu dever, que foi ligar à pessoa, ao meu colega de Governo que tutela a PSP, e pedi para falar, com muita urgência, com a PSP.

Depois, tenho uma mensagem que mandei à chefe do meu gabinete, dizendo: «Vai-te ligar...» Tem uma gralha, diz «vai-me», mas é «vai-te», é

para a Dr.<sup>a</sup> Eugénia Correia. Portanto, eu envio uma mensagem que diz: «Vai-te ligar.» Ela: «Que seja rápido. Diz à polícia que estamos fechadas na casa de banho.» E depois eu respondo: «Diretor Nacional da PSP vai mandar pessoas. Ele tem o teu contacto. Se algum número desconhecido ligar, atende.» E ela: «Ok.»

Esta mensagem, «Diretor Nacional da PSP vai mandar pessoas. Ele tem o teu contacto», é uma mensagem às 21 horas e 25 minutos e, se quiserem, posso deixar estas mensagens.

Às vezes é difícil reconstruir o fio do tempo exatamente, porque há telefonemas por número normal, há por *WhatsApp*; eu, por exemplo, já tenho o registo das mensagens por mim efetuadas, mas ainda não recebi o registo de todas as recebidas. Portanto, isto é um exercício difícil, mas esta informação está correta, porque a consegui recuperar.

Portanto, fui informado de que tinha havido uma agressão e um roubo às 21 horas e pouco. Ligo ao Sr. Ministro da Administração Interna e depois há também o relato ao Sr. Ministro da Administração Interna do que é que se passa e depois tenho o contacto do Diretor Nacional da PSP, a quem reportei o que me tinha sido reportado: «Acabei de chegar de Singapura. Estou em casa, mas ligou-me a chefe do meu gabinete.» Depois enviei o telefone da Dr.<sup>a</sup> Eugénia Correia e relatei o que me tinha sido relatado. Foi só isso, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, mas isso foi na noite dos acontecimentos. Três semanas depois, não tentou investigar quem teria dado uma ordem que poderia potenciar um crime de sequestro no Ministério?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não me leve a mal, mas estou verdadeiramente preocupado é com as acusações que me parecem devidamente fundamentadas e que têm múltiplas testemunhas, que

é a agressão.

Portanto, obviamente que as autoridades competentes avaliarão o que se passou, mas, Sr. Deputado, pode ter a certeza de que aquilo que não me sai da cabeça é o telefonema de uma pessoa com quem trabalho desde 2018 e por quem tenho imenso respeito, que, se não estava a chorar, estava desesperada, porque tinha levado pancada. Isso, Sr. Deputado, é algo que não me sai da cabeça e acredite que é essa a minha única preocupação. Portanto, não me leve a mal se não partilho da sua preocupação, que é diferente da minha.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, mas há várias testemunhas, incluindo a sua chefe de gabinete, que comprovam o encerrar do espaço do Ministério. Não pretende saber quem é que o fez? Não pretendeu saber?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, a justificação dada ontem pela chefe do meu gabinete parece-me bastante razoável e penso que qualquer pessoa entende.

Perante aquilo que um conjunto de pessoas entende ser um roubo e uma agressão, não me interessa muito saber se foi a pessoa *A*, *B* ou *C* — como, aliás, disse ontem a chefe do meu gabinete — quem falou com o segurança. Parece-me relevante que, perante um roubo em curso e uma agressão, se tenha alertado o segurança, sim.

Repare numa coisa, Sr. Deputado, foi chamada a PSP. Portanto, as pessoas, as cinco mulheres que estavam fechadas na casa de banho, e eu, que estava em casa e que tinha falado com o Diretor Nacional da PSP, a única coisa que queríamos — aliás, como a mensagem que acabei de ler — é que a polícia chegasse rapidamente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, ontem, a sua chefe de gabinete não me conseguiu responder a isto, espero que hoje consiga: mas qual é a validade legal de uma decisão de encerrar o Ministério e de fechar as portas do Ministério?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não sou jurista e, portanto, se quiser, farei um comentário genérico. Parece-me que, tendo testemunhado e sofrido uma agressão, tendo testemunhado um roubo, parece-me razoável, sim, que se dê instruções aos seguranças para tentarem, de alguma forma, impedir que esse crime se materializasse, e nomeadamente...

Repare numa coisa, Sr. Deputado: nunca se esqueça de que foi chamada a PSP. Aquelas cinco pessoas, independentemente do que possam ter feito, além de me ligarem e de uma delas ter estado, na minha perspetiva, bem, perante a sua descrição dos factos, eu repito, Sr. Deputado, o que me preocupa mais é a agressão. Mas, mais uma vez, essa matéria está a ser tratada pelas autoridades competentes e espero que seja tudo apurado. Já foram feitos relatos, há exames médicos e, portanto, as autoridades farão o seu trabalho.

Sr. Deputado, não queria fazer mais nenhum comentário sobre essa matéria.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Esperamos todos.

O Sr. Ministro regressou depois ao Ministério. A que horas é que chegou ao Ministério, nessa noite? Sabe indicar?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Penso que foi por volta das... Foi entre as 21 horas e 30 minutos e as 22 horas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça indica que falou com ela por volta das 23 horas — queria confirmar esse horário — , para fazer atuar a Polícia Judiciária. Nesse momento, referiu que o SIS (Serviço de Informações de Segurança) já estava envolvido na matéria?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, liguei à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça às 22 horas e 53 minutos. Foi um telefonema que durou 2 minutos e 20 segundos e não me recordo se falei do SIS, ou não, à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, porque, de facto, o objetivo daquele telefonema era análogo ao que tinha ocorrido 1 hora e 40 minutos antes, com o Sr. Ministro da Administração Interna. O procedimento é exatamente o mesmo.

Pretendendo eu falar com, num caso, a PSP e, noutro caso, a Polícia Judiciária, contactei os meus colegas de Governo que tutelam uma e outra e eles puseram-me em contacto, primeiro, com o Diretor Nacional da PSP e, depois, através da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, com a PJ (Polícia Judiciária). Foi isto, Sr. Deputado.

Não me recordo mesmo se falei ou não do SIS ou do SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa). De qualquer modo, o telefonema foi para pedir para me pôr em contacto com a PJ e só sobre isso, coisa que aconteceu.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E, nesse momento, o Sr. Ministro já sabia do envolvimento do SIS ou do SIRP?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não. Já me tinha sido dito que era importante articular com o... ou seja, que, nas questões de segurança de dados e proteção de dados, que era o SIS e a PJ. Foi-me dito que esta articulação devia ter sido feita.

Depois, como foi ontem transmitido pela chefe do meu gabinete, não

tive qualquer contacto com o SIRP. Aliás, nunca tive nenhum contacto com o SIRP. Não sei dizer, mas quando os membros do Governo tomam posse, depois vai-se à PCM (Presidência do Conselho de Ministros) e há um conjunto de mesas com o CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo). Penso que também lá está o SIRP para isto, não tenho a certeza, mas nunca falei, sem ser, eventualmente, nessa circunstância, nunca contactei o SIRP, nunca recebi um telefonema do SIRP.

Aliás, o contacto foi ontem descrito pela chefe do meu gabinete, seguindo orientações também descritas pela minha chefe de gabinete, que não foram transmitidas a mim, embora eu tenha conhecimento delas.

Portanto, é isto, Sr. Deputado. Como já foi dito e foi ontem dito pela chefe do meu gabinete, e repito, e disse na minha conferência de imprensa, nós reportámos às autoridades competentes e essas autoridades competentes são três: a PSP, por causa da agressão e furto; a chefe do meu gabinete, pelas razões ontem referidas, tentou ligar ao SIRP e depois falou com o SIS; e eu falei com a Ministra da Justiça, para falar com a PJ.

Portanto, eu contactei a PSP e a PJ, e a minha chefe de gabinete, como foi ontem descrito, falou com o SIS.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A sua chefe de gabinete disse, ontem, que achava que, por esse momento, já tinha falado consigo sobre o contacto relativamente ao SIRP e ao SIS, que fez antes das 22 horas.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Penso que a chefe do meu gabinete referiu — agora não sei precisar a hora que ela referiu — acho que era 21 horas e... Não sei, mas acho que era antes das 22 horas. E depois a chefe do meu gabinete não se lembrava de que tinha sido qualquer coisa entre as 22 horas e 30 minutos e as 23 horas e pouco.

Ou seja, eu sabia que devia haver uma articulação com o SIS e com a



PJ. Liguei à Ministra da Justiça para falar com a PJ. E depois — também não consigo dizer bem a hora, mas foi pouco tempo depois —, a chefe de gabinete transmitiu-me que já tinha falado. Eu disse: «Sim, foi-me transmitido que devemos falar.» Ela disse: «Já falei com o SIS.» Portanto, não fui eu que o contactei.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Eu não estava a dizer que tinha sido o Sr. Ministro. Estava a dizer que a sua chefe de gabinete lhe tinha dito que antes de falar com a PJ já tinha informação sobre o SIS. Confirma isso?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Peço desculpa?

O Sr. **Presidente**: — Vamos parar de contar o tempo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A sua chefe de gabinete referiu que, na linha do tempo, antes de o Sr. Ministro falar com a Polícia Judiciária já tinha informação sobre o envolvimento do SIS. Confirma essa informação?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, não ouço. Desculpe. Peço desculpa.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A sua chefe de gabinete, ontem, referiu que antes de o Sr. Ministro realizar os contactos com a Polícia Judiciária já tinha a informação de ter sido reportado o caso ao SIS. Confirma essa informação?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — A chefe do meu gabinete reportou a hora em que ligou ao SIS e, portanto, confirma exatamente que

foi muito antes de eu falar, ou seja, muito antes de me ser dito que sim, que o SIS devia ser informado e a PJ devia ser informada. Mas eu não informei o SIS, falei apenas com a PJ. Isso foi posteriormente à chefe do meu gabinete ter falado com o SIS. Mas, como ela ontem explicou detalhadamente, ela só me reportou esse facto depois. Portanto, quando eu vou dizer «recebi agora, devemos articular com o SIS e com a PJ», eu fui depois à questão da PJ, a minha chefe de gabinete reportou-me que ela já tinha falado com o SIS e falou com o SIS à hora que disse ontem que falou com o SIS.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, o Sr. Ministro foi falar com a Polícia Judiciária e já tinha essa informação do envolvimento do SIS. Comunicou isso à Polícia Judiciária?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não me recordo, Sr. Deputado. Não me recordo, porque, Sr. Deputado,... Aliás, não, não me recordo, de facto.

Acho que não, por uma razão: porque eu falei com a PJ... Portanto, eu liguei à Ministra da Justiça às 22 horas e 53 minutos, e, sim, quando transmito à Dr.<sup>a</sup> Eugénia que também era preciso articular com o SIS é por volta das 23 horas e pouco. É pouco tempo depois disto, não lhe consigo precisar exatamente a hora, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A minha pergunta não é sobre a hora, é se comunicou à Polícia Judiciária que já tinham falado com o SIS.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Porque eu fui informado de que a minha chefe de gabinete já tinha falado com o SIS depois. É às 23 horas e pouco. Portanto, acho que falei com a PJ antes, e não, não referi, porque não tinha conhecimento de que já tínhamos falado com o SIS.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, há pouco, o Sr. Ministro disse: «Falei com a minha chefe de gabinete que tínhamos de falar com duas entidades. Ela disse que já falou com o SIS e eu fui falar com a Polícia Judiciária.»

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu não consigo precisar se eu soube... Não consigo precisar o momento exato, a hora exata, não consigo dizer se a minha chefe de gabinete me transmitiu isso antes ou depois.

A questão fundamental aqui é esta: a PJ foi para comunicar um roubo e depois descrever o que tinha sido roubado e os dados. Eu não falei com o SIS. Penso que a minha chefe de gabinete deu ontem as explicações sobre essa matéria.

Sr. Deputado, repito, há matérias em que é difícil ser completamente preciso, porque não tenho todos os registos, todas as mensagens. Porque uma coisa é mensagens efetuadas, chamadas efetuadas, mas depois há, é difícil... O que lhe posso dizer é o mesmo que disse ontem a minha chefe de gabinete: é que isto ocorreu entre as 22 horas e 30 minutos e as 23 horas e pouco.

Mas, repare, a conversa com a Ministra da Justiça não tem nada a ver com o SIS. Não lhe sei dizer se disse: «Olha, entretanto, parece que também é preciso comunicar...». Não me lembro se disse isso, mas era irrelevante, porque o meu objetivo, e a única coisa que a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, de facto, fez foi pôr-me em contacto com a Polícia Judiciária, com quem falei.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, um último tema — porque o meu tempo não é muito longo —, sobre a Comissão de Vencimentos e a demissão do Dr. Tiago Aires Mateus.

Ele acusou o Ministério das Infraestruturas de o ter pressionado para alterar um parecer. O Sr. Ministro repudiou essa acusação, mas pergunto-lhe

se havia algum acordo com o Dr. Luís Rodrigues para um vencimento diferente daquele que ele vai ter.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — O vencimento acordado com o novo CEO da TAP é o mesmo vencimento que tinha a ex-CEO da TAP, sem direito a bónus.

Penso que este facto já tinha sido transmitido. Aliás, se não me engano, foi na conferência de imprensa em que foi anunciado o nome do novo CEO. Mas sim, são essas as condições que foram acordadas por mim e pelo Sr. Ministro das Finanças e comunicadas ao CEO da TAP.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E isso consta do parecer da Comissão de Vencimentos?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu não conheço o parecer da Comissão de Vencimentos, sei que ela se demitiu e, pelas notícias e por conversas que tive antes de vir para aqui, em que perguntei o que é que se tinha passado, parece que, de facto, a causa da demissão do Presidente da Comissão de Vencimentos tem a ver com isso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Há uma Comissão de Vencimentos e o Sr. Ministro acorda com o novo CEO um vencimento contrário à indicação da Comissão de Vencimentos?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, o vencimento foi acordado quando o novo CEO da TAP foi convidado e, portanto, não havia qualquer pronúncia da Comissão de Vencimentos.

Repare, a demissão do Presidente da Comissão de Vencimentos foi ontem, às 3 horas da manhã. Não me leve a mal, Sr. Deputado, tentei

informar-me sobre o que se tinha passado, mas, de facto, nem eu nem o Sr. Ministro das Finanças tivemos ainda tempo de tratar deste problema.

Portanto, a única coisa que eu sei é que houve, de facto, essa demissão, que ela terá a ver com a questão do parecer sobre os salários, mas isso a TAP poderá esclarecer, porque não tivemos qualquer envolvimento. É isto que eu sei sobre este caso, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Ministro diz-nos que acordou um vencimento acima daquele que a Comissão de Vencimentos propõe; diz-nos que não houve nenhum tipo de pressão, mas esse acordo era prévio à pronúncia da Comissão de Vencimentos; a Comissão de Vencimentos demite-se — na verdade, também não faz falta nenhuma, porque o vencimento já estava acordado.

Esta é uma forma correta de gerir os vencimentos na TAP? Dito de outra forma: para que serve a Comissão de Vencimentos?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, tendo a Comissão de Vencimentos já fixado o salário da anterior CEO — fixou apenas o salário-base, não fixou o bónus, porque, na altura em que essa deliberação foi tomada, ainda não tinha sido aprovado o plano de reestruturação —, tendo já emitido um parecer e deliberado no sentido de um determinado vencimento-base, pareceu-nos razoável que quando convidamos uma pessoa e temos, obviamente, de dar uma ideia de qual será o vencimento que terá pudéssemos dizer: «Olhe, será o mesmo vencimento que a Comissão de Vencimentos já deliberou no passado sobre a CEO, com uma diferença, é que não haverá bónus.»

Portanto, em relação a qualquer problema que possa ter havido a seguir, não sei, ainda tenho de inteirar-me dos factos, a única coisa que sei é que, de facto, houve a demissão. Mas pode ter a certeza de que, quer o

Ministério das Infraestruturas, quer o Ministério das Finanças, articular-se-ão para, obviamente, agir e resolver esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro, muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Cumprimento, novamente, o Sr. Presidente e o Sr. Ministro.

Sr. Ministro, assumiu funções como Ministro das Infraestruturas no dia 4 de janeiro de 2023, certo?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — É correto, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Até essa data, portanto, até 4 de janeiro, acompanhou em algum momento a gestão política do dossiê TAP, ainda que parcial ou lateralmente?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Desculpe, até essa data? De todo, Sr. Deputado. Primeiro fui Secretário de Estado da Energia; depois, Secretário de Estado Adjunto e da Energia e depois Secretário de Estado do Ambiente e da Energia. Acompanhava, como qualquer cidadão — obviamente, se calhar, um pouco mais interessado, porque se tratava de iniciativas do meu Governo —, mas não acompanhei esse dossiê com detalhe, porque não tive qualquer envolvimento. Tinha pastas bastante pesadas e que me davam bastante trabalho. Portanto, esse era o meu foco principal.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ou seja, os processos de reprivatização, em 2015, o processo de reconfiguração acionista, em 2017, os auxílios de Estado no seguimento da pandemia de covid-19, em 2020, a capitalização, em 2021, e, depois, a implementação do plano de reestruturação, em 2022, não tiveram qualquer tutela política, direta ou indireta, sua. Confirma?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Confirmo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ou seja, em relação à gestão deste dossiê e da tutela política da TAP, e considerando o objeto desta Comissão, ou na sequência deste objeto, tem quatro meses de tutela política, entre o dia 4 de janeiro e a data desta audição, e nesses quatro meses lida com quatro ou três processos centrais: o relatório da Inspeção-Geral de Finanças, no processo de renúncia e indemnização à Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis; a exoneração da ex-CEO e do ex-presidente do Conselho de Administração, no seguimento desse relatório; a apresentação dos resultados em 2022; a nomeação do Dr. Luís Rodrigues, no seguimento da exoneração da ex-CEO e do ex-Presidente do Conselho de Administração; e o processo de privatização da TAP, que foi anunciado na reunião do Conselho de Ministros. Confirma?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sobre estes, permita-me questionar sobre os primeiros quatro, porque, sobretudo o último, está fora do objeto desta Comissão e será, certamente, objeto de análise política noutras comissões. Portanto, detenho-te sobre os primeiros, porque ajudam aos trabalhos desta Comissão.

O relatório da Inspeção-Geral de Finanças ao processo de renúncia por acordo — que era a expressão utilizada na altura — e respetiva indemnização é concluído no dia 3 de março, data em que decorria já esta Comissão de Inquérito, aliás, já tínhamos tomado posse. Esse relatório é apresentado publicamente em conferência de imprensa conjunta com o Sr. Ministro das Finanças, no dia 6 de março, e é nessa conferência de imprensa que é anunciada a exoneração da ex-CEO e do ex-Presidente do Conselho de Administração. Essa decisão é tomada com que base?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Com base no relatório da IGF, Sr. Deputado, como, aliás, foi anunciado publicamente na conferência de imprensa. Na conferência de imprensa, o Sr. Ministro das Finanças falou sobre o relatório da IGF e sobre a atuação do Governo face a esse relatório, e eu próprio anunciei o nome do novo CEO. Portanto, foi com base no relatório da IGF e nas suas conclusões.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — E tendo por base esse relatório e essas conclusões, quem tomou a decisão?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — A decisão é conjunta, Sr. Deputado, obviamente. O trabalho da tutela setorial e da tutela acionista é muito intenso. Falamos regularmente e tomámos ambos essa decisão e entendemos ambos que, face ao que vinha descrito no relatório da IGF, essa era a decisão correta a tomar.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Considerando o conteúdo do relatório da IGF, que é enviado à tutela acionista e à tutela setorial, era possível ignorá-lo? Ou, se quiser, poderia o Governo arquivar o relatório e não dar seguimento às conclusões da IGF?



O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, por duas razões: pelo seu conteúdo e pelo facto de ele ter sido pedido pelo próprio Governo. Portanto, se o Governo pede aquela apreciação à IGF, é porque leva a sério o trabalho da IGF. Eu não enviei, não era ministro nessa altura, mas, obviamente, levo a sério o trabalho da IGF, li o relatório, e a decisão é inteiramente fundamentada nas conclusões desse relatório.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Tomada essa decisão, baseada no relatório da IGF, a sua operacionalização inicia-se no dia seguinte, pela informação que temos, para a preparação da decisão unânime por escrito que formalizará, no fundo, o processo de exoneração. É o relatório da IGF que suporta, juridicamente, a decisão da DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças) e da PARPÚBLICA, enquanto acionistas, depois, naturalmente, com a tutela?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — É sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — E considerando que o Ministério das Finanças é a tutela acionista, qual é o envolvimento do Ministério das Infraestruturas nesse processo de preparação da decisão unânime por escrito?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Na articulação que eu referi há pouco, ou seja, há, de facto, um trabalho necessariamente de grande articulação entre a tutela setorial e o Ministério das Finanças. Quanto à nossa participação, a chefe do meu gabinete participou — como foi ontem amplamente descrito pela própria — na elaboração da deliberação unânime por escrito.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ainda seguindo aqueles três grandes dossiês, se quisermos, dentro dos quatro meses em que tem a tutela política da TAP, e já no seguimento da exoneração da ex-CEO e do ex-Presidente do Conselho de Administração, há duas alterações na forma de olhar agora para o novo Conselho de Administração, que foram até já discutidas um pouco aqui, sobretudo quando ouvimos os sindicatos. A primeira é a opção de juntar, na mesma pessoa, as figuras do *chairman* e da CEO, que, até então, eram pessoas distintas, portanto, eram funções diferentemente distribuídas. Nos últimos anos da TAP, pelo menos desde 2015, sempre estiveram duas pessoas. Porquê esta opção de juntar na mesma pessoa estas duas funções?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, eu próprio e o Sr. Ministro das Finanças entendemos que era o que fazia sentido e nomeámos apenas um CEO, que é simultaneamente CEO e *chairman*, ou seja, é Presidente da Comissão Executiva e Presidente do Conselho de Administração. Foi debatido e entendemos que, havendo um acionista único, se calhar era um modelo que talvez fizesse mais sentido.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E, portanto, neste modelo, a comunicação com a tutela setorial e com a tutela acionista faz-se sempre via *chairman* e CEO, que, na verdade, agora são a mesma pessoa e, portanto, sem divisão ou dualidade neste processo. É isso?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Exatamente, Sr. Deputado, pareceu-nos que talvez fizesse sentido e fosse a melhor ideia.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E porquê a opção de nomeação e não a opção de recrutamento por *headhunting*, como tinha acontecido no último caso, no caso da Eng.<sup>a</sup> Christine Ourmières-Widener?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Cada circunstância tem as suas circunstâncias. A nossa circunstância, leia-se, a circunstância do Sr. Ministro das Finanças e minha, naquele momento, era o relatório da IGF, a exoneração de dois acionistas e, portanto, a necessidade urgente de arranjar um substituto imediato. E tivemos sorte, porque o Dr. Luís Rodrigues, com ampla experiência, aceitou o convite e, portanto, temos uma pessoa muito capaz à frente dos destinos da TAP.

Obviamente, isso deixou o Sr. Ministro das Finanças e eu próprio agradados com a escolha. Se não tivéssemos uma escolha é que seria mais problemático, mas tivemos, e acho que a TAP está bem servida no seu atual Conselho de Administração e, em particular, através do seu novo Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — O Sr. Ministro já respondeu à questão que eu ia colocar seguidamente, sobre o porquê dessa escolha, tendo em conta, sobretudo, que os sindicatos a receberam bastante bem — e grande parte das audições que aqui fizemos foi precisamente às estruturas sindicais.

Portanto, faço-lhe uma pergunta, no seguimento da notícia que saiu há pouco — já respondeu a isso, mas peço-lhe que confirme —, sobre se houve alguma pressão sua sobre o vencimento do novo Presidente do Conselho de Administração e que gerou esta demissão que foi noticiada.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, nunca falei, nem ninguém do meu Ministério, nada enviámos, portanto, não consigo entender que pressão... Bem, eu nem sabia que tinha havido esse parecer. Portanto, é difícil exercer pressão sobre um parecer que se desconhece. Aliás, eu tomei conhecimento, como lhe digo, muito recentemente e, portanto, ainda não tive, por razões que me parecem evidentes, tempo para conhecer

todo o caso. Pedimos esclarecimento à TAP, só para perceber e, portanto, não sei muito mais sobre esse caso, neste momento. A única coisa que posso dizer é que em circunstância alguma houve, sob que forma fosse, tentativas de pressão sobre o Presidente da Comissão de Vencimentos.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sobre estes quatro dossiês com que lidou nestes quatro meses, que são da sua tutela política, como são objeto desta Comissão, agradeço as suas respostas.

Permita-me agora passar para algumas questões que, sendo mais tangenciais ao objeto, acabaram por ser, de facto, alvo também desta Comissão e têm gerado alguma dificuldade, às vezes, no apuramento daquilo que realmente importa, na tutela política da TAP.

Houve um conjunto de reuniões que foram aqui várias vezes referidas. Permita-me, mais uma vez, como tenho feito sempre, procurar desenhar a linha do tempo. Portanto, 16 de janeiro, 17 de janeiro e 5 de abril.

Teve uma reunião com a ex-CEO da TAP no dia 16 de janeiro?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Tive, sim.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Quem solicitou essa reunião?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Como demonstra o pedido do Dr. Frederico Pinheiro, essa reunião foi solicitada pela CEO da TAP e o pedido foi prontamente atendido.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É típico o Ministro das Infraestruturas reunir com responsáveis de empresas públicas ou de serviços sob a sua tutela? Teve reuniões deste tipo antes, depois, ou foi um pedido atípico?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, sim. Aliás, penso que há o dever de, quando se tem tutela de empresas e serviços, reunir com elas quando é solicitado, e foi o caso.

Portanto, sim, considero perfeitamente normal. Como disse há pouco, penso que o que não teria sido normal era eu não ter reunido com a CEO da TAP.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Que assuntos abordou nessa reunião?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu tinha entrado há pouco tempo. A reunião foi no dia 16 e eu, como disse, só passei a ter fisicamente gabinete no dia 9. Portanto, na prática, apesar de ter tomado posse no dia 4, só me sentei no Ministério das Infraestruturas no dia 9.

Essa reunião foi a pedido da própria. Ela falou dos resultados, eu perguntei... Ou seja, sabia que os resultados iam ser bons, porque já tínhamos falado nisso na reunião anterior, do dia 11, com o Conselho de Administração todo, mas falámos sobre essas matérias.

A única coisa que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é do que não falámos. Não falámos de qualquer manipulação do Parlamento, ocultação ao Parlamento, porque, como lhe disse, Sr. Deputado, sobre a matéria que ia ser tratada na audição do dia 18, a requerimento do partido Chega, a única coisa que eu tinha a dizer é que essa matéria estava a ser avaliada pela IGF. Portanto, não tinha mais a dizer sobre essa matéria até que saísse o relatório da IGF, coisa que efetivamente fiz, quando saiu o relatório da IGF, como já falámos. Eu e o Sr. Ministro das Finanças, ante o relatório, tomámos a decisão de exonerar os dois administradores, e foi isto.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Propôs a participação da ex-CEO na reunião do dia seguinte, 17 de janeiro?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não. Disse que podia participar, se quisesse. A mensagem das 4 horas e 10 minutos mostra bem que o desejo, a vontade e o pedido partiram dela. Eu acedi a esse pedido e autorizei.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — E o Sr. Ministro participou nessa reunião do dia 17?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, Sr. Deputado, não participei.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Quem solicitou a participação da CEO nessa reunião, ou quem lhe comunicou, pedindo essa autorização?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Desculpe?

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Quem o notificou e lhe pediu que a CEO pudesse participar nessa reunião? Quem faz essa ponte ou intermedeia essa participação?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Quer na reunião do dia 16, quer na participação na reunião do dia 17, em ambos os casos foi o Dr. Frederico Pinheiro, informando primeiro a chefe do meu gabinete de que a CEO tinha pedido para reunir no dia 16. A esse pedido, foi respondido pela minha chefe de gabinete que sim e foi incluído na minha agenda.

Depois, tanto quanto sei, foi a própria CEO, através de Frederico Pinheiro. Já discutimos amplamente isto. O que tenho é a mensagem a dizer: «A TAP quer ir. Pode ir?» E eu respondo: «Sim».

Portanto, em ambos os casos, recebi de Frederico Pinheiro, mas não tenho nenhuma razão para duvidar que não tenha sido efetivamente assim. Aliás, quando reuni, depois, com a CEO, no dia 16, ela agradeceu muito eu ter a disponibilidade, e eu acho que, sobre isso, devo ter respondido «não faço mais do que o meu dever». Era o que mais faltava, com um pedido urgente da CEO em exercício de uma companhia como a TAP, no contexto em que a TAP se encontrava naquele momento. Penso que era exatamente a minha obrigação receber e atender ao pedido da Presidente da Comissão Executiva em exercício da TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Pelo que percebi numa resposta anterior, assistiu, ou, pelo menos, foi rever a audição na Comissão de Economia da Eng.<sup>a</sup> Christine, no dia 18 de janeiro. Confirma?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim, confirmo.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Detetou, da parte da Eng.<sup>a</sup> Christine, em relação à informação que tem ou que domina sobre o dossiê TAP, alguma informação manipulada, errada, que não fosse factual ou correta?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — O que ouvi nessa audição foi as coisas que a Eng.<sup>a</sup> Christine... Ou seja, *grosso modo*, havia a TAP e, depois, os processos, as questões. O que ouvi da Eng.<sup>a</sup> Christine foi o que sempre se ouviu publicamente da Eng.<sup>a</sup> Christine e que ela continuou a sustentar, penso que até na sua audição na Comissão de Inquérito e nas suas alegações à IGF. Portanto, diria que há aí uma continuidade e não há aí nenhuma novidade. Os Deputados fizeram as perguntas que quiseram sobre os temas que entenderam.

A minha principal preocupação nessa audição era ver se falava alguma coisa da TAP e, de facto, falou-se, porque a intervenção da Eng.<sup>a</sup> Christine foi exclusivamente sobre a TAP e a primeira intervenção do PSD foi quase na sua totalidade sobre a TAP e não sobre o objeto do requerimento feito pelo partido Chega.

Quando chego no dia 4, o Governo já tinha enviado todo este caso para a IGF. Qual é o desafio do Ministro das Infraestruturas? É que toda a gente vai só querer falar sobre uma coisa onde não há muito para dizer, porque está, neste momento, em análise pela IGF. A minha preocupação era preservar a companhia que tutelo, preservar o seu valor, pois é um grande ativo para o País, e criar condições para que, apesar do caos todo, o Conselho de Administração pudesse continuar a funcionar.

Sobre se contratou a advogada, o escritório *A* ou *B*, repare, não tive envolvimento. Isso estava a ser tratado. Eu não tinha nada a dizer sobre essa matéria, nem nenhum interesse em dizer, porque não estava envolvido e porque estava uma entidade respeitável e de auditoria do Estado a fazer essa análise.

Portanto, sobre isso, se me perguntassem, acho que não há nenhuma intervenção pública minha sobre o caso de Alexandra Reis, das indemnizações. O meu foco foi sempre o plano de reestruturação, a empresa, o grande investimento que os contribuintes portugueses fizeram na companhia e o sucesso do plano de reestruturação, a sustentabilidade da TAP. É essa a minha única preocupação, porque, repare, eu sou o Ministro novo, não é?! Eu não tenho nenhum envolvimento. Eu sou a pessoa que não tem nada a ver, nem direta, nem indiretamente. É até um pouco estranho.

As reuniões preparatórias são, de facto, normais. Há bocado, o Deputado Pedro Filipe Soares... Quando digo que participa, não é para acusar, porque eu, de facto, não vejo...



Repare: uma reunião pode ser imprópria. Se eu tivesse ido para uma reunião dizer assim «esconda, não mostre, aldrabe», isso é impróprio, mas isso não aconteceu. Agora, a reunião, pelo facto de ocorrer, é perfeitamente normal. Com os nove anos que aqui passei, as audições normais e as comissões de inquérito em que participei... O ex-Deputado Ribau Esteves, atual Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, disse, na TSF, quando se falou disto, que não percebia esta polémica, que foi Deputado muitos anos e estas reuniões sempre ocorreram.

Olhe, por exemplo, o Deputado Afonso Oliveira, do PSD, que preside à Comissão da Economia... Repito, não estou a dizer isto por haver algum problema, é exatamente o contrário. Acho que estas reuniões são normais. O Sr. Deputado Afonso Oliveira foi Deputado, é Presidente da Comissão da Economia, foi Deputado durante a governação PSD-CDS e participou em comissões de inquérito. A Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque foi várias vezes a comissões de inquérito. Os Deputados do PSD nunca tiveram nenhuma reunião preparatória com a, à altura, Ministra Maria Luís Albuquerque?

Eu estou convencido que devo ser o primeiro governante em exercício a vir a uma comissão de inquérito que não teve uma reunião preparatória com o seu grupo parlamentar. Devo ser o primeiro!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Já vamos lá!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não tive nenhuma reunião com Deputados do Partido Socialista.

Reparem, Srs. Deputados, as reuniões preparatórias são normais. Ocorreram durante anos. Há autarcas em exercício, destacados membros do Partido Social Democrata, que têm longa experiência nesta Casa, que o disseram publicamente e em *on*. Repito: não estou a dizer isto para acusar

algum Deputado de um comportamento impróprio ou desadequado, pela simples razão de que considero estas reuniões normais e adequadas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Ministro, faço-lhe estas perguntas porque, com a sua audição, já ouvimos os vários intervenientes destas duas reuniões, portanto, conseguimos, já nesta fase, apurar a factualidade das linhas do tempo e perceber se houve alguma incongruência, antes de avançar para as questões seguintes. Agradeço-lhe por isso, porque, enfim, a partir daqui, com outras audições, seria mais difícil esclarecê-lo e penso que, assim, ficamos claros, depois das audições de hoje e de ontem.

Mas, no seguimento desta reunião, há outra, a terceira reunião de que se tem falado muito aqui, do dia 5 de abril, para apurar a factualidade dessa reunião do dia 17. Participou nessa reunião?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, Sr. Deputado, não participei nessa reunião.

Se me recordo, acho que entrei duas vezes nessa reunião, a perguntar: «Está a correr bem? Já acabaram?» Não participei nessa reunião. Essa reunião é uma reunião típica de gabinete, coordenada pela chefe do meu gabinete.

Se quiser, a minha única intervenção nessa reunião, chamemos-lhe assim, foi a orientação política que dei: tudo reunido, colaboração absoluta com a CPI, tudo enviado. Essa reunião, como, aliás, era para recolher toda a informação existente, foi primeiro para preparar um despacho e, obviamente, depois, habilitou, quando foi pedido penso que no dia 12, se não me engano, por esta CPI... Penso que foi no dia 12 que foi pedida a informação sobre essa reunião, portanto, a reunião de dia 5 serviu também para, depois, reunir toda a informação sobre essa matéria pedida pela CPI. Mas não, não participei nessa reunião.

Sr. Deputado, aliás, deixe-me dizer-lhe uma coisa sobre todos os acontecimentos ontem detalhadamente descritos pela Dr.<sup>a</sup> Eugénia Correia, pela chefe do meu gabinete, que, *grosso modo*, vão do dia 5 de abril até à data em que eu envio a minha mensagem das 4 da manhã, de Singapura. Essa mensagem também já é pública. Nesse intervalo de tempo, eu fui, obviamente, tendo informação sobre o que se passava, mas quem coordenou, quem fez, foi a minha chefe de gabinete e o meu gabinete. Fizem a recolha de documentos, obviamente, e, depois, assinei... Mas os acontecimentos, os *e-mails* da Eng.<sup>a</sup> Cátia Rosas, toda a sucessão de factos, foram amplamente descritos pela chefe do meu gabinete, apropriadamente descritos, porque foi ela que coordenou, foi ela que recebeu a maioria da informação. Eu fui tendo, obviamente, conhecimento, mas foi apropriadamente descrito ontem pela minha chefe de gabinete. Sobre essa matéria em concreto, desde o dia 5, não consigo fazer muito mais do que remeter para as declarações já feitas nesta CPI.

Nessa reunião do dia 5, de facto, não estive presente. Fiz aquilo que lhe disse, ou seja, acho que, não sei, uma vez, ou duas, fui lá perguntar «então, já acabou, está tudo?», mas não fui um participante dessa reunião. Aliás, tenho aqui a minha agenda desse dia e penso que a reunião começou às 15 horas, se não me engano. Tenho aqui a minha agenda desse dia: sim, das 3 horas às 3 horas e meia da tarde, eu tinha uma reunião com a Salvador Caetano, portanto, não... E penso que a reunião do dia 5 começou às 3 horas da tarde, eu não...

Obviamente, o Ministério é pequeno, portanto, o meu gabinete é ao lado do gabinete da minha chefe de gabinete, e essa reunião aconteceu, se não me engano... sim, foi no gabinete da chefe do meu gabinete. Portanto, eu, de vez em quando, batia à porta, só para perguntar como é que estava, mas não fui participante. Não, não participei nessa reunião.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — O Dr. Frederico Pinheiro afirma que tirou notas da reunião do dia 17, que partilhou a existência dessas notas na reunião do dia 5, onde o Sr. Ministro não esteve, e que elas chegaram ao Ministério no dia 25 de abril, incorporadas no corpo do *e-mail* e chegaram depois, também, numa versão em papel, que foi ontem aqui mostrada, embora originalmente tivessem sido tiradas, pelo que diz o Dr. Frederico, também em suporte digital.

Alguma vez viu ou teve conhecimento dessas notas?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Só conheci essas notas quando elas foram enviadas num *e-mail*, que também me era destinado, com as notas das reuniões de dia 16 e de dia 17. Foi essa a primeira vez que tive conhecimento das notas.

Obviamente, em Singapura, chegou ao meu conhecimento que, depois de bastantes meses a negar ter notas, afinal havia notas. Eu tive conhecimento desse facto. A minha mensagem, bastante desesperada, às 4 horas da manhã penso que vem na sequência de um conjunto de outras iniciativas, já ontem amplamente descritas e às quais eu não tenho nada a acrescentar.

Repito, eu posso falar do que fiz, e, aí, a minha intervenção foi: depois de saber que tinha o meu gabinete inteiro à procura das notas, exatamente para as enviar — coisa que efetivamente foi feita, foram enviadas —, a minha mensagem enviada de Singapura às 4 horas da manhã de Singapura, a dizer: «Como é possível?...» A mensagem é conhecida, eu não tive... Mas penso que, de todo esse momento, o que fica amplamente demonstrado, em todos os momentos...

Às vezes, as pessoas dizem: «Ai, há duas histórias, duas versões...» Não há duas versões contraditórias, há uma história e, depois, há factos, provas e, uma coisa muito importante, muitas testemunhas — ontem

amplamente descrito pela chefe do meu gabinete —, muitas testemunhas. Algumas não trabalham no meu gabinete, trabalham noutros gabinetes, outras já não trabalham no meu gabinete, nem no Ministério... Portanto, temos mesmo muitas testemunhas de tudo, como disse ontem e relatou, penso que exaustivamente e de forma bastante convincente, a chefe do meu gabinete.

De facto, os depoimentos devem ser valorizados, os factos descritos devem ser valorizados, e eu penso que a chefe do meu gabinete o fez magistralmente ontem, de forma séria, competente e muito detalhada.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Houve, em algum momento, a intenção de não enviar essas notas ou alguma alteração à informação enviada pelo Dr. Frederico Pinheiro?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — As notas foram enviadas tal qual foram enviadas pelo Dr. Frederico Pinheiro, portanto... E foi ontem amplamente descrita, penso que demonstrada à sociedade, não uma tentativa de não divulgação, mas o seu exato oposto.

Em cada momento do tempo... A reunião de dia 5 era para tudo reunir e, se não reuniram notas, é porque, como foi ontem dito e como há várias testemunhas que o comprovam, não havia notas.

Portanto, no momento em que o meu gabinete tem conhecimento de que afinal há notas, a sua resposta, como ficou ontem amplamente demonstrado, é exatamente a de pedir uma prorrogação do prazo para as poder enviar, e não para as ocultar. E todas as mensagens, todas as iniciativas tomadas são nesse sentido. No momento em que se percebe que há notas, é no sentido de as entregar, coisa que efetivamente foi feita — as notas estão aqui.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Tem algum conhecimento de porque é que não há uma versão digital de um ficheiro com essas notas, seja qual for o formato?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, nada a acrescentar face às perplexidades, dúvidas várias suscitadas ontem pela chefe do meu gabinete.

Queria apenas dizer uma coisa sobre essa matéria. Como foi ontem, aliás, amplamente descrito, a preocupação da minha chefe de gabinete nunca foi recuperar o computador para mim, ou para ela, ou para o meu gabinete, foi garantir que ele não andava à solta, com dados classificados. E o computador está nas autoridades competentes, nunca acedemos ao computador, nem poderíamos aceder. Portanto, essa...

Houve ontem questões importantes que foram suscitadas. As autoridades competentes têm o computador — penso que a Polícia Judiciária tem o computador — e têm, obviamente, os meios para fazer todas as peritagens necessárias para apurar, nomeadamente, olhe, a veracidade das notas.

Eu estranho — de facto, é estranho, e foi ontem, aliás, dito pela chefe do meu gabinete que é estranho — que alguém que diz aquilo durante tanto tempo — durante tanto tempo, repito —, perante múltiplas testemunhas, e depois, quando anuncia que, afinal, tem notas, perante múltiplas testemunhas, o meu gabinete decide prorrogar o prazo, exatamente porque afinal há notas, mas elas não são enviadas, também com múltiplas testemunhas, e o próprio ato de pedir a prorrogação...

Penso que tudo isso mostra à saciedade o empenho total e absoluto do meu gabinete, seja através de ações da chefe do meu gabinete, seja por ações da Eng.<sup>a</sup> Cátia Rosas — do meu gabinete, obviamente representado na pessoa que o gere no dia a dia, e que esteve cá ontem —, todos os esforços

para tudo enviar, portanto, o contrário do que foi sugerido, que era ocultar. Fizemos o exato oposto e tentámos sempre, em todos os momentos, fazer o exato oposto.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Porque foi exonerado o Dr. Frederico Pinheiro?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Por comportamentos incompatíveis com um adjunto num gabinete de um membro do Governo, neste caso, no meu próprio gabinete.

Frederico Pinheiro desobedeceu a instruções da chefe de gabinete, mentiu a colegas, mentiu-me, a mim, mentiu a vários colegas, não atendeu telefonemas, não enviou as... Portanto, por todo o comportamento entre o dia 24 e o dia 26, eu entendi, mal aterrei de Singapura, que era meu dever exonerá-lo imediatamente, com efeitos imediatos.

E, como disse a minha chefe de gabinete ontem, havia informação de que, por vezes, Frederico Pinheiro se deslocava a horas impróprias ao Ministério das Infraestruturas, para tirar cópias, impressões. Isso também chegou ao meu conhecimento, e essa é uma das razões por que proíbo o engenheiro, aliás, o Dr. Frederico Pinheiro de entrar no gabinete, exatamente porque chegaram ao meu conhecimento esses comportamentos, todos eles relacionados com notas e dados e documentos.

Portanto, foi o comportamento daqueles quatro dias, e também o facto de andar a tirar cópias, muitas, não se sabe bem para quê. Repetindo o que disse há pouco, talvez a perícia da Polícia Judiciária nos ajude a esclarecer essas matérias, mas as autoridades competentes seguramente tratarão disso, não serei eu.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — O Dr. Frederico Pinheiro era membro de um gabinete, enfim, dentro do que é a composição orgânica e o regime jurídico a que estão sujeitos os gabinetes dos membros do Governo.

A sua exoneração foi feita ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Foi.

Tenho ouvido algumas interpretações estranhas sobre a exoneração, porque algumas das observações e posições que já vi algumas pessoas tomar — alguns até juristas — significariam que um membro do Governo que estivesse sem dados estava impossibilitado de exonerar um membro do seu gabinete. Por hipótese, não é?... Tenho voz, mas não tenho dados, portanto, não tenho *e-mail*, não consigo... O despacho tem de ser assinado, e depois tem de ser enviado.

Portanto, se algumas das teses... De que é preciso previamente... Ou de que a exoneração é válida com o despacho... Por absurdo, e, nestas coisas, muitas vezes... Não sou jurista, mas o Sr. Deputado André Ventura é, bem como outros Srs. Deputados, e eu penso que estas coisas se aprendem nas universidades de Direito, não é?... Quer dizer, às vezes, a redução ao absurdo e os casos extremos ajudam-nos a perceber se essa interpretação legal faz ou não sentido.

Considero absurdo que, por exemplo, se, por qualquer razão — e é possível que isso aconteça —, não tiver dados no momento, eu esteja, na prática, impedido de exonerar alguém que é ou deixa de ser membro do meu gabinete de acordo com a minha vontade, e só. É que há mesmo uma grande diferença entre a constituição de gabinetes e, por exemplo, comissões de serviço ou relações laborais, com contrato.

Aqui é um pouco ditatorial, se quiser. É a vontade pura de um membro do Governo. A vontade sobrepõe-se. Obviamente, depois tem de haver um



despacho — e houve! Portanto, sim, cumprimos integralmente a lei. Tem de haver um despacho, mas o mais importante... Aliás, é a única maneira de garantir que são cargos de pura confiança política. E, portanto, a qualquer momento podem ser nomeados e a qualquer momento podem ser exonerados, e, sim, a exoneração por telefone ou verbal é inteiramente válida.

Naquele caso, entendi que ela era necessária e que, se não o exonerasse naquele momento, estaria, aí sim, a falhar às minhas obrigações. Porquê? Porque é no momento exato em que deteto a falha e chego Portugal que o exonero. Eu tinha Conselho de Ministros no dia a seguir... Cheguei de Singapura às 8 horas da noite, são voos com escala de mais de 16 horas, com *jet lag* pesado, portanto, cheguei... Mas entendi que devia fazer aquilo.

E a chefe do meu gabinete, como disse ontem, apesar de 16 horas de voo, voltou ao gabinete por duas razões — ela ontem só referiu uma, mas havia duas razões: para enviar o ofício para a CPI e porque eu lhe pedi para que ela fizesse imediatamente o despacho da exoneração do Frederico Pinheiro.

A chefe do meu gabinete foi para o Ministério, depois aconteceram os factos que todos conhecem, e, mesmo depois de ter sido agredida, houve uma coisa que ela fez, porque tinha de fazer naquele dia e não poderia ser noutro dia: o ofício para a CPI. Não enviando o ofício naquele dia, ou pedíamos uma nova prorrogação ou podíamos ser acusados de crime de desobediência, e, mesmo depois de ter sido agredida, Eugénia Correia cumpriu o seu dever.

A sua preocupação número um, como foi ontem aqui descrito, foi enviar à CPI a informação que tinha de ser enviada naquele dia, e incumpriu a minha orientação: «Prepara-me o despacho da exoneração do Frederico.» Mas, de facto, face ao sucedido, e como ele não tinha de ser assinado naquele dia... Podia ser assinado, como foi, no dia imediatamente a seguir, mas

também podia ser assinado duas semanas a seguir, porque, repito, o que interessa é a vontade do membro do Governo na nomeação e na exoneração.

Esta interpretação de que é preciso... tornaria a coisa estranha, porque, para todos os membros do Governo, o seu primeiro ato seria escrever um despacho de nomeação. Como não têm ninguém, não têm secretário, não têm motorista... Não podem, porque, segundo a interpretação de alguns, só com o despacho... Portanto, o primeiro ato de qualquer membro do Governo seria esse membro do Governo transformar-se em jurista, ou chefe de gabinete, temporariamente, e ele próprio fazer um despacho para poder ter alguém com quem trabalhar.

Qualquer pessoa que tenha participado num governo, como secretário de Estado ou ministro, ou como chefe de gabinete ou adjunto de um gabinete, sabe que isto não faz sentido. Como é evidente, o meu gabinete... As pessoas iniciaram funções a partir do momento em que eu as convidei, e elas chegaram, sentaram-se, tiveram um computador, podiam falar comigo, e cessam funções nas mesmas condições, no exato momento em que lhes é comunicada a exoneração, coisa que fiz.

Com as mentiras que foram contadas... Repare, como disse, foram muitas coisas que recebi... Vi a minha chefe de gabinete, testemunhei a sua exasperação, e eu próprio fiquei exasperado, com o facto de haver notas e depois não enviarem as notas.

Eu cheguei às 8 horas da noite, 7 horas e 50 minutos, tinha Conselho de Ministros no dia seguir, portanto, ia estar muito tempo fora, nem sei se na tarde... Penso que só poderia ir ao gabinete na sexta-feira e entendi ser meu dever não sujeitar pessoas que me tinham dito que, de facto, não conseguiriam continuar a trabalhar mais com o Frederico Pinheiro... Não me pareceu, de facto, adequado não o fazer imediatamente.

Portanto, assim que aterrei em Portugal, tendo todos os fundamentos para o exonerar, exonerei-o, e exonerei-o ali, não dois dias depois, porque

entendi que era meu dever exonerá-lo exatamente naquele momento e que ele não continuasse nem mais um segundo como meu adjunto. E foi o que fiz, nos termos da lei.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Confirma que essa exoneração aconteceu às 20 horas e 45 minutos desse dia?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — O meu telefonema da exoneração ao Dr. Frederico Pinheiro, que durou 1 minuto e 21 segundos, foi às 8 horas e 40 minutos da noite que o fiz. É o que está registado nas minhas chamadas.

*Pausa.*

O início do telefonema.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sobre os acontecimentos desse dia 26 — não me cabe agora qualificá-los —, houve denúncia às autoridades competentes? Ou seja, houve denúncia dos mesmos às autoridades policiais ou judiciais?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sim, como foi ontem relatado, houve vários telefonemas de pessoas presentes no Ministério — do segurança e das pessoas que tinham testemunhado o sucedido, tendo algumas delas sido agredidas.

Eu próprio liguei. Fiz o que acho que me compete, que é: quando sou alertado para o facto de aquilo estar a acontecer e de haver um conjunto de pessoas que comigo trabalham fechadas numa casa de banho, apavoradas, eu próprio, chocado com o sucedido, liguei ao meu colega de Governo, o Sr. Ministro da Administração Interna, e pedi-lhe para me pôr em contacto com

a... Reportei-lhe os factos e disse que queria falar também com a PSP, coisa que fiz. Depois, mais tarde, falei com a Ministra da Justiça a fazer um pedido análogo ao que tinha feito ao Sr. Ministro da Administração Interna, que foi para pôr-me em contacto com a Polícia Judiciária, coisa que também aconteceu.

Estes foram os dois contactos que fiz com as autoridades. Houve vários na PSP. Com a PJ fui só eu. Quer dizer, se calhar, a Ministra da Justiça também falou quando me pôs em contacto, porque teve que falar e dizer: «Olhe, vai-lhe ligar este senhor por alguma razão». Mas foram esses os contactos que tive, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ou seja, decorrerá um inquérito para apuramento da matéria criminal. Independentemente desta Comissão de Inquérito, esse inquérito decorrerá para o apuramento do que aconteceu nesse dia 26?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Exatamente, Sr. Deputado. De forma que seja apurada toda a verdade. Há denúncias, há relatos, há relatórios.

As autoridades obviamente ouvirão quem têm de ouvir, farão as análises que tiveram que fazer, ou seja, farão o seu trabalho e nisso não me meterei, até porque não tenho nada a ver com essa matéria.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Conhece o Código de Conduta que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2022, de 9 de maio?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sim.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sabe que esse Código de Conduta obriga todos os membros do Governo e respetivos gabinetes?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sim.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Considera que cumpriu os deveres nele estabelecidos?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, concluí.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro, muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, queria pedir a palavra para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, foram aqui invocados Deputados do PSD que não estão presentes e ditados factos que não são verdadeiros, pelo que queria repor só a verdade na defesa da honra das pessoas que não estão presentes.

O Sr. **Presidente**: — Quer, então, utilizar o artigo 77.º, n.º 1, alínea i) do Regimento da Assembleia da República.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Era exatamente o que eu ia dizer, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, o nosso drama é sempre aquilo que o Sr. Ministro considera normalidade. Não, Sr. Ministro, não é normalidade reunir com os altos quadros antes de virem ao Parlamento. Não é normalidade.

Eu não sei o que é normalidade para si, mas isso para nós não é normalidade. Estou neste Parlamento há 12 anos e nunca reuni nessas condições. E já fui do partido do poder e já fui da oposição.

Portanto não é normal! Não é normal esconder, não é normal combinar perguntas, não é normal combinar respostas. Mais, tanto não é normal e é censurável que o Sr. Presidente da Assembleia da República acabou de dizer que queria que isso não acontecesse.

Por conseguinte, Sr. Doutor, pelo amor de Deus, não nos arraste para a sua normalidade e tire da boca, nomeadamente o Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Fica registado. Ficará em ata, como é perfeitamente normal nestas condições.

O Sr. Deputado Bruno Aragão pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, também para uma interpelação à Mesa nos mesmos termos, invocando para o efeito o artigo 77.º, n.º 1, alínea *i*) do Regimento da Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, quero que fique registado em ata que o Sr. Ministro — e isto é verdade, seja o Sr. Ministro, seja que pessoa for — está aqui na qualidade de inquirido de uma comissão de inquérito e tem de ser, com isenção, respeitado nessa qualidade.

Portanto, penso que isto deve ficar registado em ata, porque as interpelações à Mesa fazem-se para a Mesa. O inquirido, seja ele qual for, tem de ser respeitado e contraditado naquilo que tiver que ser, mas dentro dos moldes que deve seguir uma comissão de inquérito com vista ao apuramento da verdade no âmbito de uma comissão de inquérito. Julgo que devemos sempre manter essa distância, porque o inquirido, seja ministro ou não, é nessa qualidade que está aqui.

Assim, quero que isso fique registado na ata.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Aragão, ficará também registado em ata.

Vamos, então, recentrar-nos e focarmo-nos no que é essencial, que é o esclarecimento cabal sobre o objeto deste inquérito, porque é isso que nos reúne hoje aqui.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, do PSD.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, já chega de canções de embalar, vamos a outros assuntos.

O Sr. Ministro, no dia 2 de maio, num gesto de rara lucidez, submeteu a sua demissão ao Primeiro-Ministro, invocando na sua justificação que apresentava o pedido de demissão «em prol da necessária tranquilidade institucional, valor pelo qual sempre pautei o meu comportamento». E

acrescenta: «Considero que a preservação da dignidade e imagem das instituições é um bem essencial». Foi esta a sua visão. Depois, acrescenta uma coisa que não é verdade, quanto aos documentos que fez chegar à Comissão.

Entretanto, o Sr. Primeiro-Ministro vem dizer que, de facto, os atos que aconteceram são deploráveis, pede desculpa ao País e decide que o Sr. Ministro tem de ficar porque «não ocultou qualquer informação à comissão parlamentar». Foi esse o fundamento. E diz, aliás, que se não for assim, a responsabilidade é dele — veja bem no que o meteu!

Entretanto, o Sr. Presidente da República — que não é uma pessoa qualquer — emitiu também sobre esta vossa decisão um conjunto de considerações que têm a ver com a responsabilidade política.

Ora, Sr. Ministro, dito isto, e tendo passado cerca de um mês, pergunto-lhe: em que é que o Sr. Ministro se baseia para concluir, como tem dito, que tem todas as condições para continuar no seu cargo?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sr. Deputado, considero que a sua pergunta não cabe muito bem dentro do objeto desta Comissão, mas terei todo o gosto em responder-lhe: porque entendo, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ora bem, de facto, até cabe, porque não sei se temos Ministro das Infraestruturas desde o dia 2.

Sr. Ministro, no dia 4 reuniu a Comissão de Vencimentos — no dia 4 de maio, ainda estava o senhor embrulhado nisto —, e a Comissão de Vencimentos fixou um vencimento para o novo Presidente do Conselho de Administração de 420 000 €, bastante abaixo do valor da CEO anterior. Mas o senhor tinha prometido a esse novo CEO um outro valor. Consegue explicar-nos isto?



O Sr. Dr. **João Galamba**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Pois, esse é o problema. É que, quando chega aqui, depois já não consegue explicar.

Não estando explicado isto, se calhar vale a pena nós irmos para a exoneração da CEO e do Presidente do Conselho de Administração.

Como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, foi apresentado o relatório da IGF numa sexta-feira, foram demitidos na segunda-feira e apresentado um novo CEO.

Dê-me, por favor, a linha do tempo de sexta para segunda-feira, o que aconteceu de um ato até ao outro ato.

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Saiu na sexta-feira, eu e o Sr. Ministro das Finanças tivemos uma longa conversa no domingo e tomámos essa decisão, os dois — já agora, em total acordo e sintonia na decisão. A nossa leitura sobre as implicações do relatório da IGF coincidia.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Nada mais aconteceu de relevante? Nenhuma reunião? Nenhuma consulta? Nenhum contacto?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sr. Deputado, os membros do Governo falam entre si quando tomam decisões e penso que devem falar entre si em liberdade, coisa que fazemos.

O Sr. Deputado quer concretizar um bocadinho mais a sua pergunta?

Os ministros falaram. Os ministros decidiram.

O Sr. **Presidente**: — Pararei a contagem do tempo, se quiser, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Ministro, perguntei se tinha havido, além deste, mais algum contacto. Houve algum tipo de reunião técnica, com os serviços?

Na segunda-feira apresenta um novo CEO. Abordou-o antes? Abordou-o durante o fim de semana? Quando é que isto aconteceu?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Eu falei com o novo CEO na segunda-feira, de manhã.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Foi nessa segunda-feira de manhã que lhe telefonou e que lhe garantiu esse salário igual ao da CEO que se preparava para demitir.

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sim.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O Sr. Doutor leu o relatório da IGF?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Li, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Leu os anexos?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Não li todos os anexos e todas as páginas, não, Sr. Deputado. Mas tenho adjuntos e um gabinete que também fazem esse trabalho e que depois, obviamente, me apresentam todos os dados.

Aliás, sou conhecido — e é facilmente comprovável — por estudar bastante os dossiês e dominar bastante os temas. Mas há uma coisa que reconheço, Sr. Deputado, não é humanamente possível ler detalhadamente todos os relatórios, todos os anexos. É por isso que as funções governativas

se exercem com gabinetes. De facto, sim, quer um secretário de Estado, quer um ministro precisam de ajuda do seu gabinete para ler os documentos.

Portanto, Sr. Deputado, sim, li. Não li todos os anexos, todas as páginas, mas li o relatório e li o fundamental, Sr. Deputado: as conclusões. Além disso, também tenho juristas que leem o relatório. Por isso, sim, o trabalho foi bem feito, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Ministro, eu não lhe faria essa deslealdade — eu não tenho esse estilo, está mal-habitado.

O que lhe queria perguntar é se dessa leitura toda não concluiu, claramente, que os meios de defesa usados pela ex-CEO não foram iguais aos dos demais, sendo que ela era a principal visada. Não identificou isso?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sr. Deputado, não sou jurista. O que li do relatório pareceu-me adequado. Tenho juristas que me aconselham e dão a sua opinião, por isso repito o que disse há pouco. Entendemos — tal como disse ontem a minha chefe de gabinete — que o relatório da IGF é fundamento suficiente para a destituição dos dois administradores e foi o que fizemos.

Não sou jurista, sou licenciado em Economia. Por acaso, gosto bastante de Direito, mas não estudei Direito e é por isso que tenho juristas. E tenho uma grande jurista, Sr. Deputado. A minha chefe de gabinete é uma extraordinária jurista. Portanto, sim, falo com ela sobre quase todas as matérias.

Neste caso concreto, Sr. Deputado, para tomar a decisão, não falei com a minha chefe de gabinete, falei apenas com o Sr. Ministro das Finanças. E porquê? Porque as conclusões eram de tal forma evidentes que a decisão foi com base nas conclusões.

Além disso, a fundamentação jurídica foi ontem amplamente discutida pela minha chefe de gabinete e eu não só não participei nesse trabalho como não me sinto habilitado a discuti-lo em detalhe, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então, para tomar essa decisão, ninguém fez uma consulta a ninguém que fosse jurista. Limitaram-se a seguir o relatório da Inspeção-Geral de Finanças?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sr. Deputado, o relatório da Inspeção-Geral de Finanças diz claramente que houve violação de normas e regras e que, nos termos do Estatuto do Gestor Público, isso é fundamento para a destituição. Foi o que fizemos. Quanto a essa parte, não é preciso ser jurista para entender.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então, porque é que depois dessa data foram procurar fundamentação jurídica para o ato, se já estava decidido e declarado?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sr. Deputado, repito: a fundamentação jurídica é o relatório da IGF.

Como sabe, eu também sou casado com uma jurista e conheço aquelas piadas que se dizem que, entre dois juristas, há cinco opiniões. Portanto, é normal que haja divergências, depois, na construção — como disse ontem a chefe do meu gabinete — da estratégia concreta.

Mas não há nenhuma divergência sobre este facto. Isto foi afirmado pela chefe do meu gabinete ontem e eu repito: o fundamento para a destituição dos dois administradores é o relatório da IGF e, independentemente de discordâncias de estilo jurídico, depois, na redação concreta, não há nenhuma divergência. Há, aliás, total sintonia e os dois

gabinetes estavam inteiramente de acordo com o fundamento principal: o fundamento para a destituição era o relatório da IGF.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Ministro, então a decisão é completamente robusta e o Sr. Ministro está completamente à-vontade.

E se o Estado for condenado porque, de facto, não era assim que se fazia?

O Sr. Dr. **João Galamba**: — Sr. Deputado, não tenho nenhum indício de que isso possa acontecer. Sabe, Sr. Deputado, as decisões de um membro do Governo — todas! — envolvem sempre algum risco, algum risco.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Pois! Pois!

O Sr. Dr. **João Galamba**: — O que importa é se temos ou não confiança nas nossas decisões, e sim, Sr. Deputado, essa confiança existe e, repito, não houve nenhuma divergência entre o Ministério das Finanças e o Ministério das Infraestruturas quanto à decisão: o relatório da IGF é fundamento suficiente para a destituição dos dois administradores, o que veio a ocorrer.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Esse risco poderá oscilar entre 3 e 4 milhões, que nós já sabemos quem terá de pagar.

Sr. Ministro, em relação aos resultados de 2022, perguntei-lhe porque é que tinha impedido a divulgação e o Sr. Ministro respondeu que ninguém pediu, porque ninguém pediu, foi uma coisa conjunta, e vou ler-lhe um *e-mail*, enviado pelo seu gabinete, portanto, vou reproduzi-lo, que diz: «Os resultados da TAP deverão ser objeto de comunicado e não deve ser efetuada

qualquer conferência de imprensa ou dada qualquer entrevista sobre este assunto.» Isto é ou não é uma instrução?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Isso é uma instrução, sim, senhor, é uma orientação sim, mas não é como o Sr. Deputado pretendeu dizer, um... Repito a resposta que dei na Comissão de Economia e que é válida: para eu ter impedido, alguém teria de ter pedido e esse pedido não foi feito.

Toda essa matéria foi, aliás, ontem, amplamente descrita e subscrevo tudo o que disse a chefe do meu gabinete sobre essa questão.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Deixe, a quem nos ouviu, a conclusão óbvia, Sr. Ministro: é tudo tão escorregadio!...

Continuando, Frederico Pinheiro era, presumo, um homem da sua confiança.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Conhecia Frederico Pinheiro há vários anos, não éramos íntimos, mas conhecia, nunca tinha trabalhado com ele, mas o meu objetivo principal foi... Eu entrei como Ministro das Infraestruturas numa fase complicada, obviamente, de grande turbulência na TAP, e entendi que uma das minhas obrigações era assegurar que haveria continuidade e, portanto, que o trabalho de tutela da TAP, por parte do Ministério das Infraestruturas, podia continuar a ser desempenhado e não tinha nenhuma razão para não manter Frederico Pinheiro no meu gabinete.

Aliás, tenho vários membros do meu gabinete que transitaram de gabinetes anteriores dos meus antecessores no Ministério das Infraestruturas e uma das razões é exatamente essa, é porque precisamos, obviamente, de assessores e adjuntos que conheçam os temas, conheçam as pessoas, e na TAP isso era particularmente crítico, sobretudo no momento em que

entrámos, com questões sindicais importantes, com os resultados. Portanto, eu não tinha nenhuma razão para não manter o Frederico Pinheiro. A partir do momento em que passei a ter, exonerei-o.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — A formação dele é em Jornalismo, é jornalista. Ele referiu aqui, ontem, que tinha por hábito tirar sempre notas de todas as reuniões externas. Tinha conhecimento disso?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Vi Frederico Pinheiro várias vezes tirar notas, sim.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Ministro, relativamente às reuniões dos dias 16 e 17, que depois redundaram na famosa exoneração, a pergunta que lhe faço é a seguinte: havia ou não havia notas da reunião, na sua opinião?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, aí só lhe posso dizer o que sempre foi transmitido, a mim e a toda a gente, repito, a toda a gente, múltiplas testemunhas e factos e atos, que seriam estranhos se houvesse notas. Repare, se o meu gabinete sempre ... Se tivesse sabido que sempre houve notas e tivesse a tal decisão de não as divulgar, é um pouco estranho, é um pouco estranho no dia 24 dizer «afinal, tenho notas» e a decisão ser suspender o envio. Para já, nunca seria «afinal, tenho notas», porque sempre disse que tinha notas, não pode haver o «afinal, tenho notas». Há testemunhas disto, Sr. Deputado, há testemunhas, há pessoas. Uma já esteve aqui ontem e falou amplamente, mas há testemunhas, portanto, podem perguntar. Há uma coisa que lhe garanto, do que ouvi até agora não há uma única testemunha de Frederico Pinheiro em todos estes... Há sempre a história, que tem, obviamente, todo o direito de a contar, mas não tem nem

factos que o comprovem, nem elementos que o demonstrem, nem testemunhas que o sustentem, e, portanto, Sr. Deputado,...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Ministro, explique-me que interesse é que tinha Frederico Pinheiro... Porque as coisas funcionam com base na normalidade. Ele não tinha notas da reunião, perguntaram se não tinha, ele diz «não tenho» e, no fim do prazo, lembrou-se: «Engraçado, engraçado era eu arranjar aqui umas notas.» E, com isso, desgraçar a vida dele. Que sentido é que faz ele inventar notas se não as tivesse? Não é muito mais razoável a tese de que combinaram que as notas dele não entravam e quando envolveram um nome, nesta Comissão de Inquérito, ele disse: «Cuidado, que se eu falar, vou dizer a verdade.»? Isto não faz muito mais sentido para si?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, o Sr. Deputado tem todo o direito de querer acreditar nas histórias que quiser acreditar. Não vou acrescentar muito mais do que foi dito à exaustão, demonstrado à exaustão, em múltiplos momentos, pela chefe do meu gabinete e por imensas testemunhas. Repito, imensas! Na reunião de dia 5 há quatro testemunhas, no dia 24 há mais duas testemunhas, uma delas não é do meu gabinete, que desmente Frederico Pinheiro quando ontem disse que a reação de Cátia Rosas foi «havia a decisão de não enviar». Desmente! Portanto, Sr. Deputado, repetindo, os factos sustentam amplamente uma narrativa, nos seus múltiplos momentos, e não há nenhum facto que sustente a outra.

Partilho da mesma perplexidade do Sr. Deputado: o que raio se terá passado na cabeça de uma pessoa para ter aquele comportamento?! Mas isso não muda o facto de que ele teve esse comportamento.

Sr. Deputado, nós, para compreender a realidade, obviamente temos de nos pôr nos pés dos outros e tentar empaticamente, de alguma forma,



relacionarmo-nos com as coisas. Eu não consigo, neste caso, e tenho a mesma perplexidade do Sr. Deputado. Mas há uma coisa que eu não tenho, é dúvidas contra os factos. E Sr. Deputado, com toda a informação que aqui já foi transmitida, o Sr. Deputado também não deveria ter. Da perplexidade, nada a dizer, eu tenho-a, Sr. Deputado, também me questiono: o que se terá passado? Mas o que é que justifica isto? Mas que isto aconteceu, parece-me amplamente demonstrado, e o Sr. Deputado não me leve a mal, mas se o Sr. Deputado atender aos detalhes do que foi relatado, aos factos apresentados, às provas existentes e ao facto de haver testemunhas — só esteve aqui uma testemunha, mas há muito mais testemunhas —, não percebo que dúvidas há. Parece-me evidente que o meu gabinete tudo fez, em cada momento, para entregar tudo, tudo!

Repare, o Sr. Deputado diz que a tese plausível parece ser que quando ele ameaçou contar... O Sr. Deputado esquece-se sempre de que há testemunhas que dizem... Não é uma, não é a chefe de gabinete, que esteve aqui ontem e que, aliás, descreveu momentos em que há testemunhas, e não trabalham todas no meu gabinete, Sr. Deputado. E não há uma única testemunha, um único facto... O facto que Federico Pinheiro apresenta é uma mensagem enviada depois da minha mensagem, da mensagem da Dr.<sup>a</sup> Eugénia, de múltiplas insistências, do adiamento do prazo...

Sr. Deputado, o único elemento que Federico Pinheiro tem para apresentar é aquele da mensagem que diz «acho que devemos rever a decisão de não enviar», que é, naquele contexto, uma mensagem absurda, porque é uma resposta «por favor, dá, para nós enviarmos»! Se tivesse sido dito, antes de tudo, «acho que devemos rever a decisão de não enviar», era pelo menos plausível. Aqui, ela nem sequer é plausível, é pior do que falsa, é ininteligível.

Como é que alguém responde a iniciativas da Eng.<sup>a</sup> Cátia Rosas, a telefonemas da minha chefe de gabinete, que ele não desmentiu, e de que,

aliás, há provas, mensagem da minha chefe de gabinete, mensagem minha e telefonemas, eu a tentar falar com ele e não conseguir, e, perante este desespero amplamente evidenciado, de tentativas de arranjar as notas para as entregar, ele responde: «Considero fundamental rever a decisão de não entregar as notas»?

Só posso concluir uma coisa dessa mensagem: essa mensagem é fabricada e plantada exatamente para poder dizer que ele, num momento, disse que havia uma decisão de não enviar; calha é que, de facto, o momento foi o errado, porque todas as ações anteriores — todas!...

Faça a pergunta ao contrário: se havia uma decisão de não entregar naquela madrugada do dia 25, por que raio prorrogaram o prazo para entregar no dia 24? Por que raio Cátia Rosas envia — vou dizer assim — «acrescenta coisas, por favor», e depois, quando ele não acrescenta, prorroga-se o prazo? Ele até disse: «Ah, pensava que já tinha sido enviado.» Não, foi para ele!

Ou seja, tudo demonstra que não havia nenhuma decisão, sobretudo não havia nenhuma decisão. Aquela mensagem, repare, é única! O único momento em que ele apresenta uma prova em que diz «aqui está a demonstração», é uma mensagem absurda!

Quando 20 pessoas pedem «por favor entrega, precisamos», prorrogam o prazo e enviam... Como é que uma mensagem?... É que não é a meio, é no fim, é o último ato de todos, não há nenhuma mensagem minha depois disso; não há nenhuma mensagem da chefe de gabinete depois disso; é a mensagem dele que encerra todo este fio de tempo, que foi ontem amplamente descrito pela minha chefe de gabinete.

E, portanto, Sr. Deputado, é por essa razão... Os senhores podem continuar a falar, ainda hoje vi, mas não há contradições. Há duas versões que não batem certo uma com a outra, claro, mas é que há uma diferença entre as duas: uma é sustentado em factos, testemunhos, e a outra não é. Se

eu agora disser que hoje é quarta-feira e alguém disser que hoje é sexta, bem, são, de facto, duas afirmações contraditórias, mas não são equivalentes.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Hoje é quinta-feira!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Tem razão, é quinta-feira!

*Risos.*

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, ontem foi referido também que essa tal exoneração feita pelo telefone — e temos os dois consciência de que se isto não for exatamente assim, do ponto de vista da validade, vai haver um problema enorme, criminal, para uma série de gente naquele Ministério —, mas ontem, a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete, com o depoimento dela, dizia que, embora fosse ao telefone, com o Frederico Pinheiro o Sr. Ministro estava completamente normal. Não me parece possível, porque eu conheço-o... Explique lá se isto é verdade ou é mentira.

O Sr. **Presidente**: — Tem de ligar o microfone, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — O meu transtorno foi anterior, Sr. Deputado, foi duas noites sem dormir em Singapura — uma noite e tal —, isso é que foi um transtorno. Desesperado, porque queria cumprir com a Comissão Parlamentar de Inquérito, e a informação que tinha é que não podia cumprir, porque, afinal, havia umas notas que não conseguia enviar. E aí, sim, estive desesperado e bastante exaltado, Sr. Deputado, e a minha chefe de gabinete também, exatamente porque queríamos cumprir.

Quando aterro em Lisboa — e isto poderá ser comprovado, estava com pessoas no carro que podem testemunhar —, estive muito tranquilo, Sr.

Deputado. O mesmo não posso dizer de Frederico Pinheiro. Eu estive muito tranquilo, Sr. Deputado.

Sobre essa conversa digo-lhe duas coisas: nego categoricamente que tenha ameaçado Frederico Pinheiro. Foi um telefonema de exoneração, eu exonerei Frederico Pinheiro; portanto, nego, categoricamente, que tenha ameaçado Frederico Pinheiro. Mas afirmo que fui ameaçado por Frederico Pinheiro, e não foi pouco, Sr. Deputado. E pode ter a certeza de que se havia alguém muito, muito, muito, mesmo muito exaltado naquele telefonema não fui seguramente eu.

**O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD):** — Deixemos a avaliação destes depoimentos a quem nos ouve.

Sr. Ministro, o computador do Dr. Frederico Pinheiro foi objeto de classificação de uma série de documentos. Como foi esse processo?

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Posso só acrescentar uma coisa à resposta anterior?

E há outro dado importante também. Portanto, a pessoa verdadeiramente exaltada, que me ameaçou, foi Frederico Pinheiro, que, aliás, a seguir foi fazer o que sabemos que fez: de facto, agrediu pessoas.

Portanto, Sr. Deputado, repito, o exaltado naquele telefonema não fui, seguramente, eu, isso lhe garanto. Eu sou uma pessoa colérica, mas estava até aliviado por resolver aquele problema. Estava muito, muito, muito tranquilo! E o que ficou evidente é que a decisão de exonerar por telefone foi boa, tal era o nível de perturbação e o que me disse a seguir o Dr. Frederico Pinheiro, e o que fez a seguir no Ministério às minhas adjuntas, que não só tinha o dever de o exonerar imediatamente — portanto, só o poderia fazer por telefone —, como também tinha o dever de não sujeitar o resto da equipa a continuar com ele enquanto eu estava no Conselho de

Ministros e fora do gabinete, como pelo estado de exaltação e pelo comportamento seguinte. Se calhar, foi mesmo melhor ter exonerado Frederico Pinheiro logo por telefone, por todas estas razões, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Imaginamos, também deve ser um animal feroz, como dizia o outro!...

Sr. Ministro, Frederico Pinheiro foi credenciado para poder ter acesso a este conjunto de documentos classificados?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, Sr. Deputado. Explicou-se ontem que a relação é ao contrário.

Penso que foi o Sr. Deputado André Ventura, na audição, que perguntou: «Mas é normal um assessor ter documentos classificados?»

É ao contrário. Os documentos, como foi ontem amplamente explicado pela chefe do meu gabinete, estavam no computador do Frederico Pinheiro. Portanto, a questão não é como é que documentos classificados lá foram parar. Nós classificámos aqueles documentos quando no-los pediram da CPI. Foi nesse momento que eles foram classificados.

Portanto, a questão não é como é que o Frederico Pinheiro teve documentos classificados, é ao contrário. Ele já tinha os documentos e, entretanto, esses documentos foram classificados.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, quem é que, no meio de tantas versões, lhe disse que devia falar com o SIS?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não há tantas versões aqui, desculpe lá que lhe diga. A questão que acabei de dizer foi exatamente relatada ontem pela chefe do meu gabinete, nos exatos termos em que acabei de o fazer.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Irá perdoar-me, mas quem foi?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Mudou, já percebi. Pensei que estava na pergunta anterior.

Então, continue, Sr. Deputado. Peço desculpa. Fui eu que percebi mal.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Estava a perguntar quem é que lhe disse que devia falar com o SIS.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — O SIS? Penso que, na conferência de imprensa, o Secretário de Estado do Primeiro-Ministro disse que, nas questões de dados, as entidades relevantes eram o SIS e a Polícia Judiciária. Eu liguei à Ministra da Justiça e falei da Polícia Judiciária e, depois, transmiti à minha chefe de gabinete que devíamos falar com o SIS, e ela disse «já falei com o SIS», nos termos em que ontem divulgou isso.

Não tenho muito mais a acrescentar, porque não falei com o SIS ou com o SIRP.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, referiu que existia alguma suspeita quanto ao registo de acessos a horas indevidas, ou menos próprias, do Dr. Frederico Pinheiro, nomeadamente por causa das tais fotocópias. Ontem, a sua chefe de gabinete também referiu que teria tido instruções — não nesta altura — para reportar tudo, fosse o que fosse.

O SIS acompanhava os movimentos do Dr. Frederico Pinheiro antes desta altura?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não faço a mais pequena ideia. Presumo que não.

Sobre a questão que a chefe do meu gabinete referiu, ela recebeu instruções, como foi ontem transmitido, que não foram transmitidas a mim. Foi ela que me transmitiu que tinha recebido essas instruções e agiu dentro do quadro dessa orientação, reportando apenas uma coisa, que é o facto de ter sido levado um computador, indevidamente, por alguém que já não era do gabinete.

Sr. Deputado, porque é que os documentos são classificados quando que são enviados para a CPI, como disse ontem a...? É exatamente para os poder enviar. Os documentos, se estiverem todos dentro de um circuito ministerial, onde só as pessoas que estão a trabalhar neles, em determinado momento, têm acesso, é no momento em que saem desse circuito das pessoas que normalmente têm acesso a eles, porque com eles trabalham, que a questão da classificação se coloca.

Deixe-me dizer que foi a primeira vez que vi alguém classificar um documento recorrendo ao Gabinete Nacional de Segurança, e isto é um elogio que eu faço à minha chefe de gabinete, porque a experiência que eu tenho em comissões de inquérito é que eram as próprias entidades que enviavam os documentos que os classificavam como confidenciais. É a experiência que eu tenho.

O Sr. **André Ventura** (CH): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Exatamente, Sr. Deputado, tem toda a razão. É por essa razão que eu penso que a decisão tomada pela chefe do meu gabinete foi juridicamente muito sólida.

Eu, que estive nove anos neste Parlamento, estive em múltiplas comissões de inquérito, lidei sempre — lidámos, eu e todas as pessoas que participaram — com esta questão, que era: então, mas agora o BES (Banco Espírito Santo), ou quem quer que seja, manda e são eles que dizem que é classificada? É o próprio que classifica?!

Eu aqui relato apenas o que foi descrito pela minha chefe de gabinete. A minha chefe de gabinete disse: «Mas o que é isso de agora... Somos nós, ou é a TAP que diz o que não pode enviar? Tem de haver uma entidade terceira.» E a ideia de recorrer ao Gabinete Nacional de Segurança foi da minha chefe de gabinete.

Eu, em nove anos, nunca tive conhecimento... Não sei, não quer dizer que não tenha havido, pode ter havido alguém, mas eu não tinha conhecimento disso. Porquê? Porque em todas as comissões de inquérito — todas, sem exceção — se colocava esta questão: «É classificada, ou não é classificada?», «reconhecem os Deputados esta classificação, ou não reconhecem?» Esse debate existiu, penso eu, em todas as comissões de inquérito em que eu participei.

Ora bem, a minha chefe de gabinete — por isso é que eu disse que tenho a sorte de ter uma grande jurista, com muita experiência, como chefe do meu gabinete — tomou esta decisão. Foi ela que a tomou, exatamente como ela disse ontem, para poder enviar os documentos. A classificação é para poder enviar os documentos, coisa que fizemos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não tenho dúvidas, Sr. Ministro, de que, depois do depoimento dela, o senhor tenha muito para lhe agradecer!

Mas queria perguntar-lhe sobre outra coisa. Explique-nos este estranho desespero na recuperação do computador, que determinou cenas de violência, senhoras agarradas à mochila e agarradas ao Dr. Frederico



Pinheiro, e depois ele sai, depois ele volta, fecha na casa de banho, chama a polícia...

Porque é que havia esta preocupação toda com este computador?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, dos comportamentos havidos nessa noite, eu penso que só há estranheza na preocupação com o computador por parte de uma pessoa. É aquela pessoa que, acabada de ser exonerada, a primeira coisa que faz é correr desesperadamente para ir buscar um computador ao ponto de agredir pessoas.

Se eu fosse exonerado, a minha primeira preocupação não era ir a correr... Falava com a minha mulher, com os meus amigos, não era pegar no meu carro e ir a correr...

Já o comportamento da minha chefe de gabinete, a partir do momento em que há um computador cheio de documentos classificados que é indevidamente levado do Ministério, foi o de reportar às autoridades. Aí, não há nenhuma estranheza. A estranheza surge... Alguém perguntava... Já foi explicado ontem que o computador não tem nada a ver com ter notas ou não ter, porque as notas já tinham sido enviadas. A questão do computador é depois das notas enviadas. Não tem nada a ver com as notas.

Eu também me pergunto o que raio terá aquele computador, Sr. Deputado! Mas essa pergunta deve ser feita a quem tudo fez para, estranhamente... É que, repare, não é seguramente por causa de coisas pessoais que ele vem buscar o computador, porque essas ser-lhe-iam entregues, como é evidente. O Frederico Pinheiro é estudante de doutoramento. «Tenho capítulos da minha tese aí dentro.» Como é evidente, isso ser-lhe-ia entregue imediatamente. Como é evidente! Como o foram os livros, coisas que... Isso seria tudo entregue imediatamente, como é evidente.

A preocupação da minha chefe de gabinete, e bem, era salvaguardar documentos classificados. Portanto, essa preocupação não a acho estranha. Aliás, estranho seria não ter essa preocupação.

Mas há uma preocupação que eu acho mais do que estranha, bizarra e incompreensível. O que é que justifica alguém que, imediatamente após ser exonerado, a primeira coisa que... A primeira coisa, não sei. Não tenho acesso ao telefone. Não sei se foi... O que é que fez, a seguir ao meu telefonema, não faço a mais pequena ideia. Mais uma vez, as autoridades competentes poderão fazer essas perícias e avaliar exatamente o que foi feito a seguir.

O que eu acho muito estranha é a preocupação em vir desesperadamente buscar um computador imediatamente a seguir a ser exonerado. Há uma coisa que lhe garanto, Sr. Deputado: não foi — aqui, estou a especular —, seguramente, por documentos pessoais que lá tinha. Será por outra coisa.

Felizmente, esse computador foi recuperado pelas autoridades e está na posse da Polícia Judiciária. Portanto, todas estas questões poderão ser avaliadas por quem de direito.

Uma coisa eu lhe digo, Sr. Deputado: não é seguramente por mim, mas eu partilho da perplexidade do Sr. Deputado. Eu também acho esse comportamento muito bizarro e difícil de entender. Aí, partilho exatamente da sua pergunta: o que raio terá aquele computador para que alguém esteja disposto a fazer o que fez?! Concordo consigo, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Isto é curioso: às minhas perguntas, responde com as suas.

Se me tirassem do meu telemóvel os SMS todos e eu tivesse elementos pessoais no computador, ah, eu corria para lá!

Mas, dentro do que é bizarro, Sr. Ministro, que instruções é que o senhor deu para que as quatro mulheres se agarrassem ao homem, para lhe tirar a mochila? De que cabeça é que saiu esta instrução?

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Sr. Deputado, não me leve a mal, mas deixe-me corrigi-lo. O Sr. Deputado disse que ele foi buscar o telemóvel. O Sr. Deputado disse que, se lhe tirassem os números de telefone, não sei quê... O Frederico Pinheiro não foi buscar o telefone, foi buscar o computador.

Aliás, já foi ontem amplamente explicado pela minha chefe de gabinete a razão pela qual a sua preocupação inicial foi idêntica e simultânea: telefone e computador. Depois, por razões que o CEGER, que gere a rede, explicou, a preocupação passou a ser apenas o computador. E porquê? Porque foi transmitido à chefe do meu gabinete que a questão do telefone estava totalmente resolvida. Portanto, a preocupação inicial foi comum. A diferença de a seguir só nos termos preocupado... Quer dizer, ela, porque eu estava em casa, naquele momento. Mas válido, apoio e não há divergência nenhuma entre nós, de todo.

Essa é a explicação. É a explicação, Sr. Deputado. O telefone, repito, é do gabinete, o número é cedido ao gabinete, portanto, no momento em que cessa funções, só não o perde se o membro do Governo continuar a ter acesso aos elementos, ou se a chefe de gabinete assim o entender. E a chefe de gabinete entendeu — a meu ver, bem —, atendendo aos comportamentos dos últimos dias e à questão das impressões a horas impróprias e em grandes quantidades, que, sim, a salvaguarda do telemóvel e do computador era uma obrigação dela. E assim o fez, como ontem relatou.

**O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD):** — Vou terminar com um protesto e uma pergunta.

O protesto é este: Sr. Ministro, há mais de dois meses, no dia 2 de março, nós pedimos o envio de todas as comunicações referentes à TAP, trocadas entre o Ministério e a TAP. Todas. Não sei que parte da palavra «todas» é que suscita dúvidas. São todas: dos dias 16, 15, 24. Todas.

O Ministério não as mandou. Não as mandou! Não as mandou no prazo. Foi-lhe pedido que as mandasse e não mandou. Isto é quase provocatório. E entendeu mandar mais alguns, que eu nem sei quais são, hoje. Ou seja, no último dia, na audição da terceira pessoa que tem a ver com este tema, V. Ex.<sup>a</sup> ordena que enviem para a Comissão de Inquérito um conjunto de documentos que nós andamos há dois meses a pedir. Isto é tudo menos transparente e isto não é um erro, é um padrão.

Sr. Ministro, depois do que falámos aqui, depois do que ouvimos ontem, em qualquer das versões, com pessoas da sua confiança, que trabalhavam para si, nas instalações do Ministério, com agressões à mistura, retirada de equipamentos, chamada da polícia, chamada dos serviços de informação, isto vai ter de ser muito bem explicado. Depois de tudo o que aconteceu, a minha pergunta só pode ser uma: Sr. Ministro, quem é o responsável político por isto, que eu qualifiquei benevolmente como «pouca-vergonha»? Principalmente, o que é que aconteceu, a partir do dia 2, que lhe dá essa tranquilidade toda para achar que tem todas as condições?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não percebi a sua pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Vamos parar a contagem do tempo para poder repetir a pergunta.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira (PSD)**: — Ó Sr. Ministro, tenho todo o gosto em explicar.

Era uma vez um País onde havia um ministro e, no gabinete desse ministro, os funcionários desse ministro pegaram-se todos à pancada por causa do computador. E, depois de se pegarem, há um que ficou, outra fugiu, uma foi para a casa de banho, outro chamou a polícia. Entretanto, um desceu e tornou a subir com a polícia que tinha chamado. Mas, como havia vários polícias chamados, eles também chamaram outros, que vieram mais tarde, e cada um fez a sua participação. Entretanto, à cautela, para dar mais animação a isto, decidiram chamar também o serviço de informações para ir à casa do homem buscar o computador.

Isto não é ficção; isto aconteceu em Portugal, aconteceu no seu gabinete, de que é responsável. Pergunto: quem é o responsável político e qual é a consequência que vai tirar disso?

Acho que está bem explicado, não está, Sr. Presidente?

*Risos do Deputado do CH André Ventura.*

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Deixe-me corrigir uma afirmação que fez, porque ela é falsa. O Sr. Deputado disse que houve pancadaria entre membros do meu gabinete. Isso é falso, Sr. Deputado. O que houve foi um ex-adjunto, portanto, não é membro do meu gabinete, foi um ex-membro do meu gabinete que entrou e agrediu. Era só para fazer esta correção factual a uma coisa que o Sr. Deputado afirmou e que é manifestamente falsa.

Muito obrigado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não, não! Sr. Presidente, não é «muito obrigado», falta responder à perguntinha, não é?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, como a sua pergunta depende de uma premissa falsa, se quiser corrigir a premissa falsa e reformular a pergunta terei todo o gosto em responder.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Ministro, está respondido por natureza. O povo português sabe qual é a resposta.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O Sr. Ministro é que não sabe, é o único!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, pretende dizer mais alguma coisa sobre esta matéria, para terminarmos esta ronda?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não é preciso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, então, Sr. Deputado. Muito obrigado, Sr. Ministro.

À semelhança do que temos feito noutras audições, vamos fazer um intervalo de 15 minutos e voltaremos de seguida.

*Eram 20 horas e 42 minutos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, penso que já temos quórum. O Sr. Ministro também já está presente. Temos condições de sala para poder reiniciar a nossa sessão.

*Eram 21 horas e 13 minutos.*

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado do Chega, André Ventura. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, gostava de fazer uma interpelação à Mesa, antes de...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que se prende com o seguinte: uma vez que, na nossa última audição, tínhamos pedido a informação sobre os autos da PSP, e uma vez que isso hoje foi amplamente referido, queria perguntar-lhe, antes de começar a minha audição ao Sr. Ministro, se já nos chegou algum elemento da PSP à Comissão de Inquérito, para que possamos ter algum tempo para analisar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, informam-me os Serviços que ainda não.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem.

Caros Deputados, Sr. Ministro, boa noite. Sr. Ministro, na audição que aqui teve, a Sr.<sup>a</sup> ex-CEO da TAP frisou, e cito, que «o encontro partiu da iniciativa do Ministério das Infraestruturas, depois de ter feito uma recomendação, mas a iniciativa foi do Ministério das Infraestruturas». Pergunto-lhe: a Sr.<sup>a</sup> ex-CEO da TAP mentiu a esta Comissão de Inquérito?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, do que me lembro da declaração da ex-CEO da TAP, ela não é exatamente como o Sr. Deputado a leu, mas posso estar enganado.

A ideia que tenho é que ela terá dito «segundo me recorde»..., e, portanto, não considero que tenha mentido na Comissão de Inquérito, porque não considero que «segundo me recorde» e, depois «eu apresentar a prova», sejam duas afirmações contraditórias.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acha razoável que a Sr.<sup>a</sup> ex-CEO não se recorde de que a iniciativa foi dela e não sua?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não me compete qualificar. Estou apenas a atestar um facto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, a Sr.<sup>a</sup> ex-CEO não transmitiu a verdade à Comissão de Inquérito?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — A Sr.<sup>a</sup> CEO disse «tanto quanto me lembro», portanto, ela própria admitiu que não tinha isso inteiramente presente. É essa a memória que tenho da intervenção. Aliás, penso que houve notícias a dizer «João Galamba desmente...», mas não, não desminto.

Portanto, respondendo à sua pergunta, acho que as duas declarações não são contraditórias, porque a Sr.<sup>a</sup> ex-CEO disse «tanto quanto se recorda», desvalorizando sempre aquela reunião. Ou seja, não lhe dá a importância, o alcance que foi referido por alguns Srs. Deputados.

Portanto, tendo em conta a declaração que me recorde de ouvir — proferida pela Eng.<sup>a</sup> Christine, que difere ligeiramente daquilo que o Sr.



Deputado leu —, repito que não considero que a Eng.<sup>a</sup> Christine tenha mentido.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, acho que temos de nos entender sobre isto, de uma vez por todas, e o «sobre isto» diz respeito à articulação que houve, ou não houve, entre os dois ministérios.

Desculpe lá, mas temos um *e-mail* — que não estou autorizado a revelar aqui, na íntegra — que tem o seu nome em CC e que diz o seguinte: «A ausência de comunicação entre as duas tutelas é um ponto de fragilidade do Estado e, nessa medida, não deve ser valorizado pelo próprio Estado, elegendo-o como um dos fundamentos da destituição. É fragilidade para o Estado e a tutela setorial sabia disso.»

Sabia disto, Sr. Ministro? Sabia que não tinha havido articulação entre os dois ministérios e que podemos ter de pagar uma brutal indemnização por causa disto? É que o seu nome está aqui, neste *e-mail*, e está em CC. A excelente chefe de gabinete, a fantástica jurista, aquela que resolve todos os problemas, enviou este *e-mail* com o seu conhecimento.

*O orador exhibe o e-mail.*

Portanto, pergunto-lhe se estamos ou não perante um problema causado pela vossa tutela setorial, porque é isto que está neste *e-mail*.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, como deve entender, não vou comentar documentos classificados, mas reporto-me, apenas, à explicação que deu ontem a chefe do meu gabinete, quando referiu, e cito de memória, que essa falta de articulação era sobre a falta de articulação passada, e que não tem qualquer relação com a articulação ou a falta dela. Não é nenhuma qualificação sobre nada que se tenha passado entre

o Ministério das Infraestruturas e o Ministério das Finanças, tal como foi amplamente explicado, ontem, pela chefe do meu gabinete, a cujas declarações nada tenho a acrescentar, porque são bastantes para esclarecer esse ponto, em concreto, que o Sr. Deputado refere.

Portanto, o Sr. Deputado está a ler mal. Isso não é sobre articulação do Ministro João Galamba com o Ministro Fernando Medina, ou articulação do Ministério das Infraestruturas, tutelado por João Galamba, com o Ministério das Finanças, tutelado por Fernando Medina. Esse é um conjunto de *e-mails*, como foi ontem explicado, da preparação da DUE sobre a destituição. Daí decorre que essa articulação é entre o gabinete do meu antecessor e as Finanças, não tendo nenhuma outra relação, muito menos aquela que o Sr. Deputado sugere. Isso foi amplamente explicado, ontem, pela minha chefe de gabinete, cujas afirmações podem ser consultadas e explicam a sua dúvida.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, então, se havia este problema, porque é que aquilo que era ausência de comunicação e uma fragilidade para o Estado também não o foi no despedimento da CEO da TAP? Porque é que aquilo que, uns tempos antes, era uma fragilidade do Estado — e cito a sua chefe de gabinete —, se tornou, de repente, um ativo do Estado?

Portanto, reconhece, hoje, que essa decisão que tomaram, em conjunto, numa conferência de imprensa, sem o apoio jurídico que deviam ter, prejudicou o Estado e os contribuintes portugueses, porque não houve essa articulação que os senhores reconheciam que era fundamental?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, repito: a articulação que o Sr. Deputado insistentemente refere tem que ver com as falhas detetadas aquando da saída da Administradora Alexandra Reis, falhas

essas que levaram, nomeadamente, à assunção de responsabilidade política por parte de dois governantes, que se demitiram na sequência desse facto. Demitiu-se um terceiro governante, a própria Alexandra Reis, mas, na sequência dessa falta de... Isso é sobre factos passados.

O Sr. Deputado está a sugerir que esta falta de articulação tem alguma relação com o que eu e o Ministro Fernando Medina tenhamos feito, ou com o que foi feito entre o Ministério do qual sou Ministro e o Ministério das Finanças, mas não tem nada que ver com isso, Sr. Deputado. Isso tem que ver com o processo e a saída da Alexandra Reis, mas, repito, sobre essa matéria, penso que as explicações dadas nesta CPI pela chefe do meu gabinete são suficientes e esclarecedoras.

Apenas tentei repetir aqui o que ela disse, mas o Sr. Deputado está mesmo a usar erradamente o conceito de «articulação». A articulação não se prende com qualquer questão entre mim e o Ministro Fernando Medina. Nessa matéria — como, aliás, foi dito ontem pela chefe de gabinete —, a articulação foi total e absoluta.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, não reconhece nenhuma falta ou falha na articulação entre os Ministérios das Infraestruturas e das Finanças no despedimento da ex-CEO da TAP?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — De todo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se o tribunal concluir o contrário, retirará consequências disso?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, neste momento o que existe é uma decisão com a qual o meu gabinete e o gabinete do

Ministro Fernando Medina, em estreita articulação, estamos inteiramente confortáveis e convictos da solidez da mesma.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Com todo o respeito, Sr. Ministro, quem faz as perguntas aqui sou eu, não é o Sr. Ministro. A pergunta que lhe fiz foi a seguinte: se o tribunal decidir o contrário — sabe que há um processo de litígio em curso —, vai retirar consequências políticas disso?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, os governantes têm de estar sempre disponíveis para tirar consequências políticas em relação a quaisquer factos ou acontecimentos que possam hipoteticamente ocorrer.

Portanto, nesse sentido, se a sua pergunta é uma pergunta teórica, respondo que sim, pois todo e qualquer governante tem de estar disponível para retirar consequências políticas, se determinados factos ocorrerem.

Contudo, neste momento, não tenho nenhum elemento que justifique acreditar que esse risco se possa materializar, ou que seja algo mais do que uma hipótese académica, o que, em teoria, pode sempre ocorrer. Não tenho nenhum elemento que ponha em causa o acerto da decisão — com base na violação de normas ou violação grave, as quais, nos termos do Estatuto do Gestor Público, são fundamento para a destituição —, pois foi isso que fizemos, e só isso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem razão, Sr. Ministro. Não há fundamento, são só todos os juristas e constitucionalistas ouvidos em todas as televisões, rádios e jornais. É só esse, o único fundamento, de facto.

Depreendo, por isso, da sua questão que, se o tribunal der razão à ex-CEO, o Sr. Ministro se demitirá das suas funções.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — São palavras suas, não minhas. As minhas palavras, disse-as na resposta anterior, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas demite-se?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não tenho nada a acrescentar, face ao que já disse sobre essa matéria.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Ministro despediu, por telefone, ou exonerou, por telefone, o seu adjunto. O senhor é socialista e os socialistas valorizam o direito do trabalho, a importância das relações laborais. Sente-se bem por despedir uma pessoa por telefone? Gostava que o Sr. Primeiro-Ministro o exonerasse por telefone? Como é que se sente, um socialista, a despedir alguém por telefone? É caricato! Acho que o País, que nos está a ver, pergunta-se: como é que um socialista despede alguém pelo telefone?!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, tem toda a razão. Os socialistas valorizam muito o Código do Trabalho, mas o Código do Trabalho é absolutamente irrelevante para a exoneração em causa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpe, não percebi. Entende que a legislação do trabalho não se aplica em casos de exoneração?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — De um cargo que depende exclusivamente da confiança política e que tem regras próprias, definidas nas leis dos gabinetes? Sim. Não sou jurista, mas sim. Não tem nada que ver com o Código do Trabalho. Já agora, as exonerações de administradores também não têm nada que ver com o Código do Trabalho, pois seguem regimes

diferentes e têm princípios, obrigações, procedimentos e garantias totalmente diferentes.

No Código do Trabalho há uma relação de poder desigual, em que importa salvaguardar um conjunto de coisas, mas essas matérias não existem noutras áreas. O mundo do trabalho, o mundo das relações laborais tem diferentes naturezas. Nos gabinetes não se aplica o Código do Trabalho, aplica-se a lei dos gabinetes, Sr. Deputado. Foi a lei dos gabinetes que apliquei e aplico, quer nas nomeações, quer nas exonerações do meu gabinete. Eu e qualquer membro do Governo, de qualquer partido — já agora! —, uma vez que é assim que a lei determina.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Ministro está um pouco nervoso. Eu não falei em Código do Trabalho, falei em legislação laboral. O Sr. Ministro deve imaginar que em todas as relações laborais — sejam elas de que tipo forem — há regras.

Penso que o Sr. Ministro não gostava de ser exonerado por telefone. Eu não gostava, se isso fosse possível, de ser exonerado por telefone. Portanto, sente-se confortável ao exonerar pessoas pelo telefone? É essa a sua prática como ministro, que não precisa de olhar para o Código do Trabalho nem para a legislação, despedindo a torto e a direito, por telefone?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, já apresentei aqui os fundamentos da destituição, não tenho nada a acrescentar, face àquilo que disse anteriormente.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem, Sr. Ministro, já percebi que não quer explicar-nos esse desconforto.

Porque é que falou de «roubo do computador», quando todas as entidades disseram que estavam afastados os ilícitos criminais, que, aliás, se existissem, não poderiam levar à intervenção dos Serviços de Informações?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, eu não sou jurista, mas sempre ouvi dizer que furto com violência é roubo. Foi esse o caso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Bom, isso é muito importante, Sr. Ministro, e peço que isso fique registado em ata. Nesse caso, o Sr. Ministro considera — ao contrário do que consideram os Serviços de Informações, ao contrário do que consideram todas as outras entidades — que houve um roubo. Portanto, ao existir um roubo, Sr. Ministro, não podia ter existido a intervenção do SIS.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, o que estou a dizer foi o que já disse várias vezes, mas posso sempre repetir. Primeiro, alguém que não podia entrar no meu gabinete, que não podia entrar no Ministério e que já não era do gabinete, levou um equipamento do Estado, que não lhe pertencia. Segundo, esse equipamento do Estado tinha documentos classificados pelo Gabinete Nacional de Segurança. Terceiro, houve violência cometida contra membros do meu gabinete, o que foi devidamente reportado às autoridades. Portanto, é nesse sentido que há roubo.

O reporte ao SIS, como já foi amplamente dito — e não tenho nada a acrescentar, face ao que disse a chefe do meu gabinete —, foi isso mesmo, foi um reporte, que, aliás, a chefe do meu gabinete justificou enquadrar-se numa orientação recebida do próprio SIRP, pelo facto de ser chefe de gabinete — primeiro, de uma secretaria de Estado e, agora, de um ministro

— de infraestruturas críticas. Foi nesse âmbito, tal como ontem foi explicado, que houve esse reporte. A responsabilidade do meu gabinete e da minha chefe de gabinete, tal como foi ontem afirmado pela chefe do meu gabinete, acaba no reporte.

Sobre outras considerações ou outras opiniões que o Sr. Deputado queira sobre isso não irei responder, porque nada sei e nada tenho que ver com isso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, queria recordar-lhe que tem um dever para com esta Comissão, que é o de responder à verdade, e vamos ver que esta verdade anda muito longe daqui.

O Sr. Ministro deu uma conferência de imprensa, a 29 de abril, a dizer que ligou ao Primeiro-Ministro e este não atendeu a chamada. De seguida, ligou ao Secretário de Estado Adjunto e, depois, à Ministra da Justiça. Já hoje, disse-nos que ligou ao Ministro da Administração Interna.

Ó Sr. Ministro, desculpe lá, isto é uma Comissão de Inquérito, isto não é uma brincadeira. O Sr. Ministro ligou a quem? É que não pode ter ligado a toda a gente ao mesmo tempo.

O senhor decidiu, numa noite, pôr toda a gente em alvoroço por causa de um computador? Ligar ao Governo inteiro?! Porque é que não ligou ao Presidente da República, também? «Olhe, Ó Marcelo, o meu computador desapareceu!» Ó Sr. Ministro, ligou a quem?

Na verdade, na conferência de imprensa, o Sr. Ministro disse que ligou ao Primeiro-Ministro, ao Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro e à Ministra da Justiça, mas, hoje, disse que ligou ao Ministro da Administração Interna. Então há um roubo de um computador e liga ao Ministro da Administração Interna?! É assim que vocês fazem, no Governo?



O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, como ontem já foi amplamente referido, houve várias denúncias à PSP. Houve denúncias e telefonemas à PSP, feitos pelo segurança do Ministério das Infraestruturas. Houve telefonemas à PSP, feitos pelas mulheres que tinham acabado de ser agredidas e que estavam refugiadas na casa de banho, temendo pela sua segurança física, como já foi descrito.

Portanto, o reporte às autoridades competentes seguiu a seguinte ordem: primeiro, à PSP, com os envolvidos que lá estavam; eu não estava lá, e, sim, quando soube, entendi — e acho que fiz bem — ligar ao meu colega de Governo que tutela a PSP, a contar-lhe o sucedido.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas, então, disse isso ao...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim, mas...

O Sr. **Presidente**: — Vamos tentar não estabelecer diálogo.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Portanto, liguei ao Sr. Ministro da Administração Interna, falei com o Diretor Nacional da PSP e, depois, liguei e falei com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, por causa da Polícia Judiciária.

O contacto com os serviços de informações — nos termos em que já foram aqui descritos, e aos quais nada tenho a acrescentar —, não foram feitos por mim, e já foram devidamente explicados. A essa explicação, não tenho nada a acrescentar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, reconhece, então, que se esqueceu de referir o Ministro da Administração Interna, na conferência de imprensa que deu, a 29 de abril?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, confirmo que, na conferência de imprensa, a 29 de abril, não referi o nome do Ministro da Administração Interna. Também confirmo — embora não seja preciso — que o referi hoje, aqui, na Comissão de Inquérito.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque é que não referiu o nome do Ministro da Administração Interna a 29 de abril? Foi alguma orientação que o Primeiro-Ministro lhe deu?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Aquela conferência de imprensa foi feita quase no calor dos acontecimentos e, obviamente, há coisas que poderiam ter sido melhor ditas. As pessoas cometem erros e nem tudo é perfeito. Estou-lhe a dizer isto aqui, Sr. Deputado. Perguntou-me a quem é que liguei e eu respondi, já lhe disse. Estou numa Comissão de Inquérito, onde estou a dizer a quem liguei.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pode mentir ao País quando não está numa Comissão de Inquérito?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, vou repetir o que disse há pouco. Os acontecimentos tinham sido muito recentes, não tínhamos a fita do tempo toda. Há certas coisas, por exemplo, de que a minha chefe de gabinete se recorda agora, mas de que não se recordava naquela altura, tal como ontem foi explicado. Reconstruir a verdade dá trabalho, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — É preciso procurar documentos, é preciso confirmar. Dá trabalho.

Portanto, Sr. Deputado, estou aqui e o Sr. Deputado fez-me uma pergunta, para saber a quem é que telefonei, e eu respondi-lhe, na Comissão de Inquérito.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Certo, Sr. Ministro, mas só quero garantir que, amanhã, não diz que respondeu a outra pessoa qualquer, ou que também ligou para outra pessoa qualquer, visto que já é a quarta entidade a quem sabemos que ligou. Esse dia — ou essa noite — foi muito apertada de telefonemas.

Há pouco, o Sr. Ministro disse assim: «Pedi para falar com muita urgência à PSP.» Portanto, o Sr. Ministro teve a iniciativa de falar com a PSP. O que lhe pergunto, então, é como é que a PSP, como é que a polícia — após a iniciativa do ministro, ou de alguém ligado ao ministro, que reporta um caso tão grave como este — deixa sair o indivíduo pela porta principal do Ministério, com o aparelho lá dentro?

Ó Sr. Ministro, isto não bate certo, desculpe lá, não bate certo! O Sr. Ministro liga à PSP e diz: «Olhe, isto é gravíssimo, já liguei a toda a gente, até ao Primeiro-Ministro, vão lá ver, porque o homem tem um computador confidencial!», mas a polícia, depois, vai lá e diz: «Olhe, está tudo bem, pode ir embora, depois falamos em casa.» O homem até disse que foi de bicicleta!

Ó Sr. Ministro, desculpe lá, isto não é uma brincadeira. Explique-nos lá quem é que chamou a PSP e porque é que a PSP deixou o homem sair normalmente, com tudo. Se fosse uma acusação tão grave, acha que isso aconteceria assim?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, os telefonemas do segurança podem ser facilmente comprováveis, os telefonemas das

adjuntas também o podem ser, e o Sr. Diretor Nacional da PSP pode descrever e confirmar o relato que lhe fiz. Não tenho mais nada a acrescentar, sobre isso.

Sr. Deputado, sobre o que a PSP fez ou deixou de fazer, tal como disse no início, eu respondo pelas coisas que fiz, mas não respondo pelas coisas que não fiz. Essa pergunta não me pode fazer, a mim. Sobre isso, nada tenho a dizer, pois respondo pelo que fiz.

Sim, quando me foi relatado que tinha sido levado indevidamente um computador, por alguém que já tinha sido destituído, e que tinha havido agressões e que as minhas adjuntas estavam fechadas numa casa de banho, após terem sido agredidas — sim, fiquei perturbado. Acho que o Sr. Deputado, se lhe contassem, também ficaria. Desesperado, procurei alertar a PSP o mais rapidamente possível, para enviar pessoas ao gabinete. Aliás, li, há pouco, a troca de mensagens com a chefe do gabinete, em que eu digo: «Já dei... vão-te ligar...». Li, há pouco, essa mensagem, posso entregá-la à Comissão de Inquérito, se quiserem.

Portanto, Sr. Deputado, sinceramente, penso que já respondi à sua pergunta. Houve várias tentativas de chamar a PSP — foram múltiplas —, foi chamada a PSP. Há de haver registos, e, portanto, isso depois será tratado pelas autoridades próprias, sobre isso não comento.

Ó Sr. Deputado, repare, quando há um roubo de um equipamento do Estado — e o Sr. Deputado pode achar que não — que me é reportado, o Sr. Deputado acha estranho que eu tenha procurado falar com pessoas? Eu não acho. Repare, e que pessoas foram essas? A primeira pessoa a quem liguei, foi, de facto — mal soube, tinha acabado de chegar a casa —, ao Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não foi ao Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, o primeiro telefonema foi para o Ministro da Administração Interna. E porquê? Porque a urgência era garantir que vinha a Polícia de Segurança Pública, garantir a segurança de pessoas que, naquele momento, não a tinham, e, obviamente, garantir que não havia um roubo.

Quaisquer outros comentários, Sr. Deputado, não me leve a mal, não os farei. Não qualificarei a atuação da polícia. As denúncias estão feitas, há autos, as minhas adjuntas prestaram declarações, fizeram queixas, esses documentos existem e as autoridades competentes para tratar dessas matérias tratarão dessas matérias.

Sr. Deputado, não sou uma autoridade — nem com competência, nem competente — para tratar dessas matérias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, uma vez que isto está a ser referido, queria pedir para se deixar em ata que penso que é fundamental fazer um requerimento para que, então, o Sr. Diretor Nacional da PSP possa esclarecer, uma vez que temos duas versões completamente contraditórias sobre o que aconteceu. Não é concebível, num Estado de direito, que a PSP vá salvar documentos confidenciais e que deixe o senhor sair.

Portanto, esta afirmação é grave, e informo que o Chega fará um requerimento para que isso possa ser possível, pois acho que o País merece saber a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, sabia que foi feito um apagamento a um telemóvel do seu ex-adjunto, e que foi no seu Ministério que ocorreu esse apagão, de todo o *backup* do telefone?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Tive conhecimento, sim, Sr. Deputado. Também ouvi ontem a explicação, detalhada, sobre esse facto, da chefe do meu gabinete.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Teve conhecimento ou deu indicação para isso?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Foi-me relatado o que tinha sucedido.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, no Ministério das Infraestruturas, uma chefe de gabinete manda apagar o telemóvel de um funcionário, e isso é uma decisão dela, exclusivamente?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, constato que não ouviu a intervenção de ontem à tarde. Isso ficou pela sugestão da primeira audição. Vou tentar reproduzir, na medida das minhas possibilidades, mas tenho de o remeter para a explicação detalhadíssima, dada pela minha chefe de gabinete.

Foi rejeitado, ninguém tocou no telemóvel. O telemóvel esteve sempre na posse de Federico Pinheiro. O que havia era uma tentativa de descobrir mensagens das quais Federico Pinheiro disse que — por a CEO da TAP ter aquela opção de as mensagens se apagarem ao fim de sete horas — não tinha registo.

Eu não tive envolvimento nisso, como disse. Foi-me relatado o que aconteceu. Portanto, a minha chefe de gabinete e Federico Pinheiro estavam ambos a tentar recuperar as mensagens. Foi perguntado ao informático, e o informático, depois, disse ao Dr. Federico Pinheiro como é que se fazia. Quem manuseou, quem fez, foi apenas e só o Dr. Federico Pinheiro.

Repito, estou a relatar o que foi ontem transmitido pela chefe do meu gabinete, e o que a chefe do meu gabinete disse, se bem me recordo, é que há múltiplas testemunhas deste facto, incluindo o próprio informático.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ontem também fomos informados, pelo Dr. Federico Pinheiro, que um dos técnicos — Filipe Alves, espero não estar a cometer alguma inconfidência — levou a cabo esse apagão, no telemóvel, no seu Ministério. Isto é falso?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, só posso repetir o que tenho dito, aliás, ao longo deste sessão, e que ontem também foi dito pela chefe do meu gabinete. As pessoas têm o direito de fazer as afirmações e as alegações que quiserem. Essa alegação foi, de facto, feita por Federico Pinheiro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E é falsa?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, foi dito ontem, pela minha chefe de gabinete, que era completamente falsa, e que há testemunhas de que é falsa, há várias testemunhas. Portanto, não tenho nada a acrescentar a isso. Não fui testemunha disso. Como lhe disse, apenas me foi relatado. Como me pareceu que o Sr. Deputado não ouviu essa explicação, porque ela... de facto, admitindo que é verdadeira, a acusação, concordo com o Sr. Deputado. Mas a meu ver, Sr. Deputado, foi dada a

explicação cabal, pelo que não tenho nada a acrescentar, face a essa explicação, que tentei agora reproduzir. A explicação é facilmente consultável, uma vez que foi feita perante um Deputado do seu partido, que estava presente. Julgo que algumas dessas explicações até foram feitas a um Deputado do seu partido, portanto, remeto para essas declarações, que foram esclarecedoras.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Ministro, pode remeter para as declarações que entender, mas nós precisamos é da verdade. É que a verdade — se foi a de que um telefone foi apagado, no seu Ministério — é grave, sobretudo porque havia contactos entre si e o ex-adjunto, Frederico Pinheiro.

Portanto, tenho de lhe perguntar se está disponível, como disse há pouco, para entregar a esta Comissão todos os contactos e todas as mensagens trocadas entre si e Frederico Pinheiro, uma vez que o próprio disse que isso foi apagado. O Sr. Ministro diz que não, que há testemunhas, que há tudo. Então, eu pergunto: em nome da verdade, o Sr. Ministro está disponível para entregar, hoje, a esta Comissão, as mensagens que trocou com Frederico Pinheiro, para serem analisadas por esta Comissão e para, então, podermos chegar à verdade?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Repito o que foi dito ontem pela minha chefe de gabinete, em relação a uma pergunta semelhante. Tenho toda a disponibilidade para que façam as perícias que entenderem no meu telefone, nos exatos termos em que foi ontem referido pela chefe do meu gabinete — nem mais, nem menos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.



O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu não estou a perguntar se remete para quem quiser remeter, isso é uma outra questão. O Sr. Ministro fará como entender. O que lhe estou a perguntar é muito simples: está disponível, hoje, para entregar a esta Comissão todas as mensagens que trocou com Frederico Pinheiro, para podermos avaliar, sob sigilo, se é verdade, ou não, que foi tudo apagado no telefone dele? Uma vez que isto é grave, porque põe em causa a verdade, está ou não disponível para isso?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não me leve a mal, mas o Sr. Deputado está a estabelecer uma relação entre dois factos que não têm relação. O Sr. Deputado está a partir de uma alegação de Frederico Pinheiro sobre «apagaram-me as mensagens do meu telemóvel», e eu, o que lhe respondi foi que sobre essa matéria já foram dadas amplas explicações. Portanto, sobre essa matéria, o que importa, se calhar, é verificar essas duas versões. Há uma versão que é uma alegação de uma pessoa, que diz «apagaram-me o número e foi o informático», e, depois, há uma versão diferente — a meu ver, mais credível, porém, esse é o meu juízo, mas acho que se o Sr. Deputado ouvir ambas as versões, detalhadamente, concluirá o mesmo que eu —, de que ninguém tentou apagar nada, pois era exatamente o oposto, ou seja, estava-se à procura das mensagens que Frederico Pinheiro diz que não tinha, porque a CEO tinha a modalidade «apagar mensagens», e, portanto, o objetivo de tudo isto era recuperar, não era apagar, mensagens.

O que foi dito pela minha chefe de gabinete foi que — e ela foi testemunha direta, e há várias testemunhas, incluindo o informático — nunca ninguém tocou no telefone de Frederico Pinheiro e que foi apenas e só Frederico Pinheiro quem mexeu no seu telefone, e que, na verdade, quem apagou as mensagens foi o próprio Frederico Pinheiro.

Repare, isto não sou eu a afirmar, pois não fui testemunha disto, estou apenas a relatar, da forma mais fiel possível, o que foi dito ontem, aqui, pela chefe do meu gabinete.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, peço, por favor, que diga ao Sr. Ministro para responder à minha questão: se está ou não disponível para entregar essas mensagens e esses contactos. É uma pergunta de sim ou não.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, como o seu pedido decorre de uma coisa que não tem relação com ele, se o Sr. Deputado quer o meu telefone porque quer o meu telefone e não pelo tema anterior que não tem nenhuma relação...

*Protestos do CH.*

Ó Sr. Deputado, o que importa verificar na questão que o Sr. Deputado suscitou é se é verdade que alguém apagou as mensagens de Frederico Pinheiro ou se é verdade que foi o próprio Frederico Pinheiro a apagar as suas mensagens.

Lamento, Sr. Deputado, isso nenhuma relação tem com o meu telefone, apenas com o de Frederico Pinheiro.

Repito, Sr. Deputado: não testemunhei isto, apenas me foi relatado antes e ontem, perante todos os portugueses e também, presumo eu, o Sr. Deputado e os Deputados do seu partido na Comissão Parlamentar de Inquérito e, face ao que foi dito ontem, não tenho mais nada a acrescentar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, queria, antes de mais, lamentar a insinuação do Sr. Ministro de que estou interessado ou que quero

ficar na posse do telemóvel dele. O Sr. Ministro pode ter a certeza de que não quero e pode ter a certeza de que não quero saber de nada do seu telemóvel.

Mas, Sr. Presidente, fiz uma pergunta que tem de ser respondida, sim ou não. É uma pergunta que a Comissão de Inquérito lhe faz, não sou eu, é a Comissão que lhe pergunta se está ou não disponível e o Sr. Ministro não quer responder. Remete para ontem para anteontem e para antes de anteontem, mas tem de responder.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Repondo, Sr. Deputado: não, não estou...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ainda estou a terminar, Sr. Ministro! Ainda estou a falar!

Penso que, nos termos do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, o Sr. Presidente tem de dar a indicação ao Sr. Ministro de que tem de responder, mesmo que a resposta seja não, sendo que o País fica a saber que não está disponível para dar esses contactos. Então, ficamos com dúvidas sobre a verdade, honestamente.

O Sr. **Presidente**: — Se me permitem, para dar alguma tranquilidade a esta discussão, gostaria de dizer que no Regime Jurídico, nos deveres e nos direitos do depoente, consta que o depoente deve responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas, sob pena de incorrer no crime de falsidade.

É evidente que não pode ser o Presidente a controlar as respostas e as perguntas. Os Srs. Deputados fazem as perguntas que entendem fazer, desde que balizadas na legitimidade da pergunta e não a ultrapassando, e o Sr. Ministro responderá da forma que entender, obviamente, o mais

objetivamente possível, dentro daquilo que são as balizas que acabei de referir.

Tem a palavra, para responder, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Presidente, não, não estou, embora tenha toda a disponibilidade para que se façam as perícias que quiserem ao meu telemóvel.

No entanto, neste caso, Sr. Deputado, muito sinceramente, não compreendo como é que a partir de uma dúvida sobre o telefone de Frederico Pinheiro e sobre se foi por ordem da minha chefe de gabinete que o informático apagou ou se nada disso se passou... Isso nada tem a ver com o meu telefone, tem a ver com aquele telefone e com as circunstâncias alegadas por uma única pessoa e com circunstâncias alegadas, contrárias a essa, que a refutam, por várias pessoas.

Sobre isso, nada tenho a acrescentar, Sr. Deputado. Não compreendo e, por essa razão, não, não entrego. Para verificar o que se passou no telefone de Frederico Pinheiro, não, não entrego o meu telefone, porque considero esse pedido abusivo e injustificado face àquilo que o Sr. Deputado diz querer comprovar e a verdade que diz pretender atingir.

Portanto, para essa verdade, o meu telefone não é chamado. Há outras maneiras mais adequadas, diria eu, para averiguar a veracidade desses factos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, ninguém lhe pediu o telefone — acredite que não queremos o seu telefone! —, queremos as mensagens trocadas com Frederico Pinheiro. Não é o telefone!

Se quiser, os serviços da Assembleia fazem um *print* às conversas que teve com Frederico Pinheiro, uma vez que Frederico Pinheiro diz que as conversas que tinha consigo provavam claramente a existência daquelas notas e de outros elementos adicionais.

Portanto, se estiver disponível para isso, ninguém lhe fica com o telemóvel. É uma questão de prova.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Tenho toda a disponibilidade.

Repare, o que o Sr. Deputado agora disse foi diferente. Se há alguma mensagem no meu telemóvel e que pode ser, depois... Não sou informático, mas...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu também não!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Se a pergunta é se há ou houve alguma mensagem no meu telemóvel que demonstra que, sim, Frederico Pinheiro tinha notas, então, tenho toda a disponibilidade para que façam as perícias que entenderem. Se a sua preocupação é perceber se me foi dito e se tenho ou se apaguei... Tenho toda a disponibilidade, Sr. Deputado, e garanto-lhe que não encontrará jamais essa mensagem, porque, repito, como disse, a única mensagem que Frederico Pinheiro me enviou a dizer que tinha notas foi aquela que já referi abundantemente no final de todas as tentativas por múltiplas formas e por múltiplas pessoas para que as notas fossem entregues para poderem ser enviadas à CPI.

Logo, não tenho qualquer problema em que procurem mensagens dessa natureza no meu telefone, Sr. Deputado. É ligeiramente diferente o que o Sr. Deputado disse agora que queria saber do que tinha dito anteriormente.

Se o objetivo for verificar se existe ou alguma vez existiu — que não aquela última que já comentei abundantemente — uma mensagem, tenho toda a disponibilidade. Aliás, Sr. Deputado, até tenho interesse, porque se há dúvida eu sou o principal interessado no esclarecimento dessa dúvida.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vamos aguardar, então, por esses elementos, Sr. Ministro, e, depois, faremos também essa avaliação.

Nessa senda, Sr. Ministro, em vez de andarmos aqui com a Comissão de Inquérito para a frente e para trás...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Desculpe, não percebi. O Sr. Deputado disse: «Aguardemos, então, por...»

Sr. Deputado, o que eu disse é que se quiser fazer uma peritagem para procurar esta mensagem, não tenho qualquer problema!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quero, sim!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Por isso é que, se calhar, a sua sugestão de deixar aqui o telemóvel não faz muito sentido.

Mas se houver algum órgão ou entidade que faça essa peritagem, se quiser, terei toda a disponibilidade e até lhe digo, Sr. Deputado, que tenho todo o interesse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, é esta fuga para a frente que leva a que consideremos que a versão pode não ser tão verdadeira como parece.

Vou dar-lhe outro exemplo: andamos aqui para a frente e para trás a pedir imagens, o seu Ministério ameaça pôr cá fora imagens para clarificar a verdade, que nós somos obrigados a pedir.

Sr. Ministro, pegue no telefone — esse que não quer deixar cá! —, ligue para o seu Ministério e diga: deem as imagens à Comissão de Inquérito!

Faça-o agora, com coragem, e diga-lhes que enviem as imagens para cá. Cumpram os procedimentos e enviem as imagens para cá!

O que acontece é que o Sr. Ministro só diz que há testemunhos — que são todos seus: ou trabalham para si ou trabalham sob a sua tutela —; sobre o telefone diz que está disponível para peritagem, mas não diz quando, nem a que elementos; e sobre as imagens, um dia vamos ver se as temos — provavelmente, já não as há!

Portanto, perceba que isto nos deixa muito desconfortáveis face à verdade.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, as imagens não são minhas, não disponho das imagens, não posso dar ordens sobre as imagens. As imagens são do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes) que...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas existem!?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Foi-nos dito que existem e espero que sejam entregues às autoridades competentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, a contagem do tempo esteve parada durante 32 segundos. Tem de terminar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é muito rápido.

O Sr. **Presidente**: — Vou parar de contar o tempo para conseguir concluir o raciocínio.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Ministro confirmou que as imagens existem, portanto, devemos reforçar as diligências para as obter.

Sr. Ministro, a minha última pergunta tem a ver com o SIS. Peço-lhe desculpa, mais uma vez, mas sinto que o Sr. Ministro está a faltar à verdade.

O Sr. Ministro disse, há pouco: «Disse à Dr.<sup>a</sup> Eugénia que era preciso articular com o SIS» — «eu disse à Dr.<sup>a</sup> Eugénia que era preciso articular com o SIS». Noutro momento disse que, depois de contactar o Secretário de Estado Adjunto, ele lhe disse para contactar o SIS.

Ontem, a sua chefe de gabinete disse que o senhor não teve nenhuma intervenção na questão do SIS e que nem sabia que tinha sido contactado o SIS.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, não é sim! Se o Sr. Ministro ligou ao Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro e ele lhe disse: «Ó João» — imagino que se tratem assim — «fala com o SIS.» Se o Sr. Ministro disse que deu indicações à Dr.<sup>a</sup> Eugénia de que era preciso articular com o SIS, como é que a sua chefe de gabinete diz que o senhor não soube de nada nessa articulação?!

Portanto, há aqui duas versões que não são compatíveis! O Sr. Ministro está a mentir a esta Comissão de Inquérito!

Sabe porque é que sinto que está a mentir? Porque, na verdade, ou com grande probabilidade, foi o Sr. Primeiro-Ministro que lhe disse para contactar o SIS. O Sr. Ministro não quer dizer que foi o Sr. Primeiro-Ministro que lhe disse e, por isso, está a afundar-se numa versão cada vez mais contraditória e ainda não conseguimos perceber quem é que lhe disse para contactar o SIS.



A Ministra da Justiça disse na Assembleia que não foi ela, o Sr. Ministro da Administração Interna disse que não foi, agora diz que foi o secretário de Estado adjunto, a Dr.<sup>a</sup> Eugénia diz que o senhor não teve nada a ver com isso. Sr. Ministro, quem é que lhe disse para falar com o SIS? Quem é que lhe disse assim: «Sr. Ministro, contacte o SIS sobre isto»? É a pergunta que todos queremos ver respondida e acho que o Sr. Ministro devia isto a esta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, pedia que levantasse outra vez a página com o cabeçalho «Chefe de gabinete de Galamba assume iniciativa do contacto com o SIS. Ministro não teve conhecimento prévio». Está correto e não há nenhuma contradição com o que acabei de dizer, Sr. Deputado.

O que a minha chefe de gabinete está a dizer é que, no momento em que contactou e falou com o SIS, às 21 horas e 30 minutos, ou às 20 horas e 30 minutos, à hora que ela disse que falou, que é correta e pode ser confirmada, não tive conhecimento disso a essa hora, nem foi por minha iniciativa que ela o fez.

O que disse há pouco foi que me foi transmitido que...

*Protestos do CH.*

Sr. Deputado, de facto, não soube às 21 horas e 30 minutos, nem a Dr.<sup>a</sup> Eugénia me pediu autorização quando falou com o SIS.

O que disse a seguir, e já há pouco na resposta ao Deputado Pedro Filipe Soares, foi que me foi transmitido que era preciso coordenar, avisar o SIS e a PJ...

*Protestos do CH.*

Sr. Deputado, já referi isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, vou deixá-lo terminar, mas depois vamos tentar recentrar o tema.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Foi aí que a minha chefe de gabinete me transmitiu que já o tinha feito. Isto não só não é contraditório, como é precisamente o contrário, porque é totalmente coincidente com o cabeçalho que acabou de mostrar.

Reafirmo as duas coisas, Sr. Deputado. A minha chefe de gabinete falou com o SIS sem o meu conhecimento e sem ser por minha iniciativa. Depois, foi-me dito que devia ser reportado ao SIS e comunicado à PJ e, quando transmiti isso à minha chefe de gabinete, ela disse-me... Ela disse ontem que não se lembrava a que horas tinha dito, mas estou eu a dizer que, depois de falar e de me ter sido dito que devia ser reportado e que as entidades responsáveis eram o SIS e a PJ, liguei à Ministra da Justiça para falar com a PJ, a minha chefe de gabinete transmitiu-me que já havia falado com o SIS, nos termos que estão nessa folha que o Sr. Deputado mostrou.

O Sr. **Presidente**: — Se me permitem, gostaria de dizer uma coisa que me parece importante, dado que esta questão das mensagens e do acesso a comunicações telefónicas tem sido levantada nesta Comissão.

Do conhecimento que tenho, salvo melhor opinião, diria que o acesso a comunicações telefónicas só pode ser determinado por um juiz, valorizada que seja a necessidade e a proporcionalidade.

Pedia que, perante esta premissa que me parece ser fundamental, não querendo condicionar nenhuma matéria relativamente a esta questão, de

alguma forma, seguíssemos o que é a lei e que recentrássemos um pouco a questão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, queria apenas deixar claro, concordando consigo e com a análise que faz, que seria sempre para voluntariamente ser entregue, nunca havendo uma apreensão de correspondência que seguiria o regime jurídico processual que temos em vigor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeitos, Sr. Deputado?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sobre o que acabou de acontecer...

O Sr. **Presidente**: — É sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não. Quero que fique registado em ata, da qual podemos fazer o devido excerto, aquilo que aconteceu nesta audição. Isto é uma Comissão de Inquérito, temos um regime jurídico a que estamos obrigados, não fazemos inquirição...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, foi exatamente isso que acabei de dizer!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Mas, Sr. Presidente, desculpe, é importante, uma vez que queremos deixar claro que isto não funciona por arresto.

O que foi dito está dito e queremos mesmo que fique em ata, da qual poderemos fazer o devido excerto. Não pedimos, seja a quem for, que entregue o telemóvel à Assembleia da República, nem aos serviços que imprimam mensagens. Isso está dito e que queremos que conste na ata.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ainda ontem tivemos!

O Sr. **Presidente**: — Para terminarmos este diálogo, acabei de dizer exatamente isso, ou seja, que o acesso a essa informação é determinado por um juiz e é valorizado de acordo com a sua proporcionalidade, como é óbvio.

Vamos, então, passar à intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da IL.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro, mas vou ter de continuar neste tema, porque o estivemos a ouvir falar daquela que acredita ser a sua verdade, mas é preciso apurar a verdade e ainda não estou clarificado sobre a questão das horas.

A que horas chegou ao Ministério naquela noite?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Foi por volta das 21 horas... foi entre as nove e meia e as dez da noite, não consigo precisar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Entrou às nove e meia e, depois, a que horas é que se foi embora do Ministério, mais ou menos?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eram onze e meia, meia-noite.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Durante esse período, esteve sempre com a chefe de gabinete, ou não?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Por exemplo, quando liguei à Ministra da Justiça e quando falei com a Polícia Judiciária estava sozinho no meu gabinete.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E quando falou com a Ministra da Justiça — há pouco penso que disse que foi às 22 horas e 53 minutos — sabia que o SIS já tinha sido contactado, ou não?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Desculpe, não lhe consigo dizer se foi antes deste telefonema ou depois que a Dr.<sup>a</sup> Eugénia me disse. Não consigo dizer.

Ou seja, o que é que eu lhe consigo garantir? Primeiro, foi-me dito que era importante reportar ao SIS e à Polícia Judiciária. E porquê? Porque, em matéria de dados e de cibersegurança eram as entidades que devia contactar. E eu fui ligar à Polícia Judiciária, disse à minha chefe de gabinete e ela transmitiu-me que já tinha falado com o SIS.

Não lhe consigo dizer, não lhe consigo precisar se quando ela me diz «já falei com o SIS» foi antes ou depois do telefonema da Ministra da Justiça. Mas, na minha opinião, não é muito relevante ser antes ou depois, porque o que interessa é quem falou com o SIS. E eu não falei com o SIS.

Portanto, o que me parece relevante é que me foi transmitido que o adequado — depois de já ter, obviamente, alertado a PSP, como já referi — era que esta matéria dos dados fosse partilhada com essas duas entidades.

Portanto, falei à Ministra da Justiça e pedi a PJ. Mas não lhe consigo precisar se disse à minha chefe de gabinete «olha, vou ligar à PJ agora, é preciso ligar ao SIS», e que ela me tenha dito «já liguei», ou se liguei à PJ e logo a seguir fui ter com a minha chefe de gabinete e disse «olha, é preciso coordenar com o SIS e com a PJ, e eu acabei de ligar à PJ». Não lhe consigo precisar exatamente isso.

Mas, na minha opinião, não me parece muito relevante, porque o que interessa é quem contactou e porque é que contactou, e isso já foi devidamente explicado. E as pessoas ou entidades com quem eu contactei foram, de facto, o Diretor Nacional da PSP e o Diretor Nacional da Polícia Judiciária.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A mim, parece-me relevante, primeiro, para sabermos se houve alguma ordem ou se foi uma ação voluntária da sua chefe de gabinete, e também para saber — deixe-me só terminar — da conversa com a Ministra da Justiça.

E até lhe digo outra coisa: a chefe de gabinete ontem esteve aqui e informou-nos de que tinha contactado o SIRP às 21 horas e 54 minutos — já estaria, em princípio, no Ministério — e que, minutos depois, pelas 22 horas e pouco, o SIS entrou em contacto com ela, e o Sr. Ministro, aí, já estava no Ministério, segundo o que nos disse.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Mas não estive sempre com a minha chefe de gabinete, como também já disse.

Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que o contacto da minha chefe de gabinete ao SIS, nas horas em que reportou, é anterior a me terem dito que era importante coordenar com o SIS. Portanto, foi anterior. Disseram-me isso depois, bastante depois das 22 horas, e a minha chefe de gabinete terá falado com o SIS às horas que o Sr. Deputado referiu.

O que estou a dizer é que uma coisa não tem relação com a outra. Ou seja, terem-me dito que era preciso, que era importante reportar ao SIS, não é o que levou a que o SIS fosse contactado. E porquê? Porque, quando transmiti isso à minha chefe de gabinete, percebi que isso já tinha acontecido.

Portanto, num certo sentido, o que aconteceu nessa altura foi: «Olha, ainda bem que fizeste o que agora me disseram que era importante fazer.» No fundo, quando a minha chefe de gabinete me disse que já tinha feito o que me foi transmitido que era importante face a essas duas entidades, pensei: «Pronto, já está, fizeste o correto.»

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Deixe-me só confirmar uma coisa. Assumindo que está a dizer a verdade, estavam os dois no Ministério, não estavam era no mesmo sítio. A chefe de gabinete liga ao SIS e não o informa logo que ligou aos serviços secretos? Só passada uma hora é que se lembra de lhe dizer?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, quando entrei no Ministério das Infraestruturas estavam agentes da PSP a falar com pessoas que tinham sido agredidas. Estava a minha chefe de gabinete no gabinete a ligar a umas pessoas e eu a ligar a outras. Portanto, eu entrei e saí de salas, estive com a minha chefe de gabinete, mas também estive com a PSP, com as duas pessoas que estavam a falar. Estive em vários sítios. Porquê? Porque as salas são todas umas ao lado das outras, são independentes.

Portanto, estive com a minha chefe de gabinete? Estive. Estive sempre com a minha chefe de gabinete? Não. Estive com as minhas outras adjuntas e com a PSP? Estive. Estive sempre lá? Não. Estive no meu gabinete sozinho? Sim. Estive sempre no meu gabinete sozinho? Não.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo. A mim parece-me, obviamente, estranho que uma chefe de gabinete, tão leal, etc., só passado, sei lá, uma hora, é que se tenha lembrado de lhe dizer que falou com o SIS, com os serviços secretos.

Mas, dando de barato que foi iniciativa dela e não sua, queria-lhe perguntar uma coisa. No computador, a informação classificada é essencialmente a informação financeira da TAP. Não havia nada que pudesse colocar vidas humanas em causa, terrorismo, etc. Por isso, ao abrigo de quê é que uma chefe de gabinete pode ligar ao SIRP para se recuperar aquilo que o Sr. Ministro disse que tinha sido um computador roubado? Mas espero que a chefe de gabinete não tenha utilizado essa expressão quando falou com o SIRP, senão a ação do SIS é ilegal.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Repare, à PSP são reportados agressão e roubo. A questão do reporte é apenas, como já disse, e não tenho nada a acrescentar ao que foi dito ontem, a minha chefe de gabinete, e aqui, repare, não sou eu, estou a citar o que a minha chefe de gabinete disse. Ela disse que recebeu orientações do SIRP para reportar qualquer facto estranho ou suspeito, por mais insignificante que parecesse, porque era chefe de um gabinete que tutelava infraestruturas críticas.

E foi ao abrigo dessa orientação, que, como foi ontem aqui descrito, ela tentou ligar ao SIRP.

Repare, Sr. Deputado, eu não tenho nada a acrescentar, nem a dizer de novo, ou meu, sobre esse contacto, porque ele foi feito pela minha chefe de gabinete, por iniciativa da minha chefe de gabinete, confirmado pela minha chefe de gabinete e, mais, confirmável, porque se pode verificar facilmente a que horas é que esse telefonema ocorreu.



O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Queria perguntar-lhe também se tem acesso ao plano de reestruturação no telemóvel ou no computador.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não tenho no meu computador, nem tenho no meu telemóvel, mas sim, tenho acesso, e já o vi, já o li. Não o li todo, mas já li bastante do plano de reestruturação e conheço-o. E, neste caso, o mais importante é: tenho acesso ao plano de reestruturação se necessitar dele? Sim, e sempre que necessitei dele, tive acesso.

De facto, por acaso, não o tenho gravado no meu computador. Podia tê-lo, mas, por acaso, não o tenho. E não o tenho gravado no meu telemóvel, embora também pudesse tê-lo. Mas não o tenho nem gravado no meu computador, nem gravado no meu telemóvel.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O Ministro com a pasta da TAP não tem o plano de reestruturação. Pergunto-lhe a quem é que pede quando precisa de o consultar. Parece-me estranho.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, quando cheguei ao Ministério, o adjunto da TAP que tinha toda a informação era o Federico Pinheiro. A quem, naquela altura...

O Sr. **Presidente**: — Vamos só parar aqui um bocadinho, Sr. Ministro, vou pedir aos serviços que desliguem o ar condicionado, para já.

Vou pedir para desligar o ar-condicionado transitoriamente, transitoriamente.

Já está. Muito obrigado. Se não explodiu até agora, já não explode, fique tranquilo, Sr. Deputado.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Basicamente, primeiro, quero mostrar a minha estranheza de o Ministro que tem a TAP não ter o plano de reestruturação. E quero perguntar-lhe: Quando precisou, e quando precisa de aceder ao mesmo, a quem é que pede?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Penso que terei pedido a Federico Pinheiro, mas também posso ter acesso via TAP, portanto, sim, tenho acesso sempre que for necessário.

Sr. Deputado, eu não disse que não tinha o plano de reestruturação, eu disse que não o tenho gravado no meu computador e não o tenho gravado no meu telemóvel.

Se a pergunta do Sr. Deputado é se eu tenho acesso a ele sempre que quiser, sempre que for necessário, a resposta é sim.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A mim, parece-me estranho, obviamente, que não tenha, mas percebo que tenha acesso de outras formas. Mas parece-me que muitas pessoas devem ter acesso àquele plano de reestruturação, no Ministério das Finanças, na DGTF, na TAP em si, e se calhar agora até na Evercore. Por isso, estranho toda aquela pressa só em relação ao Federico Pinheiro, e até aproveito para lhe perguntar: quando o Ministro Pedro Nuno Santos e o Secretário de Estado Hugo Mendes saíram, sabe quanto tempo demorou a serem recolhidos os seus computadores e telemóveis? Também foi em uma hora, ou não?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento que o ex-Ministro Pedro Nuno Santos ou o ex-Secretário de Estado Hugo Mendes tenham entrado ilegalmente no Ministério das Infraestruturas e que de lá tenham retirado ilegalmente computadores.

Portanto, parece-me que o paralelo que tenta estabelecer entre os dois factos não existe.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Além do plano de reestruturação, outra da informação confidencial daqueles 10 documentos é sobre a privatização, concorrentes, intenções de concorrentes, etc.

No dia 27 de abril saiu uma notícia no telejornal a referir quem são os três interessados na TAP, informação confidencial. Eu gostava de saber se foi o Governo que a divulgou.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Qual foi a notícia?

O Sr. **Presidente**: — Pode repetir, Sr. Deputado, nós paramos o cronómetro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Disse 27 de abril, mas disse também qualquer coisa em relação ao telejornal...

Sr. Deputado, penso que a informação de que há três interessados já foi divulgada múltiplas vezes e não vejo qual é o problema de dizer que sim, que os três principais grupos de aviação da Europa — aliás, os três já manifestaram publicamente esse interesse — estão interessados na TAP. Não vejo em que medida é que isso constitui violação do que quer que seja.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não disse que era uma violação. Eu disse que essa informação está na documentação confidencial e a única pergunta que fiz foi se foi o Governo que divulgou isso ou não.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não tenho conhecimento desse dia. Penso que eu próprio já disse publicamente, não sei se nesse dia

ou noutro, que sim. Mas esses três, que são os três principais grupos de aviação europeus, sim, estão interessados, e eu julgo que os três já o disseram publicamente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, sobre a pergunta concreta, se foi o Governo que, nesse dia, o disse publicamente, isso não tenho presente, nem esse telejornal.

Mas a informação de que os três maiores grupos de aviação europeus estão interessados na TAP, não me parece uma informação particularmente sensível. Até porque os três já a tornaram pública.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pois, isso de os três terem tornado público ou não, eu de cabeça não sei. Se é sensível ou não, os senhores é que pediram a classificação, e a informação veio como confidencial, não sou eu que a estou a classificar.

No dia 4 de janeiro de 2023, o Sr. Ministro e o Ministro Fernando Medina receberam uma apresentação da Evercore que contém a cronologia do processo de venda da TAP. E num dos pontos desse planeamento aparece o seguinte: *agree leak narrative*, confirmar narrativa de fuga. Eu gostava de lhe perguntar que fuga de informação é que estava aqui planeada.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não faço a mais pequena ideia do que está a falar, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Este é o documento do processo de venda da TAP. Por isso, pergunto-lhe se o Ministro responsável pela TAP não sabe o processo de venda da TAP.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, eu li o *market sounding*, não vou falar sobre ele, mas não tenho memória de ver isso e não sei o que significa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *Ok*. Então, tendo em conta que o Sr. Frederico Pinheiro já não apoia o Governo, a quem é que podemos fazer perguntas sobre a TAP?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Olhe, pode fazê-las a mim, Sr. Deputado, que eu, na medida das minhas possibilidades, vou respondendo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Só que isto é o documento do processo de venda da TAP, da Evercore, e por isso é que lhe estou a perguntar a si, mas se não sabe...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, o senhor começou por dizer que houve uma fuga de informação no dia 20 e tal. Depois, pareceu-me que o que o Sr. Deputado estava a fazer era uma relação com uma frase que surge num documento. Recebi esse documento, mas esse documento foi pedido e produzido antes de eu ser ministro, e não tenho conhecimento dessa frase em concreto que diz, nem do seu significado. Foi só isto que disse.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O que eu também estou a perceber é não só o pouco conhecimento que tem do dossiê da venda da TAP, mas também que a informação confidencial só é mesmo perigosa quando está na mão do Sr. Frederico Pinheiro.

Mas vamos tentar outra coisa sobre a TAP: já teve acesso a algum parecer jurídico sobre a possível venda da TAP?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — O que é que entende por um «parecer jurídico sobre a possível venda da TAP», Sr. Deputado? Não estou a entender...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, peço desculpa.

O Sr. Deputado Bernardo Blanco está a pedir para que se faça um pouco de silêncio na sala. Há muito barulho. Vamos, pelo menos, tentar fazer mais silêncio na sala, para o Sr. Deputado Bernardo Blanco poder fazer as suas perguntas e o Sr. Ministro poder responder.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Qual é que era agora? Estou perdido.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estava a perguntar-lhe: «Vamos tentar outra coisa sobre o processo de venda da TAP: já teve acesso a algum parecer jurídico sobre a venda da TAP?»

Se quiser, eu posso detalhar mais.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Tem de me explicar o que entende por um «parecer jurídico sobre a venda da TAP». Não estou a perceber a sua pergunta.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O Governo recebeu da TAP um parecer da Moraes Leitão sobre o regime jurídico aplicável à reorganização da estrutura acionista da TAP, e eu pergunto-lhe se já viu esse parecer.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Esse, em concreto, não vi, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, volto a perguntar-lhe, porque é o Ministro responsável pela venda da TAP.

Neste parecer, o Governo pede para se analisar três cenários, não vou dizer quais, e conclui-se dizendo que um deles, que também não vou dizer qual, é o que oferece maior flexibilidade para a gestão do processo de reestruturação, por estar sujeito a menores exigências legais. E eu queria saber se o Governo tinha pedido um parecer para saber qual era a forma mais fácil de vender a TAP.

Mas, evidentemente, como o Ministro responsável pela TAP não sabe responder a isto, se calhar também podemos passar à frente.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, o processo de privatização iniciou-se com um *market sounding* no qual eu não participei, embora o tenha recebido.

O passo seguinte foi uma RCM (resolução do Conselho de Ministros), onde participei ativamente, colaborei na sua elaboração e na conferência de imprensa que a apresentou e a explicou. E o próximo passo será um decreto-lei que enquadrará o modo da privatização da TAP, e posso garantir-lhe que também participarei nesse facto.

Não tenho mais a acrescentar, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu tenho várias perguntas sobre a TAP, porque isto é uma CPI à TAP, mas como já percebi que está mais preparado para falar de outras coisas, deixe-me só voltar a perguntar quem é que lhe disse para contactar o SIS, que há pouco não registei.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, só...

O Sr. Deputado tenta sugerir que eu desconheço da privatização da TAP porque não sei uma frase, que é... qual era a frase? *Media leak*?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Também lhe perguntei sobre o parecer jurídico da TAP.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, os passos fundamentais para a venda da TAP, acabei de os enunciar. Sim, participei e vou participar em todos, como é evidente.

O Sr. Deputado queria fazer perguntas sobre vantagens de privatização, ideias... Acho que não é muito adequado falar agora, portanto, podemos falar sobre a privatização, nos termos que quiser.

Mas não conhecer um parecer... esse parecer foi pedido quando, Sr. Deputado?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O parecer é do ano passado.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Pronto. Eu não era ministro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já começou o processo de venda no ano passado.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, há centenas de documentos sobre a TAP, ou mesmo milhares de documentos sobre a TAP. Eu não os conheço todos, mas leio, informo-me e inteiro-me das questões quando as questões são pertinentes. Portanto, sobre essa matéria julgo já me ter explicado.



O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, faltou a minha pergunta, que era quem é que lhe disse para contactar o SIS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro vai responder, com certeza, se entender.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Penso que já respondi, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Ministro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Penso que não, Sr. Presidente. Eu não tenho resposta, não registei. Quem é que lhe disse para contactar o SIS?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — O gabinete do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ah. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de prosseguir a sua audição.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Secretário de Estado, sim.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi o Secretário de Estado Mendonça Mendes? Pronto, porque eu não tinha essa resposta, pode ser falha minha.

Queria perguntar-lhe sobre a reunião que disse que era normal, mas que toda a gente até agora nos diz que não é normal, nem regular. Pergunto-lhe: se é assim tão normal, pode dar-nos outro exemplo de uma reunião — preferencialmente até poderia ser da TAP — entre o Governo, o PS e alguém que não seja do Governo e que vai ser ouvido numa audição?

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Vou dar-lhe um exemplo em que considero inteiramente razoável reunir e preparar essa reunião politicamente, o que nunca ocorreu.

Encontro-me, neste momento, juntamente com a IP (Infraestruturas de Portugal) a preparar o plano ferroviário. O plano ferroviário é um documento altamente político, que implicará escolhas sensíveis; umas serão aplaudidas, outras questionadas.

Se houver uma audição de urgência — e estou a falar hipoteticamente — sobre ter-se excluído a região tal, eu considero que, nesse tema em concreto, faz todo o sentido preparar politicamente a reunião.

Se alguém disser: «Quero ouvir o Presidente da Infraestruturas de Portugal sobre o porquê da cidade  $x$  ou da região  $y$  ter sido preterida», nesse tema, nesse caso concreto, eu considero que sim, que se fosse o Presidente da IP, com quem hoje o meu Ministério está a elaborar o plano ferroviário, seria normal haver uma preparação política desse debate político. Outras questões completamente diferentes, como é a generalidade das audições, sim, considero inteiramente normal.

Se me perguntar: «Considera normal mentir, ocultar, manipular?» Não, isso não considero normal. Mas um debate político sobre as linhas escolhidas, se a cidade  $x$  é mais cedo ou mais tarde do que a cidade  $y$ , as opções políticas feitas aí; se o Presidente da Infraestruturas de Portugal, com quem estamos hoje a fazer o plano ferroviário, for chamado sobre isso, nesse caso e nesse debate eu considero que a preparação política desse debate...

Repare, preparação política não é manipulação, ocultação deturpação. É um debate político. Por isso é que há pouco disse.... A maioria das vezes que o Presidente da IP ou alguém da IP ou da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) é chamado não é sobre estes temas.

Outro tema. Se perguntassem assim: «Vai agora o Governo elaborar um plano sobre a seca, que tem medidas e políticas.» Se chamarem cá o responsável da APA, eu também acho que esse é debate político. Eu não sou Ministro do Ambiente, mas acho que é.

Portanto, há certos debates onde faz sentido e certos debates onde não faz sentido. O Sr. Deputado Bruno Dias já disse, não é estatisticamente normal, pela simples razão de que a maioria das vezes que responsáveis de um instituto *a*, *b* ou *c* são chamados, não é para estes debates, é para outras coisas, e aí não há preparação nenhuma, porque não é um debate político. É técnico, administrativo, de esclarecimento de certas matérias.

Mas se houver um debate sobre o plano ferroviário, em que se pergunta «porque é que a minha cidade foi excluída? Quais foram as opções, os critérios, o que é que esteve na base disso?», esse é um debate político.

Se alguém chamar o Presidente da IP, eu acho normal, sim, esse debate ser preparado politicamente. Não acho normal ser manipulado, escondido, mas é um debate político. E, da mesma maneira que a oposição tem todo o direito de livremente preparar a sua intervenção política, o Governo e o grupo parlamentar que apoia o Governo também tem.

Eu, aliás, considero que a ideia de que o Governo não pode preparar politicamente debates com o grupo parlamentar, nem, em circunstância alguma, envolver entidades de empresas públicas... repare nas tais situações específicas que eu lhe disse: se isso acontecesse, quem ficaria maniatado e impossibilitado na sua ação política e limitado nos seus direitos constitucionais seria aquele grupo parlamentar, ou aqueles grupos

parlamentares, que, em determinado momento, calham ser a maioria e apoiar um Governo, ou ser uma minoria e apoiar um Governo.

Sr. Deputado, não ocorre a ninguém questionar que reuniões é que o Sr. Deputado tem, porque são inteiramente legítimas. Obviamente, se o Sr. Deputado se apropriar... isso é outra questão. Mas o simples facto de reunir e preparar politicamente uma audição política, não o considero, em si mesmo, impróprio.

No entanto, pode haver reuniões impróprias. Se alguém disser: «Olhe, vamos preparar isto mentindo, ocultando», «deturpa aí o número, pá, divulga só a este Deputado, mas esconde, que eles já pediram os números, mas esses não», isso aí seria grave.

A preparação política de um debate político — que, repito, não é a norma estatisticamente — não tem nada de impróprio e, em certas circunstâncias, sim.

Sr. Deputado, não sei que reuniões é que aconteceram no Governo PSD/CDS, não sei. Mas não considero, digo-o publicamente — e se perguntassem na altura eu teria dito o mesmo que digo hoje —, impróprio que essas reuniões tenham ocorrido, se ocorreram. E eu presumo que tenham ocorrido, porque é normal.

Como disse há pouco, eu julgo ser o primeiro governante em exercício que vem a uma CPI e que não reúne com o seu grupo parlamentar, coisa que não fiz. Julgo eu, acho que nunca aconteceu. Acho que nunca aconteceu.

Portanto, em si mesmo não há nada de impróprio. Pode, obviamente, depois, haver comportamentos concretos impróprios, e isso nunca aconteceu em nenhuma destas reuniões que foram referidas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quer dar-nos um exemplo?

Disse que tinha sido Deputado em muitas CPI e que os governantes reuniam sempre com os Deputados do seu grupo parlamentar.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim, olhe, no BPN (Banco Português de Negócios) houve reuniões com o Secretário de Estado do Tesouro da altura, Carlos Costa Pina, várias, e com o Ministro Fernando Teixeira dos Santos. De certeza. Por acaso, acho que nessa eu não estava, mas conheço Deputados que foram e sei. E são normais, Sr. Deputado, porque, repare, é um debate político também. Portanto, desde que não seja manipulado, escondido, deturpado, violado o acesso... Imaginemos que todos os grupos parlamentares pedem uma informação e, de repente, só se dá a um Deputado. Isso é impróprio. Mas não é disso que estamos a falar.

Aliás, o despacho da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados — que eu acho estranho porque diz que é um direito dos Deputados, mas que é censurável, não compreendo muito bem, mas pronto — não refere reuniões preparatórias com entidades; a crítica que é feita é que uma reunião preparatória pode conferir vantagem a um grupo parlamentar. Ora, isso é válido seja o inquirido um membro do Governo ou um diretor de uma empresa pública.

Esse ponto, de a reunião preparatória poder conferir vantagem, acontece, mesmo em reuniões normais de preparação política entre um membro do Governo e o seu grupo parlamentar.

Ou seja, das duas, uma: ou se proíbe qualquer reunião preparatória, mas a todos... pode ser feito, pode haver registos públicos, mas não é esse o regime que temos, e sim, isto sempre foi normal. E sim, participei, nos meus nove anos de Deputado, em muitas reuniões preparatórias, seja em reuniões ordinárias de uma comissão, seja em comissões de inquérito.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E se houvesse combinação de perguntas e respostas, a sua resposta já seria diferente?

Já agora, pergunto-lhe: depois daquela reunião, ninguém do seu gabinete lhe fez um *debriefing*, lhe explicou o que tinha acontecido naquela reunião, tendo em conta que estamos a falar da CEO da TAP?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Repare, aquela reunião não foi coordenada por mim nem por ninguém do meu gabinete.

O Sr. Frederico Pinheiro foi o coordenador, no sentido em que um gabinete tem vários adjuntos, que coordenam, que são os responsáveis por dossiês. Isso não significa que são eles que... Ou seja, quando se diz «O Frederico Pinheiro é o coordenador», não significa que foi ele que geriu a reunião. Aliás, nas notas dele — que não vou qualificar quanto à sua falsidade ou veracidade, deixarei isso para outros — não há nenhuma combinação de nada, mesmo nas notas.

Portanto, o *debriefing* não era necessário. Aliás, isso mostra, de facto, que eu não queria manipular, controlar, condicionar, nada! O que eu achei foi normal que numa audição onde a CEO da TAP ia falar da TAP também — e a intervenção dela, repito, é só sobre a TAP, sobre os resultados da TAP, o plano de reestruturação, e só sobre isso —, ela achava importante que, no meio do ruído, em que só se falava de outras coisas que não isso e em que havia tentativas várias de reduzir a TAP a isso, a obrigação dela como CEO era falar da TAP, dos resultados, do plano de reestruturação. A minha obrigação como Ministro e com a tutela da TAP, era, na medida do possível, focar-me nisso. Porquê? Porque as outras matérias estavam entregues à IGF e estavam a ser avaliadas.

Portanto, eu não tenho que ser *briefado*. Aliás, eu vi depois a audição, basta-me ver a audição, no meu interesse... olhe, eu até, para ser sincero, fiquei contente que a CEO da TAP se centrasse na TAP e fiquei contente que o PSD dedicasse quase toda a sua audição também a falar da TAP e não dos casos de... acho que se falássemos mais da TAP, dos desafios que a TAP

enfrenta, dos resultados da TAP, acho que seria bom para a TAP e bom para o País.

Obviamente, estarei disponível para responder a perguntas que me façam sobre outras questões, mas a minha preocupação foi essa, só essa e sempre essa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Frederico Pinheiro falou ontem de um *e-mail* de preparação da resposta à Comissão de Inquérito, da Eng.<sup>a</sup> Cátia Rosas, em que ele depois, supostamente, responde a dizer que faltam as notas e envia as notas também por *e-mail*. Gostava de lhe perguntar se viu essa troca de *e-mails*.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Vi.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Esse *e-mail* também continha as notas?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — O que estou a dizer é, conheço o ofício...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se as notas também estavam lá.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim. Eu conheço o ofício que foi preparado sem notas, pelas razões que foram ontem explicadas, e depois conheço o ofício que teve de ser novamente preparado com notas e que teve de ser assinado novamente, e aí, sim, por isso aquela questão das 24 horas, porque é que não foi enviado logo... Bem, porque a minha chefe de gabinete tinha de assinar o ofício e nós estávamos a voar e, portanto, ela foi ao gabinete fazer aquelas duas coisas que eu disse: uma, fazer o ofício, a

notificação à CPI; e a outra, a meu pedido, era fazer o despacho da exoneração. Ela fez aquilo que tinha de fazer naquele dia, que era enviar à CPI. O despacho, como pode ser feito a qualquer momento, foi no dia a seguir.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Acho que o Sr. Ministro não compreendeu...

O Sr. **Presidente**: — Vamos parar a contagem de tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Houve um primeiro ofício que não foi enviado, sem as notas, depois houve o ofício com as notas.

O que eu estava a dizer é, aqui no meio, houve uma troca de *e-mails* entre a Eng.<sup>a</sup> Cátia Rosas e o Dr. Frederico Pinheiro, e eu perguntei-lhe se viu essa troca de *e-mails*.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Vi.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Que também tinham as notas?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — No início não havia notas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, mas na troca de *e-mails*... O Dr. Frederico Pinheiro enviou as notas à Eng.<sup>a</sup> Cátia Rosas, ou não?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim, enviou, depois enviou. E eu também recebi, também enviou para mim.



O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E a minha pergunta seguinte era, como é que reagiu quando viu que Frederico Pinheiro tinha as notas e que não as tinha comunicado? Sendo que aí já é uma fase posterior, mas como é que reagiu quando soube que havia notas da reunião?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Mas isso... Eu soube que afinal havia notas da reunião logo no dia 24 à noite, quando me foi reportado pela minha chefe de gabinete — já não me lembro se foi 24 à noite, de madrugada,... —, ou seja, foi-me dito: «Olhe, tivemos de fazer uma prorrogação de prazo.» «Prorrogação de prazo, então porquê?» E depois foi-me explicado. Portanto, sim, eu tive conhecimento desse facto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E depois o que é que levou a esse não cumprimento do prazo, digamos assim, até à escalada da exoneração? A Dr.<sup>a</sup> Eugénia ontem dizia que havia muito mais coisas, havia um comportamento de mentiras, etc., do Dr. Frederico Pinheiro. Gostava de saber o que aconteceu durante esses dias para haver essa escalada.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — As mentiras são o facto de sempre ter sido dito que não havia notas e depois, à última hora, mesmo quando o prazo estava a terminar, em frente a pelo menos duas testemunhas, uma delas que não é do meu gabinete, nem trabalha para mim, ele ter dito: «Afinal, tenho notas.» E a Eng.<sup>a</sup> Cátia Rosas, como já foi aqui explicado — eu não tenho nada a acrescentar ao que foi dito, na verdade, portanto, estou a reportar coisas que são relatadas por terceiros e que me foram reportadas, mas são aqui ditas e detalhadas na Comissão de Inquérito —, quando ele diz que vai buscar as notas e que já as enviaria... e depois a Cátia Rosas envia um *e-mail* só para ele, para acrescentar, ele pensa que aquilo era para... Agora já não... Mas repare, ó Sr. Deputado, eu não tenho nada a acrescentar

sobre isso, face ao que foi dito ontem, eu não tenho, não tive participação nisso.

Portanto, o que esses factos todos demonstram é que no momento em que o meu gabinete soube que, afinal, havia notas, o que o meu gabinete fez foi tentar que elas ainda chegassem dentro do prazo e, quando isso se revelou impossível, prorrogar o prazo, o que demonstra a vontade de tudo incluir e de tudo enviar, coisa que, efetivamente, foi feita.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O Dr. Frederico Pinheiro ontem disse que ameaçou dar-lhe dois murros naquela conversa. Isso aconteceu, ou não?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Já disse e reafirmo: rejeito categoricamente que tenha ameaçado Frederico Pinheiro. Aquele foi um telefonema de exoneração que demorou 1 minuto e 20 segundos, estive sereno durante todo o telefonema, se houve alguém que não estava e se houve alguma ameaça, não foi, seguramente, minha, Sr. Deputado.

Mas foi exatamente como eu disse, já não sei a que Sr. Deputado, mas já o tinha referido e, portanto, foi isso que aconteceu, Sr. Deputado, não tenho nada a acrescentar em relação a essa matéria. Rejeito categoricamente que tenha ameaçado Frederico Pinheiro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E que ameaças é que Frederico Pinheiro lhe fez?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Essas ficam comigo, Sr. Deputado, mas foram ameaças físicas, violentas, muito.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ontem, Frederico Pinheiro insinuou, duas ou três vezes, que seria possível comprovar o que é que o Sr. Ministro

lhe tinha dito ao telefone. Quero perguntar-lhe se algum de vocês está a ser escutado ou se os serviços conseguem...

O Sr. **Presidente**: — Deixou de se ouvir outra vez lá atrás? Vamos parar um pouco.

Eu pedi aos serviços para...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É o meu ou não? Já voltou.

O Sr. **Presidente**: — Já voltou? Muito bem, muito obrigado.

*Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. **Presidente**: — É verdade, Sr. Deputado.

*Risos.*

Estava devidamente programado para isso.

*Risos.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ai, ai, eles andam aí!

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, repita a pergunta que a gente...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, sim.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Já sei o que é que eu ia responder. Sr. Deputado, pode ter a certeza que se houver... Eu acho que o telefonema só é verificável se estiver a ser escutado. E penso que mesmo se estiver a ser escutado não podemos, de repente... Não sei, não sou jurista.

Sr. Deputado, pode ter a certeza de que eu teria todo o interesse em que toda essa conversa fosse pública. Toda! Adorava, Sr. Deputado!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Queria perguntar-lhe se ordenou, ou se escreveu, ou se validou, aquele comunicado não oficial que saiu para a imprensa naquele dia, com tudo detalhado. Claramente, deve ter sido de alguém que estava lá e com uma versão dos factos, obviamente, mais parecida com a das pessoas do gabinete. Teve conhecimento desse comunicado não oficial que circulou pela imprensa?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quem é que o escreveu?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Foi a recolha do fio do tempo, à data que existia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Porque é que não foi um comunicado oficial?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Porque havia contrainformação. Nós estávamos a receber imensas chamadas com imputações falsas e, portanto, a nossa urgência foi contar a verdade dos factos. Acredite, Sr. Deputado, houve muita gente a falar com muita gente.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Isso eu acredito, só que o senhor é ministro e por isso não me parece correto que um ministério mande comunicados não oficiais.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, os ministérios têm gabinetes de imprensa que fazem o seu trabalho, e sobre essa matéria não tenho mais a acrescentar.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Exatamente porque tem um gabinete de imprensa, que deve fazer comunicados oficiais, é que não é muito normal fazer comunicados não oficiais, certo?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, quando também há comunicados não oficiais de outras partes e quando somos confrontados com informação falsa...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Para terminar, e voltando aqui muito rapidamente ao SIS, quando disse que falou com o Secretário de Estado Mendonça Mendes, onde é que ele estava, sabe dizer-nos?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Acho que tinha aí, pelo menos quando me respondeu, penso que consultou aí uma cronologia da ordem das chamadas. Será que pode dizer-nos qual foi a ordem das chamadas?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu não tenho todas as chamadas feitas, houve chamadas feitas, recebidas, por *WhatsApp*, mas foi antes do telefonema à Ministra da Justiça.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, mas não tendo aí todas, se calhar podia dizer-nos as que tem.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Deputado, tenho aqui chamadas às 21 horas e 52 minutos, para o Secretário do Estado do Primeiro-Ministro. Tenho aqui, só feitas por mim, às 21 horas e 52 minutos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. **Presidente**: — Tem de ligar o microfone, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Posso?

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, quer dizer, penso que a pergunta foi ouvida.

O Sr. **Presidente**: — Nós vamos parar a contagem do tempo, pode repetir a pergunta.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Penso que...

*Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

Sim, é para ficar registado, eu sei.

Quero perguntar-lhe duas coisas. Primeira: sabendo que, como obviamente já percebemos, não tem ali a informação toda, da que tem poder-nos-ia dizer a ordem das chamadas, ou seja, as horas e com quem falou, para validarmos aquilo que foi dito?

A segunda pergunta — porque eu também não ouvi bem — era se era o Secretário do Estado Mendonça Mendes ou não. Só ouvi Secretário de Estado...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

*Pausa.*

Deputado Bernardo Blanco, temos o relógio parado.

*Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. **Presidente**: — Tem de ligar o microfone, Sr. Ministro, peço desculpa.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Às 20 horas e 40 minutos, ligo a Frederico Pinheiro, depois tenho aqui um telefonema para o Ministro da Administração Interna. Tenho vários para o Ministro da Administração Interna, tenho aqui dois de 30 segundos; tenho um às 21 horas e 13 minutos, para a minha chefe de gabinete; outro para a chefe de gabinete, às 21 horas e 30 minutos. Depois, às 21 horas e 52 minutos, tenho o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, e às 22 horas e 53 minutos, a Ministra da Justiça.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem 5 segundos para poder utilizar.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Faltam as horas do MAI (Ministro da Administração Interna).

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Desculpe?

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Faltam as horas do MAI.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu disse.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — As horas do MAI?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim. Tenho aqui que às 21 horas e 10 minutos eu liguei ao MAI — 30 segundos; às 21 horas e 12 minutos, liguei ao MAI — mais 30 segundos. É o que eu tenho aqui.

Depois, tenho SMS enviado ao MAI e julgo que terei recebido também um telefonema do MAI, não sei, exatamente por causa desta questão de falar com o Diretor da PSP.



O Sr. **Presidente**: — Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A que horas é que ligou ao Primeiro-Ministro?

O Sr. **Presidente**: — Tem de ligar ao microfone, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não tenho aqui, porque foi uma chamada, tentei ligar, não atendeu. Não sei, não tenho aqui. Acho que foi... não sei, tenho de procurar, não tenho aqui.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas foi o primeiro contacto, não foi?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Julgo que foi antes de ligar ao Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, sim. O primeiro contacto foi a tentativa de falar com o Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem 3 segundos para poder utilizar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O que é que falou com o Frederico Pinheiro?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Uma chamada às 20h40? Então, foi exoneração, não falei mais com o Frederico.

O Sr. **Presidente**: — Deputado Bernardo Blanco, terminou o seu tempo. Pretende fazer mais alguma pergunta?

*Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

Damos 5 segundos para poder...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou só terminar.

A Dr.<sup>a</sup> Eugénia ontem disse que no Ministério havia alguma desorganização, que muita coisa era feita por *WhatsApp* e que queria terminar com isso tudo. Pergunto-lhe o que é que encontrou na relação do Ministério, deixado por Pedro Nuno Santos? As coisas eram assim tão informais e caóticas que precisasse de uma intervenção? E o que é que foi sugerido fazer?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — A gestão do gabinete é da responsabilidade da chefe de gabinete e eu não tenho nada a acrescentar face ao que já foi ontem dito pela chefe de gabinete.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro. Muito obrigado, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado Sr. Presidente. Gostaria de interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento também o Sr. Ministro, uma vez que é a minha primeira intervenção.

Parece-me que facilitaria os trabalhos da Comissão, porventura, se o Sr. Ministro fizesse o obséquo de nos deixar aquelas singelas folhinhas onde tem aquele precioso histórico. Evitaria que nós, insistentemente, enfim, estivéssemos a incomodar o Sr. Ministro, para não se perder em tanta informação. Como são umas folhas singelas, talvez as pudesse deixar na Comissão, e poderíamos, depois, consultá-las à vontade, se assim entender.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, quer responder?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, isto são notas minhas, mas tenho todo o gosto em enviá-las. Façam o pedido da informação que nós a enviaremos.

O Sr. **Presidente**: — Terminámos a nossa 1.<sup>a</sup> ronda de perguntas. Vamos iniciar a 2.<sup>a</sup>, mas pedia algum silêncio na sala para que isso seja possível.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Presidente, preciso de fumar um cigarro. É muito rápido — é só um! —, não preciso de 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Suspendemos os trabalhos por 5 minutos, Sr. Ministro. Pela sua saúde!

*Risos.*

*Eram 22 horas e 44 minutos.*

Vamos, então, continuar com a nossa audição.

*Eram 22 horas e 58 minutos.*

Iniciaremos agora a 2.<sup>a</sup> ronda, em que os Srs. Deputados dispõem de 5 minutos em continuidade, respondendo o Sr. Ministro no final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro João Galamba, sei que vou, naturalmente, fazer uma rutura, colocando uma pergunta muito fora deste contexto, destas temáticas em que temos estado. Vou fazer uma coisa que é muito inesperada que é fazer perguntas sobre a TAP. Tem de ser, são opções!

As questões que queria colocar relativamente à TAP têm a ver com o seu presente e o seu futuro imediato. A propósito, inclusivamente, de uma matéria que já foi abordada por mim, na 1.<sup>a</sup> ronda, e que o Sr. Ministro abordou, sobre as nomeações para a nova gestão da TAP, nomeadamente o novo Presidente da Comissão Executiva, pergunto se a missão da nova gestão é a de preparar a privatização e aplicar cegamente as medidas do plano de reestruturação da TAP ou se é desta que o Estatuto do Gestor Público vai ser respeitado.

Pergunto também se vai haver uma orientação política para inverter estas perspetivas que estão pensadas para a TAP no momento atual e, em particular, se vão aplicar o Estatuto do Gestor Público ou não. Isto porque importa saber se o contrato de gestão está feito, uma vez que isso, só por si, tem sido um problema, como esta Comissão de Inquérito já pôde verificar.

Como é que vão fazer? Vão procurar para a Comissão de Vencimentos da TAP alguém à medida para concordar com o vencimento que os senhores já prometeram ao novo CEO? Ou vão extinguir a Comissão de Vencimentos para poder pagar meio milhão de euros por ano de salário-base ao novo CEO?

Pergunto se é desta que vamos ter gestores comprometidos com o interesse público e com uma TAP que sirva, de facto, os interesses do País. É agora que vamos tratar os trabalhadores da TAP como gente, que vamos parar com estes cortes, que vamos valorizar os salários e repor a contratação coletiva e acabar com esta suspensão da democracia que continua a prevalecer na empresa, em que os trabalhadores são tratados como se estivéssemos ainda, praticamente, em plena pandemia, do ponto de vista dos seus salários e dos seus direitos?

Hoje está perfeitamente demonstrado que o processo de privatização, isto é, de reestruturação, foi até ao osso nos cortes aos trabalhadores, e que esse facto está a trazer custos acrescidos à companhia que paga multas por cancelamentos para não pagar salários e que subcontrata serviços e aviões em vez de pagar salários. Já não é só na operação daquelas linhas *feeders* e de serviços de curta distância; já estão a fazer subcontratação de ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*) para o Brasil, a joia da coroa da companhia! Portanto, estas questões estão a prejudicar a companhia e a comprometer a operação atualmente.

Está também demonstrado que os cortes salariais, além de penalizarem injustamente quem nenhuma responsabilidade teve nas más opções impostas à TAP, estão a dificultar, por sua vez, a contratação de trabalhadores em áreas decisivas para a operação. Um aspeto que tem sido frequentemente relatado e apurado nesta Comissão de Inquérito é a perspetiva operacional altamente preocupante, falando-se até de um verão negro ainda pior do que

o verão de 2016, em que, tantas e tantas vezes, se verificou uma situação de rutura constante.

Assim, a pergunta concreta é: que medidas está o Governo a promover, desde logo, na nomeação da nova gestão da TAP e na sua orientação estratégica, para reverter estes cortes, para respeitar os trabalhadores, como é devido, e para recuperar a capacidade de resposta operacional da TAP em vez deste crescente recurso à subcontratação e à degradação do serviço prestado pela TAP atualmente e com tendência para se agravar no futuro próximo? Essa é a pergunta que gostaria de deixar.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Infraestruturas.

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigado pela sua pergunta.

A missão da nova gestão é cumprir, obviamente, o plano de reestruturação, conduzir bem os destinos da TAP, assegurar a paz social e negociar acordos de empresa compatíveis com a sustentabilidade da companhia.

Sr. Deputado, o que salvou os empregos na TAP foi a decisão do Governo do Partido Socialista de intervir na TAP, de a salvar. Foi isso que permitiu salvar milhares de empregos. Todos — repito, todos — os sindicatos reconheceram a situação dramática em que a TAP vivia e todos os sindicatos, e, já agora, o Conselho de Administração, tiveram cortes salariais.

Todos entenderam a urgência do momento, a necessidade dessas medidas não em nome de qualquer ataque aos trabalhadores, mas um sacrifício de todos pela viabilidade da TAP. Obviamente, não posso deixar de agradecer e saudar todos aqueles que trabalham na TAP e que muito têm dado à empresa para que ela, em primeiro lugar, continue a existir todos os

dias. Pilotos, manutenção, todos os trabalhadores nas suas diferentes funções, são fundamentais e essenciais para o sucesso da TAP. Todos os trabalhadores perceberam isto, porque todos os sindicatos votaram os cortes.

Obviamente, o objetivo não é manter os cortes, o objetivo é que a companhia cresça, e não há companhias que cresçam sem trabalhadores. Mas a TAP, para ser sustentável, tem de ter uma realidade que não difira muito dos seus maiores concorrentes. Não estou a falar, como o Sr. Deputado muitas vezes diz, de companhias *low-cost*, estou a falar do *standard* de mercado com o qual a TAP se compara.

Portanto, sim, acordos de empresa alinhados com a sustentabilidade e a viabilidade operacional e também financeira da TAP — repito, também financeira. Não há viabilidade operacional sem viabilidade financeira e, obviamente, não há viabilidade financeira sem viabilidade operacional. São ambas importantes, Sr. Deputado.

O que lhe posso dizer é que temos, a tutela setorial e a tutela acionista, portanto, eu próprio e o Sr. Ministro das Finanças, toda a confiança no atual Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva. Total!

Temos confiança também nos administradores ontem nomeados. Ontem assinei, juntamente com o meu colega do Tesouro, a deliberação unânime por escrito onde nomeámos os dois administradores que foram hoje comunicados à CMVM e, depois, a eleição, nos termos do estatuto da TAP pelo Conselho de Administração, da Comissão Executiva. Isso é hoje tudo público.

Assinámos isso ontem à noite, estava a Comissão, a audição da noite, a decorrer. Penso que assinei a DUE às 22 horas ou 23 horas e foi já comunicado à CMVM.

A missão é a de garantir a sustentabilidade da TAP, é defender a TAP. E isso é, penso eu, o objetivo de todos. Teremos, certamente, diferenças de

opinião sobre, em concreto, o que é que isso implica, mas penso que o Sr. Deputado concordará que a sustentabilidade financeira da TAP é uma condição, também ela, essencial, nomeadamente para questões salariais, direitos dos trabalhadores. É nisso que, obviamente, as duas tutelas estão fortemente empenhadas e não temos dúvida, dado o currículo, do conhecimento que os novos e os que já lá estavam — o Conselho de Administração e a nova Comissão Executiva — têm para conduzir os negócios da TAP e levar a bom porto este difícil trajeto que foi, no fundo, evitar a falência, a destruição de milhares de empregos, injetar dinheiro muito significativo dos contribuintes portugueses.

Temos o dever de conduzir o melhor possível esta reestruturação e de salvaguardar que a TAP se mantém forte, que tem condições para crescer sustentável e que se mantém uma grande companhia aérea.

Na sua intervenção inicial, o Sr. Deputado falou de uma companhia subalterna, pequena. Queria só acrescentar que as coisas são sempre as coisas e as suas circunstâncias e, obviamente, não é indiferente, nem para a TAP nem para nenhuma companhia aérea, o contexto da transição energética.

A TAP, bem como os aeroportos portugueses, têm o valor aeronáutico que têm, pelo posicionamento de Portugal, pelas rotas que tem. Tem esse valor, que é um ativo cujo valor pode ser mensurável, mas há outro ativo da maior importância relacionado com a transição energética.

Há uma coisa que lhe posso garantir, Sr. Deputado: esta dimensão da TAP, jamais, em tempo algum, será subalterna. Porquê? Porque Portugal, que é de onde é esta companhia e onde temos os nossos aeroportos, não será um país pequeno, subalterno ou periférico na transição energética. E esse ativo é da maior importância.

Se o Sr. Deputado ler a RCM que foi publicada pelo Governo verá lá esta dupla dimensão da TAP: enquanto companhia aérea e num contexto de transição energética, que é um dos maiores desafios para a viabilidade



económica da aviação. Porquê? Porque a generalidade das companhias aéreas aquilo que enfrenta é apenas o ter de comprar *jet fuel* e têm de comprar quantidades crescentes de *jet fuel* renovável. Para a maioria das companhias aéreas isto é um desafio até à sua existência e um custo.

Portugal tem, como em todas as matérias da transição energética, a oportunidade de olhar para esta questão, com a qual todas as companhias vão ter de lidar não como um custo, mas como uma extraordinária oportunidade de crescimento, de valorização estratégica e de solidez financeira da TAP.

A TAP tem esse duplo ativo. O primeiro tem um grande valor aeronáutico e não estamos a falar de uma companhia pequena, nem Portugal é um país, em termos aeronáuticos e dado o seu posicionamento, menor ou periférico, no mau sentido. Acredite, Sr. Deputado, que qualquer valor que possamos atribuir a essas dimensões não lhe vou dizer quanto é, mas garanto-lhe que valem dinheiro e acrescentam valor à TAP.

Isso é também uma oportunidade que a TAP deve abraçar. Porquê? Porque, de facto, poder transformar um custo numa oportunidade penso que é algo que deve ser avaliado e que constitui uma oportunidade muito significativa que não é, de todo, de desvalorizar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, falta responder à questão dos contratos de gestão e da Comissão de Vencimentos.

Agradeço imenso o *jet fuel* renovável, mas importava que estas perguntas fossem respondidas.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, como bem sabe, o *jet fuel* é das maiores e mais relevantes despesas de uma companhia

de aviação. Não é uma questão de somenos, é mesmo uma questão central para a aviação.

Sobre as duas questões que apresenta, já respondi a essa matéria no início. Obviamente que o Ministério das Infraestruturas e o Ministério das Finanças tratarão da questão da Comissão de Vencimentos, reporão a normalidade societária na TAP e completarão os órgãos sociais. É nessa altura que serão resolvidas as questões suscitadas pelo Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, há aqui uma questão muito objetiva, que foi a pergunta que foi feita sobre dois aspetos: por um lado, se estão feitos os contratos de gestão para a Administração da TAP — porque a lei obriga a que estejam feitos e em vigor —, e, por outro, sobre a Comissão de Vencimentos, como é que se resolve o facto de haver uma remuneração que está assumida e uma Comissão de Vencimentos que tem de a validar, essa ou outra. Eu agradeço a resposta do «há de ser resolvido», mas a pergunta foi a seguinte: como é que se resolve, como é que vão fazer?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Como iremos resolver e quando resolvermos o Sr. Deputado saberá e terá a oportunidade de fazer as perguntas que entender. Mas como nós, hoje, ainda não resolvemos, não lhe consigo dizer muito mais do que isso. Não me leve a mal, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro, muito obrigado Sr. Deputado Bruno Dias.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas faltam os contratos de gestão!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — É o mesmo, Sr. Deputado. Não há, hoje, contratos de gestão, mas haverá, seguramente, contratos de gestão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, faça favor, tem a palavra.

Vamos fazer algum silêncio na sala para permitir ouvir o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

*Pausa.*

Srs. Deputados, agradeça que fizessem silêncio e não cruzassem comunicação.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, faça favor.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, há uma enorme confusão, não só nos acontecimentos sobre os quais nos estamos a debruçar, conjuntamente, com o Sr. Ministro, mas, também, nas diversas versões que o Sr. Ministro ou o seu Ministério têm noticiado ao longo do tempo ou, até, declarado aqui, na Comissão de Inquérito.

Há pouco, Sr. Ministro, foi-lhe perguntado se conhecia a cronologia divulgada no dia 28 de abril, e referiu que sim. Foi perguntado se a tinha validado, e referiu que sim. Essa cronologia contrasta, por exemplo, com as

declarações de ontem, da sua chefe de gabinete, porque ela, num momento, disse que alguém tinha ligado para o segurança, para impedir a saída do Sr. Dr. Frederico Pinheiro, mas a cronologia diz, e agora vou citar: «Frederico Pinheiro consegue fugir pelas escadas, vários elementos do Ministério das Infraestruturas deslocam-se no elevador para o piso de entrada do edifício, solicitando o seu encerramento, face às situações de furto e agressão descritas.» Há aqui, portanto, uma ação de correr atrás de Frederico que foi omitida nas declarações da sua chefe de gabinete. Até há aqui uma outra ideia de...

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Não foi, não!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, vamos deixar seguir a comunicação, para ser fluida e contínua. Depois, no final, terá a oportunidade de responder.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, faça favor.

**O Sr. Pedro Filipe Soares (BE):** — Espero mesmo que responda, é exatamente esse o objetivo desta inquirição.

Passamos para as suas frases sobre a cronologia dos telefonemas. No dia 29 de abril, três dias depois dos acontecimentos, o Sr. Ministro diz: «Eu não estava no gabinete quando aconteceu a agressão à minha chefe de gabinete e à minha adjunta. Liguei imediatamente ao Sr. Primeiro-Ministro» — primeira pessoa. «O Sr. Primeiro-Ministro estava, penso, a conduzir, e não atendeu. Liguei ao Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, a quem reporte este facto» — segunda pessoa. «Julgo que estava ao lado do Secretário de Estado da Modernização Administrativa, também junto do Primeiro-Ministro» — terceira pessoa. Segundo o ministro, aquilo que lhe

foi transmitido foi que «deveria falar com a Ministra da Justiça», a quem ligou — correspondendo à quarta pessoa.

Vamos agora ver a cronologia que aqui nos deu: terá ligado a Federico Pinheiro por volta das 20h40; ligou ao Ministro da Administração Interna às 21h12; à sua chefe de gabinete às 21h30; só às 21h52 é que ligou ao Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro e só às 22h53, uma hora depois, é que ligou à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça.

Isto não é o mesmo que ligar imediatamente ao Primeiro-Ministro, que é o que se subentende das suas declarações, quando diz que ainda nem sequer estava no Ministério quando o tentou fazer e que logo de imediato ligou ao Sr. Secretário de Estado Adjunto.

Por isso há aqui, claramente, uma falta de fidelidade a uma cronologia, porque não há uma só cronologia, mas várias cronologias, consoante o momento em que as informações são dadas.

Mais ainda: é, no mínimo, um pouco incompreensível dizer-nos que chegou ao Ministério e que estavam lá os membros da polícia — os agentes da PSP —, mas que não lhes referiu que faltava o computador — ou, pelo menos, ainda ninguém nos disse que isso foi referido —, e que queriam instar para ir buscar o computador.

Não disseram porque tinham dado prioridade ao SIS, coisa que o Sr. Ministro não sabia, pois veio-nos dizer que só hora e meia depois é que teve conhecimento de que a sua chefe de gabinete, afinal, tinha ligado ao SIS, ou que o seu secretário de Estado adjunto lhe tinha dito que deveria ligar ao SIS.

Bem, mas, então, tínhamos lá os agentes da PSP — poderiam ter sido logo desencadeados alguns esforços, no sentido de reaver o computador —, mas não foi feita essa ação. Falaram com o SIS e, depois, o Sr. Ministro falou com o Sr. Ministro da Justiça e com a Polícia Judiciária, mas não referiu o SIS.

Desta forma, enquanto o Sr. Ministro estava a falar com o Sr. Diretor da Polícia Judiciária, tivemos, ao mesmo tempo, o SIS a ligar para o Sr. Dr. Frederico Pinheiro, a ir reaver o computador, e, também, a Polícia Judiciária a fazer um triste papel, na manhã do dia seguinte, ao bater à porta do Sr. Dr. Frederico Pinheiro e não ter nenhum computador para ir buscar, porque não sabia, sequer, que outros já estavam a encaminhar essa questão.

Quanto aos motivos para exoneração do Sr. Dr. Frederico Pinheiro, o seu despacho fala de comportamentos incompatíveis. No dia 29 de abril, para além de comportamentos incompatíveis, é somada a isso a sonegação da informação. Ontem, dia 17 de maio, a sua chefe de gabinete soma a isso mentiras e esquecimentos. Também soubemos ontem que se acrescenta a ideia de que há, afinal, câmaras de videovigilância que poderiam ser desencadeadas, para poder validar a versão dos acontecimentos da Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete. Hoje, diz-nos o Sr. Ministro, aqui, que não só tudo o resto era verdade, como ainda se somam os seguintes motivos: desobediência à sua chefe de gabinete, mentir a colegas, mentir a si próprio, não atendimento de chamadas telefónicas, haver pessoas que tinham dito que não conseguiam trabalhar mais com ele, e — pasmem-se! — tirar muitas cópias e a altas horas da noite. Bem, nós vemos que há, aqui, uma condução da informação que é revista, ao longo do tempo.

Vamos, agora, para a questão da informação. A informação que estava no computador foi fundamental nisto tudo. Aparentemente, justificou a ação para impedir Frederico Pinheiro de sair do Ministério, mas, curiosamente, não justificou a ação para impedir a entrada de Frederico Pinheiro no Ministério, e esse é um aspeto, na segurança, que também não é irrelevante.

No entanto, o Sr. Ministro ouviu ontem a sua chefe de gabinete — e não referiu isso, neste espaço, agora, por isso admito que esteja confortável com o que ela disse — dizer que esteve mais de um mês com documentos que estavam no computador de Frederico Pinheiro e que não estavam em

mais nenhum lado, no Ministério das Infraestruturas. Disse que os classificou, mas que, no Ministério das Infraestruturas, continuou sem ter acesso aos mesmos. Disse, também, que não sabe como é que é possível classificar um documento e garantir que só algumas pessoas é que têm acesso a ele, que só pode ser aberto em determinados computadores e que nem sequer o tinha no serviço de gestão documental do Ministério das Infraestruturas.

O Sr. Ministro diz-nos, hoje, que «bem, mas o problema não era só o computador, porque ele, a altas horas da noite, tirava muitas fotocópias». Bem, mas quando ligou para o SIS, quando falou com a PSP, quando ligou para a Polícia Judiciária, não referiu que ele também tinha muitas fotocópias?

*Entretanto, assumiu a Presidência o Vice-Presidente Paulo Rios de Oliveira.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Termino com esta pergunta, Sr. Presidente: isso também não era uma ameaça à segurança do Estado, da mesma dimensão que o computador? Se era, é coerente com o que o Sr. Ministro nos disse, aqui. Se não era, é incoerente com esta ideia de que só o computador é que tinha a informação factual, ou, então, o tirar fotocópias a altas horas da noite não era necessariamente de documentos classificados.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não há propriamente perguntas, aqui.

Ó Sr. Deputado, em relação à maioria das coisas que refere, não tenho nada a acrescentar, face ao que já foi dito sobre esses exatos termos.

O Sr. Deputado disse, aqui, que houve prioridade... depois, ainda disse que eu liguei ao SIS. Sr. Deputado, não houve nenhuma prioridade ao SIS. A prioridade, como já foi amplamente demonstrada, foi a de chamar a PSP. Foi dito que foi contactar o segurança, foi chamar a PSP. O segurança do Ministério das Infraestruturas ligou à PSP, mais do que uma vez. As minhas adjuntas ligaram à PSP, mais do que uma vez. A minha primeira chamada é sobre a PSP.

Portanto, Sr. Deputado, a sua afirmação, da prioridade ao SIS, não encontra fundamento nem suporte em nenhum facto. É falsa, essa afirmação, não sustentada em nenhum facto. Não há prioridade ao SIS. Aliás, a prioridade implica uma certa ordem, não é? Portanto, a prioridade foi o primeiro sítio para onde nós ligámos — não uma, não duas, não três, não quatro, mas cinco vezes! —, que foi para a PSP.

Depois, a minha chefe de gabinete — às horas a que disse, ontem, que tinha ligado — reportou que tinha sido levado um computador com informação classificada.

Ó Sr. Deputado, depois falou em «impedir de entrar, mas ninguém impediu». Depois, disse uma coisa que não tinha sido dita, agora não me lembro o que foi, mas vi que vários Deputados do PS estavam a afirmar que sim, que isso tinha sido referido, agora não me recordo, peço-lhe imensa desculpa.

Ó Sr. Deputado, não me leve a mal, eu não tenho, de facto, nada a acrescentar face àquilo que já disse, face àquilo que a minha chefe de gabinete já disse, e entre aquilo que eu e a minha chefe de gabinete dissemos estão as respostas à sua intervenção algo confusa, em que tentou misturar tudo.



Ó Sr. Deputado, as coisas são claras. As coisas são claras! Há um computador que não podia ser levado por um ex-adjunto, porque era do Estado. Esse computador tinha informação classificada. Como ontem foi dito e explicado, abundantemente, a minha chefe de gabinete e todos nós, cada um fazendo a sua parte, cumprimos o nosso dever, nada mais do que isso.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro diz que a minha intervenção foi confusa, posso descrever qualquer um dos factos que gostava que ele validasse.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr. Deputado, só lhe pedia que o resumo não fosse mais longo do que a intervenção inicial, mas uma coisa curta. Por favor, ajude-nos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Presidente tem razão, mas tenho alguma dificuldade em fazê-lo, porque o que tentei expor, nos 5 minutos de intervenção, foram as incongruências temporais das diversas versões do que aconteceu.

O Sr. Ministro, a única coisa que disse, foi que valida as suas declarações e as da sua chefe de gabinete. A única coisa, então — permita-me, Sr. Presidente —, que gostaria de perguntar, para simplificar, é quais das suas declarações valida, Sr. Ministro? As da cronologia que validou e que foi entregue à comunicação social, no dia 28? As da conferência de imprensa, de dia 29? As suas, de hoje? As da sua chefe de gabinete, aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito? Na verdade, elas não são todas iguais e eu pergunto qual é que valida, em concreto.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, como já disse aqui, várias vezes, a fita do tempo foi sendo reconstruída, não tínhamos logo todas as informações.

Sim, reafirmo todas as declarações que fiz na CPI e considero-as totalmente compatíveis e coincidentes com as declarações feitas ontem pela minha chefe de gabinete.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, António Sales.*

O Sr. **Presidente**: —Vamos, então, passar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Aragão, do Partido Socialista.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, nas questões que coloquei na ronda anterior balizou o período da sua tutela política na gestão da TAP — que é o objeto que aqui procuramos apurar — a partir do dia 4 de janeiro, portanto, nestes últimos quatro meses.

Relativamente a esses quatro meses, referi que as grandes questões com que teve de lidar, que foram várias — e que também são objeto desta Comissão —, foram as seguintes: o relatório da Inspeção-Geral de Finanças, relativo ao processo de renúncia e indemnização da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis; a exoneração da ex-CEO e do ex-Presidente do Conselho de Administração, a partir desse relatório; a nomeação do Dr. Luís Rodrigues, no seguimento dessa exoneração. Referi, também, que uma das questões foi a apresentação dos resultados de 2022, e era sobre isso que lhe queria colocar algumas questões.

Esses resultados têm que ver com a tutela política, que tem determinadas consequências, como o processo de Alexandra Reis, e uma das consequências também são os resultados que a TAP vai conseguindo.

Sabemos que após um ano de implementação do plano de reestruturação, a TAP teve resultados positivos — cerca de 66 milhões de euros —, sendo que o plano de reestruturação também tem sido matéria dessa discussão e, portanto, a consequência da aplicação desse plano também nos importa particularmente, aqui. O que contribui para esses resultados vai permitindo aferir, ou não, os indicadores positivos ou negativos que a TAP possa ter. Portanto, a pergunta que gostaria de colocar é a seguinte: na discussão desses resultados há quem defenda que a aplicação dos cortes salariais e do regime fiscal para redução de prejuízos desvalorizam aqueles resultados que agora apresentamos.

Considerando o previsto no plano de reestruturação, o que significam estas duas dimensões nos resultados de 2022...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Desculpe, Sr. Deputado, quais duas dimensões?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Os cortes salariais que estão neste momento e que resultam no plano de reestruturação e o regime fiscal para redução de prejuízos, o que é que eles significam nestes resultados e de que forma isso caracteriza, qualifica o plano de reestruturação e a sua implementação.

Segunda questão: os resultados do primeiro trimestre de 2023, negativos em 57,4 milhões de euros, estão em linha com o esperado, ou não? Como comparam com os períodos homólogos de 2022 e de 2019? E, como se percebe, retiro os anos da pandemia.

Neste caso, relativamente aos resultados do primeiro trimestre, gostava que se pudesse deter neste ponto, porque foi uma matéria que ainda não discutimos muito aqui — foi aflorada apenas uma vez, a partir daí saiu alguma notícia, mas não permite fazer a comparação —, mas que é

importante para percebermos o que está a acontecer, de facto, neste período que resulta já do plano de reestruturação.

Relativamente ao plano de reestruturação, e assim termino, há um conjunto de cortes salariais que, evidentemente, são um esforço para os trabalhadores. Nós ouvimos 16 sindicatos nesta Comissão que trouxeram a perspetiva que têm sobre o que foi acontecendo, sobre o esforço sobre as suas próprias estruturas, sobre alguma recuperação que já está sendo feita, sobre a importância da paz social na empresa, que é uma questão que também temos colocado bastantes vezes aqui, até com esta própria expressão, e, portanto, gostava que pudesse falar um pouco sobre isto, sobre como é que o plano, neste período, que tem acompanhado, de tutela política, se está a concretizar, o que é que se espera a partir destes resultados do primeiro trimestre para este ano e de que forma é que isso também poderá moldar os passos que aí vêm para a TAP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. Deputado.

Não lhe sei dizer as percentagens exatas, mas dir-lhe-ei... Os resultados de 2022... Ou, melhor dizendo, a melhoria face ao esperado é praticamente toda atribuída à receita e não se deve nada aos cortes salariais. Repare: a melhoria face ao esperado. Obviamente que os cortes salariais fazem parte dos resultados. Estou a dizer: o melhor face ao esperado não é porque os cortes foram maiores do que o esperado, os cortes já lá estão.

Portanto, o grande responsável pelos excelentes resultados da TAP em 2022, que anteciparam lucros em três anos, é o crescimento e a recuperação muito significativa dos voos em Portugal e, portanto, do turismo e do crescimento da economia. Isso é, de facto, o grande responsável pelos

resultados melhores do que o previsto. Obviamente que não estou a dizer que os cortes não têm impacto no resultado; claro que têm! Mas os cortes não aumentaram, portanto, não são um contributo para os resultados melhores do que o esperado.

A percentagem exata do regime fiscal não lhe sei dizer, mas é muito inferior, não é sequer comparável ao grande determinante que é, de facto, o crescimento da receita e da boa gestão da TAP. Há questões que têm de ser melhoradas e sê-lo-ão certamente, como acontece sempre, mas aqui é de destacar o excelente resultado da TAP naquilo que mais importa, que é voar e fazer dinheiro com esses... do ponto de vista dos resultados.

No primeiro trimestre de 2023 ouvi algumas pessoas dizer: «Ah, lucros em 2022 e agora prejuízo.» O negócio da aviação é sazonal. E obviamente que os resultados no primeiro trimestre são normalmente muito piores do que noutras alturas do ano. O que importa aqui é a variação homóloga, que é muito significativa.

A TAP está muito acima dos resultados, já excelentes, do ano passado, portanto, obviamente, temos de esperar, mas temos todas as indicações de que, depois de um excelente resultado em 2022, que deve deixar, obviamente, todos os portugueses satisfeitos, e que aumentam sempre o valor da TAP — e esse é o objetivo — tudo indica, com os dados até agora conhecidos — repito: tudo indica, com os dados até agora conhecidos —, que o ano de 2023 será muito, muito positivo e, obviamente, isso são excelentes notícias para a TAP e para o País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, eu queria solicitar, se houvesse anuência de todos os grupos parlamentares, que

fizéssemos uma pausa de 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza. Vamos fazer uma pausa de 10 minutos.

*Eram 23 horas e 33 minutos.*

Srs. Deputados, vamos, então, recomeçar a nossa reunião.

*Eram 23 horas e 52 minutos.*

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado do PSD Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, às suas inúmeras, dezenas e dezenas de certezas, nós levamos dezenas e dezenas de dúvidas.

O Sr. Ministro tem a certeza de que o despedimento da CEO da TAP foi bem feito, e nós não temos; tem a certeza de que o relatório da IGF é suficiente e é completo, e nós não temos; tem a certeza de que aquilo que fez na reunião de dia 16, que foi dar uma instrução direta, de cima para baixo, à CEO da TAP e que não foi apenas uma indicação, e nós não temos, pelo contrário; tem a certeza de que o Frederico Pinheiro, quando entrou no Ministério, estava exonerado e, portanto, era um agressor e era alguém que iria lá roubar o computador, e nós não temos — aliás, tem a certeza de que houve um roubo, nós não temos; tem a certeza de que não ameaçou o Frederico Pinheiro com dois socos, e nós temos duas teses: Frederico Pinheiro e João Galamba, imagine lá qual é a tese em que os portugueses vão acreditar!

O Sr. Ministro tem a certeza de que o comportamento desvairado das senhoras foi adequado às circunstâncias, mas o computador estava lá, estava lá há imenso tempo, aquela documentação nem classificada estava, durante muito tempo, ele poderia ter tirado 700 cópias. Porque é que naquele dia tudo se tornou tão dramático?

Sr. Ministro, já agora, queria fazer-lhe uma pergunta sobre a TAP. Foram vendidos como uma coisa verdadeiramente extraordinária os resultados da TAP de 2022, cerca de 65 milhões de euros de resultados positivos, e eu queria que me dissesse, por favor, quanto é que significou, nestes resultados, o corte de salários e quanto é que significou, nestes resultados, o aproveitamento do reporte de prejuízos que veio da deliberação ou decisão do Orçamento do Estado.

Queria ainda perguntar-lhe, já agora, o seguinte: na troca de *WhatsApp* com Frederico Pinheiro há uma mensagem que V. Ex.<sup>a</sup> apaga. Dado que as mensagens apagadas suscitam sempre alguma curiosidade, não me leve mal, gostava de saber o que é que lá dizia, ou o que é que determinou o seu apagamento.

Pergunto-lhe ainda: quem ficou no lugar de Frederico Pinheiro — aquela pessoa que acompanhava a TAP, tinha os documentos classificados, ia às reuniões, sabia tudo, sabia de cor o plano de restauração —, quem é que ficou no lugar dele? A sua chefe de gabinete respondeu: «Ninguém.»

Entretanto, passou um mês e neste Ministério, com este quadro, quem está encarregado de promover e de tratar de todo o processo de privatização da TAP, sendo que, relembro, aliás, os tais documentos, que não se encontram em lado nenhum, estão no computador e o computador não está no Ministério?

Sr. Ministro, uma pergunta — para nós, importante, e vai ser importante no futuro, creio —, que tem a ver com o seguinte: uma das pedras basilares, um dos grandes fundamentos da IGF, como pressuposto para a

saída da CEO da TAP, foi que ela não articulou com o acionista — Ministério das Finanças — os procedimentos que teve e tratou disso apenas com o Ministério das Infraestruturas, o que foi desvalorizado pela IGF. A pergunta que se coloca é esta: o Sr. Ministro está em condições de garantir que o Ministério das Finanças nunca delegou no Ministério das Infraestruturas a função de tratar com a Comissão Executiva da TAP a nomeação de órgãos sociais, efetivamente demitindo-se — o Ministério das Finanças — da sua função acionista? Pode garantir isto? Se eu faço a pergunta, imagine, Sr. Ministro!...

Em relação à classificação dos documentos, pedia-lhe que nos ajudasse a perceber isto um bocadinho melhor.

Tanto quanto sei, que não sou especialista, estamos agora todos a levar um banho de serviços de informação, se há documentos classificados tem de haver pessoas credenciadas; independentemente de qual é a sequência, ou ovo, ou galinha, tem de haver.

A verdade é que os documentos só foram classificados muito recentemente, o que é estranho. Só quando houve uma Comissão de Inquérito, onde a reserva dos documentos é enorme, é que, de repente, este é que era o sítio perigoso e, portanto, o ideal era classificar os documentos, mas a verdade é que estavam classificados.

Pergunto: primeiro, os documentos foram só classificados agora; quantas e quantas e quantas cópias haverá? E depois ainda vêm dizer que há fugas de informação na CPI!... Segundo: quem estava a manusear os documentos classificados, estava ou não credenciado?

Ainda uma questão que tem a ver com a chamada do SIS e a linha do tempo naquele dia fatídico.

Sr. Ministro, já tivemos quatro, cinco, seis versões, e eu, como sugestão e com alguma caridade cristã, ia-lhe propor que o Sr. Ministro, com calma, amanhã ou depois de amanhã, se sentasse com a sua chefe de gabinete



e conseguisse construir uma linha do tempo em que nos desse a sétima versão, mas a definitiva, do que aconteceu — quem é que falou, quem é que falou a seguir, quem é que chamou —, para nós conseguirmos, de uma vez só, ver quantos membros do Governo foram chamados — quase metade — e, afinal, quem é que chamou quem e quem é o responsável.

Última questão, que é mais um desabafo: os administradores da TAP vieram a esta Comissão e, sabendo da responsabilidade em que poderiam incorrer, decidiram acionar o seguro de responsabilidade civil que têm, trazendo consigo advogados, prevendo que pudesse alguma coisa ocorrer mal, que redundasse em indemnizações.

O Sr. Ministro não o fez nem tem de fazer, porque o seu seguro de responsabilidade civil, se ocorrer mal, o Sr. Ministro sabe quem é: somos nós.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sim, tinha a certeza que estava exonerado, já expliquei porquê.

O Sr. Deputado já ontem o tinha feito, em relação a mulheres... «as desvairadas das senhoras», disse o Sr. Deputado. E não me leve a mal, mas ontem o Sr. Deputado usou uma versão do «ah, mas ela estava de minissaia», quando disse «porque é que se puseram à frente do agressor?» É uma versão nova do «ah, mas ela estava a provocar, ela estava maquilhada...»

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Isto não vai continuar! Nem pense nisso, eu não vou deixar!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu noto apenas que usou

agora o termo «desvairadas» das senhoras...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Isto não vai continuar! O Sr. Ministro não vem para aqui mentir, nem pense nisso! Isto não é o «jardim-escola do Galamba», eu não lhe vou admitir isso!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, Sr. Ministro, vamos tentar respirar fundo, vamos lembrar-nos do nosso desígnio, que é um desígnio que tem a ver com a clarificação deste processo CPI TAP, vamos lembrar-nos que temos de clarificar um processo para o País, para os portugueses.

Sr. Ministro, peço-lhe que responda às questões do Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, obviamente com a urbanidade com que sempre o faz, bem como com a mesma urbanidade com que sempre o Deputado Paulo Rios de Oliveira o faz. Portanto, vamos, com essa bidirecional urbanidade, tentar continuar a nossa reunião.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — A SMS apagada era irrelevante, dizia qualquer coisa como... E eu apaguei, porque achei que já não era necessária, porque só faria sentido se ainda fizesse sentido presumir que o Frederico Pinheiro era leal ao gabinete e que estava a desempenhar as suas funções, respeitando o que se espera de um... E por isso é que eu a apaguei. E a mensagem dizia qualquer coisa... Portanto, eu mando aquela mensagem, que é pública, que diz «então, não tinhas... Manda lá os documentos...» E eu, a seguir, acrescento qualquer coisa como «eh pá, como é que é possível tu criares estes problemas?!». E depois eu pensei assim: «Mas que estúpido, então se eu estou a acusar de...» Essa mensagem faz sentido para alguém que pode ter cometido um erro, mas eu, de facto, quando mandei aquela mensagem, disse: «Mas o que é que eu estou... isto presume

que ele está de boa-fé», coisa que eu naquela altura já não... Portanto, foi essa a mensagem que eu apaguei.

Não, Sr. Deputado, não tenho agora o conteúdo exato, mas era isto, no fundo, que ela dizia.

O Sr. Deputado, depois, fez-me várias perguntas sobre a IGF. Sim, mantenho o que disse ao longo desta audição.

O Sr. Deputado fez-me uma pergunta sobre se eu não podia garantir que o Ministério das Finanças tinha delegado... Sr. Deputado, não me leve a mal, não vou comentar temas nos quais não estive envolvido, não conheço. Há um relatório da IGF sobre isso, não me parece que faça grande sentido eu atestar ou deixar de atestar o que o ex-Ministro das Finanças, João Leão, ou o seu Secretário de Estado fizeram ou não fizeram. Nessa matéria não me parece que me deva...

Sobre a classificação dos documentos: porquê, classificados só agora? Foi também respondido ontem, amplamente, pela minha chefe de gabinete, portanto, não tenho nada a acrescentar sobre essa matéria, dizendo apenas que eles foram classificados para poderem ser disponibilizados e não para ocultar ou para privar alguém.

Foi exatamente como já tinha dito antes, Sr. Deputado, um dos problemas que existiu sempre nas comissões de inquérito era a classificação de documentos. Porquê? Porque quem os enviava classificava-os e, portanto, a chefe do meu gabinete entendeu propor este procedimento, que me parece, de facto, adequado.

Existe um modo de classificar documentos que são enviados para a CPI de uma forma que eu não conhecia. Repito, não sei se... acho que isto nunca tinha sido feito, porque confirmo que em todas as comissões de inquérito houve sempre este debate, sempre. As entidades mandavam coisas, diziam que eram classificadas e os Deputados contestavam o facto de serem

classificadas. Ora, a introdução de um terceiro elemento, reconhecido por todos como uma autoridade legítima, resolve este problema.

Como também explicou a chefe do meu gabinete, ontem, a credenciação é minha e é automática de mim e, a partir do momento em que foram classificados, não foram mais manuseados; foram, aliás, entregues à CPI.

Queria só responder a uma coisa que o Sr. Deputado, e não me leve a mal, tinha dito na sua primeira intervenção,...

**O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD):** — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Não, não, nenhuma.

O Sr. Deputado levantou há pouco, na sua primeira intervenção, a questão de ter sido enviado... Os documentos que foram enviados hoje tinham um prazo que acabava dia 22 e, portanto, enviámos bastante antes do fim do prazo.

Por outro lado, importa — algo que foi também referido ontem pela chefe do meu gabinete — lembrar que a pessoa responsável pela recolha inicial dos documentos e o envio, penso que de março — acho que em março foi a primeira, não foi? —, foi Frederico Pinheiro. E sim, a minha chefe de gabinete encontra-se neste momento a rever essa recolha e a perceber se nessa recolha houve alguma falha.

Acrescento também que penso que esse requerimento não chegou a ser aprovado; penso que era um requerimento do PSD, onde referia explicitamente alguns *e-mails*. E eu lembrava apenas que é perfeitamente possível que, por exemplo, a TAP envie elementos que nós não temos condições de enviar. E porquê? Coisas que dizem respeito, por exemplo, a 2021 ou 2022, que, por não estarem no arquivo do Ministério das

Infraestruturas, não temos meio de os enviar. Portanto, é perfeitamente possível que — ou assumindo que Frederico Pinheiro recolheu tudo bem ou que agora a minha chefe de gabinete, verificando o que foi recolhido, detete alguma falha e acrescente algum documento —, mesmo assim, depois dessa correção, ainda haja uma discrepância entre os documentos enviados pelo Ministério das Infraestruturas e os enviados pela TAP, por esta razão: porque há documentos enviados pela TAP que são de 2021 e 2022 — trocas de *e-mails*, comunicações com o ministro, com o secretário de Estado, com o gabinete —, em que admito que aí... porque esses nós não temos.

Digo isto só porque não ficou inteiramente claro na 1.<sup>a</sup> ronda.

**O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD):** — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Não, a minha chefe de gabinete está a fazer essa verificação, mas o que eu estou a dizer, Sr. Deputado, é: admitindo que faltam documentos. Depois de todo o exercício de escrutínio e verificado que do Ministério das Infraestruturas não há mais nada a enviar, é possível que, ainda assim, haja uma discrepância entre os documentos por nós recolhidos e que estão disponíveis no Ministério das Infraestruturas e, por exemplo — lembro-me que nesse requerimento o PSD refere um *e-mail*, penso eu, agora não me lembro entre quem, mas é um *e-mail* de 2021 entre...

*Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Não, não é esse a que me estou a referir. Há um que tem lá datas, eu não me lembro. Esse, por exemplo,

nós não temos, ou seja, esse é mesmo claramente uma comunicação, penso que entre a CEO... ou é o Ministro, já não me lembro. Mas esse é um exemplo de um documento que se a TAP o enviou, nós não o poderemos enviar, porque não o temos, por razões que foram ontem amplamente explicadas pela Dr.<sup>a</sup> Eugénia Correia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Deputado Paulo Rios de Oliveira, tinha pedido a palavra?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, eu olhei para V. Ex.<sup>a</sup> porquanto pensei que o Sr. Presidente poderia, melhor do que ninguém, explicar ao Sr. Ministro esta sequência, porque já percebi que não a tem.

O pedido de todos os *e-mails* é de 2 de março. E houve uma insistência, e segunda insistência, e terceira insistência. E chegaram — e não chegaram, são mais de 100 — hoje. Se chegaram hoje, como é que querem que os qualifiquemos, atento à origem?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, repito, os documentos hoje enviados tinham prazo de dia 22 e, portanto, enviámo-los antes do prazo. E repito o que disse há pouco: se houver alguma coisa no pedido de março... A questão não é o pedido ser em março ou em janeiro ou em abril, é o que é que pedem. O que eu estou a dizer é, mesmo que o pedido fosse em março ou agora, se pedirem agora que o Ministério das Infraestruturas envie um documento que, por qualquer razão, não temos em arquivo nem em nenhum dos nossos computadores, não o poderemos enviar. É só isso que eu estou a dizer. Repare, não estou a dizer que isto pode

acontecer com 100, o que eu estou a dizer é que é perfeitamente possível que o Sr. Deputado peça um *e-mail* que foi, por exemplo, enviado pela TAP para a CPI e que nós não tenhamos esse *e-mail*. Obviamente que se esse *e-mail* foi depois de dia 4, nós temo-lo. O que eu estou a dizer é que *e-mails* e questões antes de eu ser Ministro das Infraestruturas, é possível que não os encontremos, porque não os temos. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, o que eu lhe peço, então, é que todos os *e-mails* que estejam em arquivo, porque são esses os únicos que poderá enviar, pelo que bem entendo, e até porque o pedido foi feito ao MI, sejam enviados.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Claro que sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Bom, vamos então passar ao seguinte. Estou a ver que está na sala o Sr. Deputado Filipe Melo. O Sr. Deputado Filipe Melo está na condição de assistente ou em que condição está?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou na qualidade de efetivo na Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares diz o seguinte: «A substituição prevista no número anterior vigora pelo período correspondente a cada reunião em que ocorrer, nela participando os membros suplentes como membros de pleno direito e podendo assistir às restantes reuniões sem direito ao uso da palavra e sem direito de voto.» Por isso lhe perguntei se estaria como assistente, o que significa que teria de dar a palavra ao Sr. Deputado

André Ventura, o que faria com todo o gosto, porque assim estaria a cumprir a lei. De qualquer forma, dou-lhe a possibilidade de dizer o que tem para dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Lamento, mas não tenho a mesma interpretação. Primeiro, porque, e passo a citar o ponto 4 que o Sr. Presidente referiu: «A substituição prevista no número anterior [...]», o número anterior fala na substituição dos Deputados, «[...] vigora pelo período correspondente a cada reunião em que ocorrer, nela participando os membros suplentes como membros de pleno direito», ou seja, o Deputado André Ventura foi, em minha substituição, membro de pleno direito e não diz, mas, «[...] e podendo assistir [...]», o membro suplente, «[...] às restantes reuniões sem direito a uso de palavra e sem direito a voto.»

Ou seja, se o Sr. Deputado André Ventura viesse para aqui e se sentasse ao meu lado não teria direito a palavra, não teria direito a voto e era eu, como Deputado efetivo da Comissão, a usar da palavra.

Portanto, Sr. Presidente, isso é uma questão de interpretação de português e, se assim não fosse, ontem, que também foi uma reunião como hoje, eu não podia usar da palavra na segunda audição, porque são coisas distintas: uma reunião, duas audições; uma reunião, que por acaso só é uma audição, mas podiam ser duas ou três. Portanto, Sr. Presidente, estou no meu direito de uso da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que, efetivamente, tenho de lhe dar razão na questão que me refere relativamente ao dia de ontem, mas o facto de termos extravasado a lei no dia de ontem não significa que continuemos a ultrapassar a lei no dia de hoje e,



subsequentemente, se assim continuar a ocorrer, temos de tentar regularizar, dentro daquilo que é possível, a lei.

De qualquer das formas, vou dando a palavra a quem eventualmente quiser intervir sobre esta matéria, porque pode haver outras interpretações também e eu assumo que possa haver outras interpretações.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Volto a dizer: a não ser que eu não consiga interpretar português, não sou jurista, mas aqui também não é uma questão em que seja necessário ser jurista. Isto é uma questão de interpretação de português. Vou ler calmamente para que o Sr. Presidente tente perceber onde é que eu quero chegar: «A substituição prevista no número anterior vigora pelo período correspondente a cada reunião em que ocorrer, nela participando os membros suplentes [...]», no caso, o Deputado André Ventura, «[...] como membros de pleno direito e podendo assistir às restantes reuniões sem direito ao uso da palavra e sem direito de voto.»

O que é que isto quer dizer, em bom português? O Deputado André Ventura, quando eu não estou cá, substitui-me, tem direito à palavra, tem direito ao voto; quando eu cá estou, enquanto suplente, perde o direito à palavra e perde o direito ao voto.

Sr. Presidente, isto é uma questão de português, e eu acho que ainda sei ler português. Corrija-me se estiver enganado, mas aqui está claro e inequívoco «a substituição prevista» e «vigora pelo período correspondente à reunião», ou seja, não transporta para reuniões seguintes, «correspondente à reunião em que ocorrer».

O Sr. **Presidente**: — Mas, perdoe-me, só para lhe...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ou seja, na minha ausência. Quando eu cá estou, o Sr. Deputado André Ventura, enquanto Deputado suplente, perde a faculdade de poder participar e de votar. Mas é quando eu cá estou.

O Sr. **Presidente**: — Sinceramente, não é essa a minha interpretação, como já percebeu, mas, eventualmente...

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, faça favor.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma questão filosófica muito interessante, quem é que substitui o substituto, mas não é para isso que estamos aqui hoje.

Por isso, o Chega não pode pedir uma lei à medida. Ela existe, está estabelecida, não é alterada há mais de 10 anos. A lei estabelece que a substituição é para preservar a presença de um grupo parlamentar que só tem uma pessoa, ou determinado Deputado, nos trabalhos da Comissão de Inquérito, não é para garantir uma rotatividade em cada reunião dentro dessa matéria. E porquê? Porque esta é uma comissão de inquérito parlamentar; é para salvaguardar a capacidade de inquirição; é para um Deputado fazer uma inquirição do início até ao fim e para garantir, com essa estabilidade, que os próprios direitos de quem está a ser inquirido são respeitados.

Se o Chega quer uma lei à medida terá de a propor e de a aplicar; esta não é a lei que permite ao Chega fazer esta aldrabice.

O Sr. Deputado André Ventura terá de regressar aos trabalhos da Comissão se quiser intervir; se não, não pode alterar a lei previamente existente. Da nossa parte, não aceitamos exceções à lei. A lei existe, deve ser cumprida.

O Sr. **Presidente**: — Já dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo.

Só uma questão: no n.º 3 e no n.º 4, quando a substituição opera, opera para toda a reunião. É o que diz o n.º 4: quando a substituição se opera, opera para toda a reunião e esta é uma reunião única de audição ao Ministério das Infraestruturas.

Portanto, interpreto que, sendo para toda a reunião, se deveria manter o procedimento de o membro que iniciou a audição, que foi o Sr. Deputado André Ventura, deveria, durante toda a reunião, manter a audição. Mas admito outras interpretações, como é óbvio.

Falou o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares; agora, passo a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para que fique registado: eu não aceito, não tolero e não posso admitir que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares utilize o termo «aldrabice»!

*Risos do PS.*

Eu acho que o Sr. Presidente, enquanto autoridade máxima nesta sala, deve advertir o Sr. Deputado de que isso é uma conduta imprópria. Imprópria!

É que não estamos a utilizar linguagem de recreio de escola; estamos numa sala de uma comissão de inquérito e este tipo de comentários o Sr. Deputado pode tê-los dentro do seu próprio grupo parlamentar, mas dirigir-se a nós nestes moldes, Sr. Presidente, eu não aceito e peço a sua intervenção imediata.

Alterar a lei? Nunca o Chega quis alterar a lei, o Chega rege-se pelo que está na lei. Mas também há que saber interpretar a lei e nós, não querendo alterar a lei, não podemos ser obtusos a olhar para essa lei. E é isso que nós estamos a fazer, ou seja, estamos a imprimir crítica à nossa interpretação da

lei.

O Sr. Presidente diz que o n.º 4 fala em «durante toda a reunião». Ora, a não ser que eu tenha o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares completamente obsoleto, eu não encontro a expressão «toda a reunião».

O Sr. **Presidente**: — Mas não está...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O que eu vejo é: «A substituição prevista no número anterior vigora pelo período correspondente a cada reunião.» Não diz em toda. Não diz em toda.

Ó, Sr. Presidente, senão, vamos lá ver uma coisa:...

*Risos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos deixar falar o Sr. Deputado Filipe Melo. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Eu devo ter um nariz vermelho, estão aqui a rir-se à farta! Ou, então, não me faço entender.

Sr. Presidente, clara e objetivamente, isto é um cenário possível: um Deputado que está a cumprir o seu papel nesta Comissão, tem um problema momentâneo — físico, de saúde, o que quer que seja. Para aquele grupo parlamentar a audição acaba, porque não pode ser substituído. É isso?

O Sr. **Presidente**: — Sim, de acordo com a lei, sim.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — A lei é omissa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Lá está, é um caso omissa na lei. E há

vários....

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, mas aí permita-me que diga uma coisa: nós estamos a reportar-nos ao Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares e não ao Regimento da Assembleia da República. O que significa que essa interpretação que está a fazer é passível de ser feita, mas tem de reportar para aquilo que é o Regimento da Assembleia da República e não para o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, que é aquele a que nós estamos agora a reportar.

Relativamente à sua interpretação de «a cada» ou «a toda a reunião», aceito, eventualmente, e a lei, muitas vezes, até é dúbia nestas interpretações, por isso é que eu pedi que mais Srs. Deputados se pronunciassem e, em último recurso, obviamente, penso que poderemos pôr à votação do plenário esta questão.

De qualquer maneira, gostaria, ainda, antes disso, de ouvir outros Srs. Deputados que já puseram o dedo no ar, nomeadamente o Sr. Deputado Bruno Aragão, a quem dou a palavra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para dizer que não está na nossa disposição alterar o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, temos de o cumprir e, portanto, a leitura que o Sr. Presidente faz é a leitura corretíssima e é essa leitura que temos de aplicar.

Não tenho mais nada a dizer, é só isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, a lei está escrita em português claro e não nos oferece nenhuma dúvida a observação do Sr.

Presidente.

Julgo até, que eu me recorde, que esta será a primeira vez que é posta em causa, ou posta em dúvida a aplicação deste princípio e desta norma. Nunca em nenhuma outra comissão de inquérito tal questão tinha surgido, mas surgiu agora com uma observação, que o Sr. Presidente também reconheceu, digamos assim, de que, pelos vistos, houve um lapso na situação de ontem, ou seja, houve um procedimento que não foi correto.

Eu, por acaso, pensava que na aplicação de uma interpretação em que uma audição funcionava como reunião não houvesse problemas. Se há um problema, então, de facto, não podemos permitir que volte a acontecer. Eu não estava a contar com essa questão, estava a contar com a reunião de hoje. A partir do momento em que a questão é suscitada para a reunião de ontem, então temos de agir em conformidade, como o Sr. Presidente afirmou e nós concordamos.

O Sr. **Presidente**: — O problema é que eu não posso extravasar a lei, não posso incumprir novamente a lei.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Presidente, mais do que uma vez, tem dito nas audições que, para explicações de perguntas, vai parar a contagem do tempo. Uma coisa é parar o tempo, o que é difícil; fazer recuar o tempo é mais difícil. Portanto, nós não podemos voltar a ontem para evitar o erro; mas se a conclusão que daqui se extrai é que a situação de ontem é errada, então, só nos resta não repetir o erro a partir do momento em que ele é identificado.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, peço também ajuda aos dois Srs. Vice-Presidentes, Sr. Deputado Paulo Rios, que é o 1.º Vice-Presidente, e o Sr. Deputado Filipe Melo, também

Vice-Presidente.

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Eu não pedi a palavra, mas se ma dão, eu pego logo nela!

O Sr. **Presidente**: — Eu pensei que me tinha feito sinal...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não, Sr. Presidente, mas passo já a usar da palavra.

Sr. Presidente, só para dizer que o PSD, nomeadamente o 1.º Vice-Presidente, revê-se na interpretação que o Sr. Presidente está a dar ao Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares e, portanto, resta ser consequente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Volto a insistir: posso estar a fazer uma interpretação errada do que estou a ler no Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares e, se estiver a fazer uma interpretação errada, também eu próprio terei de assumir que ontem houve um erro da nossa parte, porque houve dois Deputados a participar na mesma reunião e terei de fazer *mea culpa* disso, naturalmente.

Aceitarei, naturalmente, a decisão do Sr. Presidente sem a contestar, mas peço que fique registado em ata que, na nossa opinião e depois de uma análise cuidada, não nos parece de todo taxativo que isto seja assim e podemos estar aqui num caso de uma omissão na lei.

Espero que fique registado também que, tal como pedi logo na primeira intervenção — e ainda aguardo que o Sr. Presidente faça a devida correção —, entendemos que é grave um Deputado desta Comissão catalogar

a nossa intervenção como «aldrabice», isso não aceitamos, e que queremos alterar a lei, o que também não é a nossa pretensão.

Se vamos ser rigorosos, e nós aceitamos esse rigor, daí eu dizer que vou aceitar a deliberação do Sr. Presidente sem contestar, também exigimos o mesmo rigor, urbanidade e respeito, coisa que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares não teve.

O Sr. **Presidente**: — Em relação à advertência, eu diria que, para efeitos de futuro, se deve manter sempre essa urbanidade no tratamento entre pares, que é aquilo que se exige, evitando — e sei que muitas vezes estamos num ambiente tenso — utilizar linguagem que não queremos e que, depois, quando já está utilizada, às vezes já não conseguimos reverter. É a espécie humana, faz parte da espécie humana.

De qualquer forma, fica essa advertência e dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que, por respeito ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, a quem nos está a acompanhar e, já agora, também ao Sr. Ministro, acho que nós podemos prosseguir com os nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não esperava que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, apesar da advertência do Sr. Presidente, se retratasse, não é normal no Bloco de Esquerda o retratamento, mas a isso já estamos habituados.

E, depois, lá está: é a questão da linha do tempo de que o Sr. Deputado



Bruno Dias falava, ou seja, o que é de agora nós podemos corrigir, o que já foi não pode ser corrigido, e o que não tem remédio, remediado está. E o Bloco de Esquerda já não tem remédio!

O Sr. **Presidente**: — Mas deixe-me dizer-lhe que, conhecendo eu o Deputado Pedro Filipe Soares como conheço, a forma como ele se expressou foi uma forma de se retratar.

Relativamente à questão que nos trouxe, eu, tendo compreendido tudo aquilo que os diferentes grupos parlamentares disseram, tudo aquilo que o Sr. Deputado Filipe Melo disse, penso que não será necessário recorrermos à votação em plenário e que eu poderei assumir, e assumirei, o não transgredir a lei e, obviamente, daqui para a frente, ter a suficiente cautela, eu próprio também, e também faço, obviamente, a *mea culpa* por isso, e também aos serviços, como é óbvio, porque somos coadjuvados pelos serviços, para que, de hoje em diante, não se volte a repetir um episódio como este.

O que não podemos fazer, como todos disseram, e muito bem, é reiterar no incumprimento da lei. Isso, obviamente, eu não posso fazer, como todos os Srs. Deputados, penso, compreenderam.

Vou, então, dar a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, vamos voltar à CPI e tentar chegar à verdade da cronologia, continuando aquilo que me estava a responder há pouco.

Às 20 horas e 40 minutos ligou a Frederico Pinheiro. Volto a perguntar-lhe — se conseguisse confirmar, ou nas notas ou no telefone — quando é que ligou ao Primeiro-Ministro, que foi a primeira pessoa a quem ligou. Segunda pergunta — e peço-lhe que vá apontando —, quando é que foi a primeira vez que falou com o Primeiro-Ministro, seja por telefone ou

pessoalmente, depois dessa chamada não atendida, e o que é que lhe disse.

Segundo percebi, às 22 horas e 10 minutos e às 22 horas e 12 minutos falou com o MAI, e às 21 horas e 13 minutos e às 21 horas e 30 minutos falou com a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete.

Depois disse-me que ainda não se recorda bem, mas que entre as 21 horas e 30 minutos e o fim das 22 horas, não sabe precisar, chegou ao Ministério. E era sobre isto que eu queria perguntar-lhe, e isto é relevante, porque diz que às 21 horas e 52 minutos falou com o Secretário de Estado, Mendonça Mendes, que lhe disse para ligar para o SIS, mas na conferência de imprensa tinha dito que Mendonça Mendes lhe tinha dito para ligar para a Ministra da Justiça.

Por isso queria aqui esta confirmação: Mendonça Mendes disse-lhe para ligar para o SIS. Correto?

Queria perguntar-lhe também onde é que estava quando fez essa chamada às 21 horas e 52 minutos. Já estava no Ministério?

O que é que acontece? É que às 21 horas e 54 minutos, dois minutos depois, a Dr.<sup>a</sup> Eugénia começa a contactar o SIRP — podem ser aqui os dois minutos mais importantes da vida do Governo. Parece-me muito estranho, pelo que lhe vou perguntar qual é que é a verdade, afinal, porque às 21 horas e 52 minutos Mendonça Mendes liga para o SIS e, coincidentemente ou não, minuto e pouco a seguir, a Dr.<sup>a</sup> Eugénia está a ligar para o SIRP.

Por isso, pergunto-lhe, novamente, se estava com ela ou não estava com ela; se estava no Ministério ou se estava em outro sítio; e se estava dentro do Ministério, se estava com ela ou não.

Também disse na conferência de imprensa: «Nós articulámos e falámos isto com o gabinete do Primeiro-Ministro.» Certo? E agora está a dizer-me que, afinal, estava sozinho... «E depois reportámos às autoridades competentes» — falou sempre no plural e é isso que eu quero confirmar.

Mais: a Dr.<sup>a</sup> Eugénia, segundo o que percebemos, uns minutos depois

dessa chamada, às 22 horas ou 22 horas e 10 minutos, fala com o SIS.

O Sr. Ministro disse-nos que só pouco antes ou pouco depois da chamada com a Ministra da Justiça, que também não consegue precisar, é que soube disso, é que soube que o SIS já tinha sido contactado.

Do que eu percebi, falou com a Dr.<sup>a</sup> Eugénia, disse «olha, disseram-me para ligar ao SIS» e ela disse «já liguei». Pronto. O que lhe pergunto é: sabendo que falou ou soube disto pelas 23 horas, ou pelas 22 horas e 40 minutos, ou um bocadinho antes ou um bocadinho depois deste telefonema às 22 horas e 53 minutos, o que é que o Sr. Ministro fez durante esta hora? Porque se o Secretário de Estado Mendonça Mendes lhe disse «liga para o SIS», se isto era assim tão urgente, porque é que o Sr. Ministro não ligou para o SIS? Esteve uma hora à espera do quê? O que é que aconteceu para estar uma hora à espera, tendo em conta que isto era algo tão urgente que merecesse ligar para o SIS?

Até porque, inicialmente, na conferência de imprensa disse que quando falou com a Ministra da Justiça tinha falado do SIS. Entretanto, hoje, já disse aqui que não, que não falou,...

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Que não me lembro!

**O Sr. Bernardo Blanco (IL):** — Que também não se lembra. *Ok*, pronto.

Continuando nesta senda, queria perguntar-lhe: durante esta hora não fez nenhuma chamada? Quer dizer, era tão urgente, dizem-lhe para ligar para o SIS e depois, durante uma hora, não acontece nada? E só depois é que, afinal, descobre que o SIS já tinha sido contactado? Por isso, pergunto-lhe se não quer ver nas suas notas ou no seu telefone — obviamente, mais uma vez voluntariamente — se durante esta hora falou com alguém.

Depois, do que percebi, saiu do Ministério a seguir a isso, por volta

das 23 horas.

Para mim, há aqui muita coisa que não bate certo, não é? Já há aqui várias versões diferentes, quer na própria CPI, quer em relação à conferência de imprensa, que era preciso esclarecer.

Para terminar, muito rapidamente, queria só fazer outras duas perguntas.

Primeira, o que é que nos pode dizer sobre a devolução da indemnização a Alexandra Reis? Já sabe quando é que o dinheiro vai ser devolvido?

Segunda, em relação às duas tranches que ainda não foram pagas à TAP, só serão entregues nos próximos dois anos, se elas, efetivamente, têm mesmo de ser realizadas ou não, no sentido em que se a TAP vai ser privatizada vamos estar a dar cerca de 700 milhões de euros dos portugueses a uma empresa privada.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Sr. Deputado, tem toda a razão numa coisa: eu tenho de confirmar a minha exata hora de entrada no Ministério. Eu disse entre as 21 horas e 30 minutos e as 22 horas, mas não consigo precisar. Portanto, vou tentar, na medida do possível,... Eu guiei o meu próprio carro, porque o motorista estava na... vou tentar perceber exatamente a que horas entrei. Eu disse entre as 21 horas e 30 minutos e as 22 horas; pode ter sido entre as 21 horas e 30 minutos e 22 horas e 15 minutos, não consigo dizer, Sr. Deputado.

Mas uma coisa consigo dizer: eu não estava, eu não transmiti à Dr.<sup>a</sup> Eugénia a instrução para ligar ao SIS e ela ligou ao SIS. Ela ligou ao SIS, de sua iniciativa, às horas em que disse que ligou. Ela aí tem mesmo a hora exata em que falou.

Portanto, eu vou tentar confirmar a exata hora em que eu entrei no Ministério.

Mas há uma coisa que eu fiz quando entrei no Ministério. Quando entrei no Ministério estavam dois agentes da PSP, portanto, eu estive bastante tempo nessa sala, sentado, e falei... Eu não tenho a identidade dos polícias, mas as pessoas têm o nome dos polícias, os números, isso existe tudo e, portanto, eu estive bastante tempo nessa sala com os polícias.

Depois, estive também na minha sala, havia outros temas e eu, apesar desta questão toda, dramática, fiz outras coisas. Por exemplo, havia um Conselho de Ministros, que não teve nada a ver com isto, era uma coisa sobre uma resolução de Conselho de Ministros. Portanto, nem todos os telefonemas que eu fiz e recebi naquela noite foram sobre esta questão. Nessa hora, como me está a perguntar, tenho de confirmar exatamente isso. Vou tentar precisar a hora em que eu entrei, mas não sei se é possível, posso só conseguir dar um intervalo.

Por isso é que eu, há bocado, disse: «Olhe, não consigo bem precisar, entre as 21 horas e 30 minutos e as 22 horas, admito que possa ser 22 horas e 10 minutos... não consigo precisar. Mas há uma coisa que eu sei e isso lhe garanto já, não preciso verificar nada: eu não estava na sala quando a minha chefe de gabinete ligou ao SIS, nem eu lhe disse «liga ao SIS» e ela depois ligou ao SIS. Ou seja, quando eu lhe disse isso foi muito depois de ela ter, efetivamente, ligado ao SIS. Isso posso garantir-lhe, sem hesitações! A hora exata em que eu entrei no Ministério, de facto, não posso.

Não entrei às 20 horas e não entrei às 23 horas; mas se foi às 21 horas e 59 minutos, às 22 horas e 2 minutos, não lhe consigo dizer, Sr. Deputado. Vou tentar, na medida do possível, encurtar esse intervalo.

A devolução da indemnização a Alexandra Reis está a ser tratada. Havia algumas dúvidas processuais e de cálculo de valores, se tinha ou não tinha... portanto, havia dúvidas. A informação que eu tenho é que a TAP já

consolidou a sua interpretação, já tem apurado o montante exato e vai proceder a essa recuperação.

As tranches fazem parte do plano de reestruturação. Veremos o que acontece... Não lhe consigo, neste momento, responder de forma cabal à sua pergunta, Sr. Deputado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Bernardo Blanco (IL):** — Sr. Presidente, falta responder a várias questões.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Ministro vai, com certeza, assentar e depois responderá.

**O Sr. Bernardo Blanco (IL):** — Então, vou voltar à primeira de todas, que era...

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Sobre o Primeiro-Ministro.

**O Sr. Bernardo Blanco (IL):** — Exato.

**O Sr. Ministro das Infraestruturas:** — Não tenho aqui.

Vou tentar saber a hora exata a que liguei ao Sr. Primeiro-Ministro e que ele não atendeu, e eu, depois, falei no final da noite com o Sr. Primeiro-Ministro, penso que para aí à uma da manhã ou às duas da manhã, e contei-lhe só o que se passou. Mas aí foi só mesmo informação, ou seja, já tinha sido contactada a PJ, já tinha... «Então, o que é que se passa?» E eu contei-lhe, foi só isso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Uma outra pergunta que não foi respondida: onde é que estava quando fez a chamada para o Secretário de Estado Mendonça Mendes?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu tenho quase a certeza absoluta de que ainda estava em casa e por isso é que eu tenho de verificar exatamente a hora em que eu entrei no Ministério. Tenho quase a certeza absoluta de que estava em casa.

Há uma coisa que eu lhe garanto: não estava ao pé da minha chefe de gabinete e não transmiti à minha chefe de gabinete antes de ela ligar ao SIS, não transmiti, isso posso garantir; a única coisa que eu tenho de verificar é a exata hora ou, pelo menos, o intervalo o mais estreito possível da minha entrada no Ministério das Infraestruturas. Nesse ponto, tem toda a razão, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É só porque há pouco tinha dito que tinha chegado ao Ministério às 21 horas e 30 minutos e depois, se calhar, mais tarde, às 22 horas — isto na 1.<sup>a</sup> ronda. E, agora, nesta ronda já está a atrasar bastante, já está a dizer que às 21 horas e 52 minutos, muito possivelmente estava em casa.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, como lhe disse, a hora exata da minha entrada no Ministério das Infraestruturas tentarei, na medida do possível, fornecê-la.

O que eu disse foi: é depois das 21 horas e 30 minutos, de certeza, mas não lhe consigo dizer exatamente a que horas. Repare, dos telefonemas, eu tenho as horas. Ou seja, eu tenho as horas dos telefonemas, das mensagens, tenho horas, não é? Diz 20 horas e 52 minutos... Eu não tenho, não há um registo de entrada. Eu vou tentar arranjar a hora exata ou o intervalo o mais

preciso possível, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, deixe-me só sugerir-lhe uma coisa: faça as perguntas todas em continuidade, o Sr. Ministro registrará, com certeza, as perguntas, para ganharmos aqui algum tempo.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Mas o Sr. Deputado já as tinha feito, agora só estava a precisar algumas, acho eu.

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, mas que faça as perguntas em continuidade, todas as que tiver para fazer, para depois o Sr. Ministro poder responder a cada uma delas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, faltam as perguntas a que não respondeu, por isso é que eu estou a repeti-las. Só que depois, como o Sr. Ministro começou a responder, eu também parei.

Às 22 horas e 53 minutos, quando tinha falado com a Ministra da Justiça, inicialmente, na conferência de imprensa, tinha dito que tinha falado com a Sr.<sup>a</sup> Ministra sobre o SIS — até tenho aqui a citação —, e agora contraria isso, ou, pelo menos, disse que não se lembra e que não falou com o SIS. Correto? A esta pergunta, possivelmente, respondeu, mas eu posso não ter ouvido bem.

A segunda, também relevante, era saber, afinal, o que é que aconteceu durante esta hora, porque se o Secretário de Estado Mendonça Mendes lhe disse para ligar ao SIS, se era uma situação tão urgente, como é que depois durante uma hora não ligou ao SIS? Não era seu dever ligar ao SIS?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, como lhe disse,



a primeira coisa que fiz quando entrei no Ministério, estavam dois PSP e eu estive bastante tempo aí. Estive bastante tempo aí.

E repare uma coisa: foi reportado... Quando entrei não sabia o que é que a PSP fez. Aliás, eu presumo que está tudo bem, que o computador foi recuperado... Quando eu entro, vejo e presumo que está tudo a decorrer... Só depois é que eu percebo que o computador foi, efetivamente, levado, portanto, naquele momento em que está a PSP, eu penso que está tudo resolvido, mas depois constato que não está.

Portanto, eu passei tempo nessa sala, onde estavam a falar as três pessoas que foram agredidas, estavam as outras duas testemunhas também, e eu entrei, estavam as polícias, e agora não lhe sei dizer se fiquei lá 20 minutos, 15 minutos, mas fiquei lá bastante tempo. Fiquei lá bastante tempo.

Por isso, Sr. Deputado, é que é importante perceber exatamente a hora a que eu entrei, porque isso também responde à sua pergunta sobre a hora. Sei que estive 15 minutos com a polícia. Estive lá, não lhe consigo dizer se foram 12, 17 minutos... Isto não é um telefonema, em que uma pessoa tem o registo da hora. Aqui não há um registo, eu não passo um cartão e diz: entrou às... Portanto, é mais difícil, é só por causa disso.

Mas tem toda a razão, Sr. Deputado, vou tentar, porque, de facto, tem razão, tem razão no que diz. Sobre as horas dos telefonemas tenho isso tudo preciso, mas... Por isso é que eu disse, depois das 21 horas e 30 minutos, entre as 21 horas e 30 minutos... Uma coisa que eu sei dizer é que foi depois das 21 horas e 30 minutos. E outra coisa que eu sei é que foi antes das 23 horas... Ou antes das 22 horas e 30 minutos, foi bastante antes das 23 horas; mas a hora exata, Sr. Deputado, vou tentar apurar isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, só porque depois isto vai tudo para a ata e fica para o relatório: o Sr. Ministro disse duas vezes — e eu acho que foi um lapso, por isso é que é uma clarificação — que a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete tinha ligado para o SIS...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Disse isto duas vezes, por isso é que eu queria confirmar que foi um lapso, porque isto depois fica registado. Eu penso que não queria dizer que ligou para o SIS. Correto?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Correto, correto. Foi, como ontem descreveu, ligou para o SIRP, depois estava à espera, recebeu um telefonema do SIS, eu não ouvi esse...

Portanto, a única coisa que eu posso dizer sobre isso, é que sim, foi um lapso, a que eu não tenho nada a acrescentar, porque não presenciei, não fui testemunha, não estive envolvido.

Portanto, sim, é um lapso de descrição de algo que alguém viveu, sim, testemunhou e pode atestar isso, disse aqui.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, está registado, penso que o Sr. Deputado Bernardo Blanco está satisfeito.

Vamos, então, passar às inscrições para a 3.<sup>a</sup> ronda.

*Pausa.*

A Mesa regista as inscrições dos Srs. Deputados Pedro Filipe Soares, Bruno Dias, Bruno Aragão, Bernardo Blanco, Paulo Moniz, Hugo Carneiro...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Presidente, desculpe, posso só acrescentar uma coisa? Também é mais uma coisa que eu posso dizer com certeza ao Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, deixe-me só acabar as inscrições e depois já lhe dou a palavra.

Portanto, além dos Deputados já referidos, inscreveu-se ainda o Sr. João Barbosa de Melo.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Presidente, eu posso responder depois na 3.<sup>a</sup> ronda, quando responder ao Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Ministro.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Se calhar, pode responder já!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim, posso dizer.

Há uma coisa que também se pode garantir: o meu telefonema a António Mendonça Mendes, independentemente das horas a que saí de casa, termina depois do telefonema de Eugénia Correia para o SIS. Isso é um dado também relevante para responder à sua dúvida. Ou seja, independentemente do lugar onde eu estava, o telefonema termina depois...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica o esclarecimento dado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, confesso que os dados relatados pelo Sr. Ministro e pela sua chefe de gabinete são de extrema gravidade. Da mesma forma, o depoimento do Dr. Frederico Pinheiro é de extrema gravidade.

Por isso, nós temos aqui de apurar os factos e quais são as versões que não são factuais. E o Sr. Ministro, ao longo da tarde de hoje e ao longo das últimas semanas, deu informações que nem sempre são coincidentes e há aqui, portanto, uma dificuldade para apurarmos o que é verdadeiro.

O Sr. Ministro relatou o cenário dantesco de agressões no Ministério. No entanto, o relato que foi feito, validado pelo Sr. Ministro e pelas pessoas, membros do seu gabinete, no dia 28 de abril, é o de que houve um conjunto de agressões, Frederico Pinheiro fugiu e correram atrás dele para o impedirem de sair do edifício. É diferente, ou pelo menos não é plausível que as pessoas que corressem atrás do Frederico Pinheiro estivessem a sentir-se ameaçadas pelo Frederico Pinheiro. Aparentemente, há aqui uma dissonância nestas declarações.

Segundo aspeto: o Sr. Ministro referiu os vários contactos que fez com a sua chefe de gabinete, que coincidem na ideia de um alarmismo generalizado no Ministério — na forma como os descreveu —; no entanto, disse-nos agora que chegou ao Ministério, viu os Srs. Agentes da PSP e lhe pareceu que estava tudo bem. Mais uma vez, isto não bate certo com a ideia de ter havido um enorme sobressalto e uma enorme alteração no espaço do Ministério, porque, ao estar tudo bem, há uma subjetividade na avaliação, até do comportamento das pessoas, que dá ideia de que o Sr. Ministro vinha alarmado, chegou e ficou mais descansado com o que tinha acontecido.

Só minutos depois — e queria que precisasse isso, porque, das suas declarações, dava a ideia de que seria 15 ou 20 minutos depois — é que se apercebe de que, afinal, o computador não tinha sido reavido. E eu pergunto-

lhe: tendo lá agentes da PSP, o que é que fez, nesse momento, com esses agentes da PSP? Perguntou-lhes o que é que eles estavam a fazer para ir buscar o computador ou só nesse momento é que achou que tinha de fazer o resto dos telefonemas para reaver o computador?

Estas informações e estas perguntas parecem todas mais ou menos kafkianas depois de tantas horas, mas há aqui pontas soltas que gostaríamos de saber, porque, depois, terá de ser lavrado um relatório desta matéria e creio que isso tudo é relevante.

Uma pergunta que queria fazer-lhe, que não se refere aos acontecimentos do dia 26, tem a ver com o procedimento de luta dos trabalhadores da TAP e com uma insinuação que foi feita em audiência anterior sobre a possibilidade de se estar a preparar uma requisição civil desses trabalhadores.

Esteve, de facto, em cima da mesa essa preparação de uma requisição civil, com a ameaça de greves na TAP?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Desculpe, qual foi a pergunta que fez antes da requisição civil, que não tinha a ver com os acontecimentos do dia 26? Eram duas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Era essa, a das lutas da TAP e se estive em cima da mesa, na decorrência dessa luta dos trabalhadores, a aplicação de um mecanismo de requisição civil a esses trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Talvez para facilitar, Sr. Ministro, recomendo-lhe que vá assentando as perguntas para, depois, poder responder.

Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Ministro disse há pouco que a TAP não pode ter viabilidade operacional sem viabilidade financeira. Tudo certo. Mas esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem acesso aos números concretos relativamente ao que está apontado no dito plano de reestruturação e que andaram a esconder do povo e do País. E está muito claro no plano de privatização, peço desculpa, no plano de reestruturação — já estou como alguém aqui dizia no outro dia — que a companhia foi sobrecapitalizada para poder ser vendida por cerca de 1000 milhões de euros. Ou seja, o Governo prepara-se para repetir o esquema de 2015, em que a TAP foi comprada com o seu próprio dinheiro, porque os privados não vão capitalizar a empresa, vão receber os benefícios da capitalização pública. E esse é que é o problema.

Aliás, a decisão da Comissão Europeia, do ano passado, no ponto 248 diz, explicitamente, e estou a citar: «As estimativas da Comissão revelam um crescimento do valor do capital próprio da TAP Air Portugal ao longo do período de planeamento, que sobe [...]» — e agora são palavras minhas — de forma muito substancial, vamos dizer assim, de muitos milhões de euros de capital próprio, de 2022 para 2025. E, portanto, eu não estou aqui a dizer os números em concreto, mas os números em concreto são um aumento muito substancial do capital próprio.

Continuo a citar: «A Comissão considera que, a partir de hoje, se trata de uma previsão razoável da remuneração que Portugal poderia auferir com o auxílio estatal através da venda da sua participação à TAP Air Portugal.»

O Sr. Ministro referiu há pouco que foi injetado dinheiro, uma quantia muito significativa, dos contribuintes portugueses — foram as palavras que utilizou. Mas a questão é a de saber se esse dinheiro dos contribuintes para capitalizar a TAP não é uma espécie de uma versão revista e aumentada dos fundos Airbus, em que alguém vai comprar a TAP com o dinheiro da TAP,

ou melhor, alguém compra a TAP, chega lá e está lá uma caixa cheia de dinheiro, dinheiro com que comprou a TAP.

É que, ainda mais no final de toda esta audição — se já era assim antes de a audição começar, ainda mais no final —, o que muita gente pergunta é como é que este Ministro ainda se mantém em funções. E a resposta é muito simples: este Ministro mantém-se em funções, porque o seu papel é o de privatizar a TAP, e isso para o Governo, pelos vistos, está acima de tudo, e aí é que está o problema.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão, do Partido Socialista.

**O Sr. Bruno Aragão (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o protocolo de segurança é aplicável quando esteja em causa o risco de infraestruturas críticas, e o Ministério das Infraestruturas tem sob a sua tutela um conjunto de infraestruturas críticas, e, portanto, há todo um quadro legal que suporta e enquadra estas questões.

Portanto, a minha pergunta é simples, é para «sim» ou «não»: se há ameaça de fuga de informação classificada numa entidade com infraestruturas críticas, deve ou não ser ativado o protocolo de segurança?

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Bruno Aragão. Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

**Vozes:** — Não está aqui, agora.

**O Sr. Presidente:** — Passamos, então, ao Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento novamente as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e o Sr. Ministro.

Sr. Ministro, da audição de hoje, aquilo que mais me incomoda, confesso-lhe com toda a sinceridade, é ver um ministro da República nesta explicação de minutos, de entradas, de confusões. Parece que estamos aqui numa acareação de quem chegou primeiro ao clube de futebol de Alcabideche, com o devido respeito a ambos. Mas é uma coisa que me desagrada, eu sinto-me incomodado, não é algo que eu veja com agrado e com especial enlevo.

Portanto, eu vou deixar esta situação, até porque comparamos, e os portugueses comparam, as declarações de ontem, durante cerca de 30 minutos, do seu ex-assessor, com tudo o que se passou ontem também sobre esta matéria, e aquilo que o Sr. Ministro hoje aqui disse, e, desse ponto de vista, eu deixo para eles as conclusões que, seguramente, tirarão.

Eu queria centrar-me na declaração do Sr. Presidente da República ao País, que disse, e passo a citar: «Onde não há responsabilidade, na política, como na Administração, não há autoridade, respeito, confiança, credibilidade. Um governante sabe que ao aceitar sê-lo aceita ser responsável por aquilo que faz e não faz e também por aquilo que fazem ou não fazem aqueles que escolhe, e nos quais é suposto mandar.» Diz ainda o Sr. Presidente da República: «Estas as lições para o Presidente da República, de um momento, em que a responsabilidade dos governantes não foi assumida como deveria ter sido com a exoneração do Ministro das Infraestruturas.»

Disse hoje o Sr. Presidente da República: «É uma ilusão achar que se pode ser importante sem pagar um preço, que se pode ter poder sem ter responsabilidade, isso não existe [...]. O prestígio das instituições é fundamental, é mesmo o mais importante. Tudo o resto depende disso.»

Sr. Ministro, em matéria de amor próprio, se fosse comigo, eu teria vergonha de, depois de o Sr. Presidente da República ter tecido estas



considerações à Nação, ao País, continuar como ministro. Eu estou a falar-lhe no meu caso, e quero partilhar a minha estupefação e algum incómodo, confesso, porque cada um é como cada qual.

Pergunto-lhe, porque não posso deixar passar esta oportunidade sem que me diga, se não sente vergonha de continuar em funções depois de o Sr. Presidente da República ter tecido estas considerações sobre si, enquanto ministro, e se não entende que pode haver mais vida para além da política. Porventura, se fosse comigo, eu iria fazer outras coisas. Sente-se à-vontade, sente-se normal, legitimado no seu exercício, acorda todos os dias bem, depois de o Sr. Presidente da República ter dito aquilo que eu li e transcrevi das palavras dele?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Já temos o Sr. Deputado Bernardo Blanco na sala. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, disse que, muito possivelmente, afinal, falou com Mendonça Mendes em casa e que foi este que lhe disse para ligar para o SIS, e depois é que foi para o Ministério. E eu pergunto-lhe, então: se isto era tão urgente, porque é que em casa não ligou ao SIS ou, no limite, no caminho para lá? Porque é que foi para o Ministério primeiro?

Depois, pergunto-lhe porque é que, quando chegou ao Ministério e viu a polícia, assumiu que já estava tudo resolvido.

Em terceiro lugar, pergunto-lhe se, quando informou o Sr. Primeiro-Ministro — na conversa à 1 hora da manhã, ou às horas que forem —, o informou, ou não, de que o SIS tinha sido ativado, e, no caso de o ter informado disso, o que é que ele lhe respondeu.

Por último, quero falar-lhe sobre as horas a que entrou no edifício. Já foram pedidas as imagens de videovigilância, segundo sei, que, certamente, incluem esse período, essas horas subsequentes, e não só aquela parte anterior, em que supostamente houve os desacatos, estejam filmados ou não, de modo que possamos, então, apurar a verdade, não só sobre as horas a que entrou, mas, depois, para saber se, efetivamente, esteve lá com a Dr.<sup>a</sup> Eugénia, ou não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, esta inquirição vai longa, mas há alguns factos que nós percebemos hoje.

Primeiro, relativamente a um modo de prestar depoimento. Em circunstâncias que podem ser, enfim, periclitantes nas explicações do Sr. Ministro, opta por remeter para aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete disse ontem. E, portanto, fez isso ao longo da inquirição toda, até quando eram factos dos quais poderia dar explicações, porque tinha conhecimento. Talvez agora se perceba a pergunta que nós fizemos ontem, sobre se a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete tinha, ou não, conversado com o Sr. Ministro e outros membros do Governo para preparar a inquirição. Portanto, estão todos em sintonia, a versão é a mesma, ou pelo menos, tendencialmente a mesma.

Reparamos também que trouxe factos novos. O que é que trouxe de novo? Trouxe que tinha ligado para o Sr. Ministro da Administração Interna e voltou a referir algo que a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete ontem referiu, mas de forma mais detalhada, sobre as fotocópias que o seu ex-adjunto tirou à noite, no Ministério. Que fotocópias eram essas? É que a Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete disse ontem que as fotocópias ainda lá estavam. Que fotocópias, que documentos, que matérias é que estão nesses documentos?

Hoje, o *Expresso* dá nota de que, supostamente, o computador poderia conter, ou continha, informações sobre os cabos submarinos. Quem é que dá esta informação à imprensa? Não foi o SIS, porque o SIS não conhece o conteúdo do computador; o seu ex-adjunto já não tem o computador. Pergunto-lhe se o Ministério, em algum momento, comentou com alguém sobre outros elementos, que não elementos relacionados com a TAP, que poderiam estar nesse computador. E, já agora, pergunto se a matéria dos cabos submarinos também foi classificada recentemente, ou não, uma vez que essa notícia foi dada pelo *Expresso*.

Reparamos também que trouxe mais testemunhas. A Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete ontem falou em quatro testemunhas, hoje trouxe quatro mais duas, nunca sabemos muito bem os nomes. Portanto, acho que era importante clarificar que testemunhas são essas, quem são as pessoas que, em cada momento, testemunham todos os factos que veio aqui divulgar.

Pergunto-lhe também se, face à gravidade dos factos que aconteceram dentro do Ministério das Infraestruturas — tenha lá razão quem tiver, isso ainda não conseguimos perceber muito bem, porque é este embrulhado de contradições — o senhor, enquanto Ministro, ordenou, por exemplo, um processo de averiguação interna dentro do Ministério, para fazer o levantamento de que informação é que o ex-adjunto andou a consultar nos últimos meses, por exemplo, quem é que falou com quem dentro do Ministério e quem é que tomou determinadas iniciativas.

Fizemos perguntas aqui, de forma ininterrupta, sobre quem é que ordenou o encerramento do Ministério, mas, até hoje, não sabemos isso. Vai ordenar ou não um inquérito interno — não é uma CPI, não é um inquérito externo, não, é um inquérito interno —, enquanto maior responsável da pasta do Ministério das Infraestruturas, para saber exatamente o que é que aconteceu dentro do Ministério das Infraestruturas nos momentos quentes

que levaram à saída do ex-adjunto, mas também dos momentos que podem ter levado a essa rutura de relações?

Pergunto-lhe também, uma vez que o insinuou, com a questão das fotocópias, se considera que o ex-adjunto pode ter andado a passar, ou ter tido essa intenção, informações sensíveis do Ministério das Infraestruturas para outras pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Ministro das Infraestruturas para responder, em conjunto, a estas questões.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Agora já estou perdido aqui com as perguntas...

*Pausa.*

Sr. Deputado, tenho de precisar, o que eu disse... Quando entrei, o que eu disse... Já estou cansado, são muitas horas...

O normal é: quando vejo pessoas... Eu não sabia... Ou seja, a acusação de que a polícia escoltou a pessoa... Ou seja, eu sabia que não havia computador, que o computador tinha sido levado.

Quando eu digo «o normal» é: quando eu vejo as pessoas com a polícia, o que eu pensei foi que a conversa dessas pessoas era... Portanto, que não havia nenhum conflito ou nenhuma divergência.

Ou seja, depois, o que eu percebi foi que essas pessoas se estavam a queixar de «não nos vieram chamar», «deixaram sair o Frederico»... Ou seja, quando entro, eu não sei que isso se passou. Sei que houve uma agressão e que foi levado o computador.

Eu não fui claro, mas esta resposta vale também para o Sr. Deputado Bernardo Blanco. O normal era isto, ou seja, quando entro, eu não sei que

Frederico Pinheiro também chamou a polícia, não sei se os polícias que lá estão são ou não... Ou seja, eu não tinha... E só me apercebi depois.

Portanto, quando eu digo «aparência de normalidade», é porque todas essas questões, que depois já foram relatadas, de que, na verdade, elas se mantiveram fechadas... Tudo isso... Eu só tomo conhecimento de anomalias depois — «anomalias» neste sentido de que elas não ouviram a polícia a chegar, que a polícia escoltou... Portanto, é nesse sentido que isso eu só percebo depois, ou seja, essas anomalias eu só percebo depois.

Foi isso que eu disse: quando entro e vejo as pessoas com a PSP, o que é que eu penso? Bem, o que está a decorrer é apenas a sequência das denúncias feitas, portanto... E depois é que eu percebo que não é isso, que elas estão a queixar-se, a dizer: «Fomos mesmo agredidas... Sim, ele não...»

Ou seja, depois é que eu percebi que houve alguém que veio da polícia que não sabia das agressões e que, porventura, as agressões que foram relatadas... A polícia que chegou... Ou seja, quando eu digo «é preciso ir lá à polícia», eu não faço a mais pequena ideia de que já lá está a polícia, também a pedido do Frederico Pinheiro. Percebe o que é que eu estou a dizer, Sr. Deputado?

Todo esse novelo, eu só... A única coisa que eu sei naquela altura é que há mulheres agredidas que chamaram a polícia, e eu também chamei. Portanto, quando eu entro no Ministério e vejo lá a polícia, penso que isso é apenas o decurso das denúncias normais que fizemos. E só me apercebo depois que não é assim. Ou seja, quando eu digo «entrei, vi as pessoas com a polícia e estava tudo normal», é nesse sentido.

Não, não está planeada nenhuma requisição civil, nem prevista nenhuma requisição civil, Sr. Deputado.

Sobre a pergunta do Sr. Deputado... É que isto não tem mesmo nada a ver com os fundos Airbus, Sr. Deputado. Admitindo, por hipótese, que houve uma sobrecapitalização, o que isso significa é que a empresa vale mais

e, portanto, será vendida por um valor mais alto. Portanto, não tem mesmo nada a ver com o pelo do cão.

Repare, se aquilo que disse é verdade, então, a TAP vale mais e, portanto, o valor que pagarão por ela também será mais elevado. Portanto, em circunstância alguma o facto de ela valer... O facto de ela valer mais traduz-se sempre num preço pago mais alto, portanto, é mesmo o oposto do que se passou, do comprar com o...

O Sr. Deputado perguntou se deveria ter sido ativado o protocolo de segurança...? Foi essa a sua...? Não sei o que é o protocolo de segurança, Sr. Deputado. Se calhar, isto também explica eu ter... Obviamente, temos de enquadrar a ação das pessoas naqueles momentos, portanto, é natural que haja alguma perturbação, mas, porventura, devia... Fizemos tudo o que achámos que era adequado.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, há muitas coisas sobre as quais eu não posso falar com detalhe, porque não as presenciei, não é? Todas essas questões estão a ser tratadas pelas autoridades, portanto, no sítio certo e pelas autoridades certas.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro... Fotocópias, sim. Percebemos depois que tinham sido retirados documentos. No início, pensámos que era tudo relacionado com o trabalho que o Frederico Pinheiro devia desenvolver no sentido de fazer a recolha da informação para entregar à CPI, mas pode não ter sido bem assim. Estamos a fazer esse levantamento.

As testemunhas... Ó Sr. Deputado, as testemunhas foram todas identificadas ontem, pelo nome, em cada momento, pela minha chefe de gabinete. Há uns que eu sei de cor. Digo-lhe, por exemplo, que, na reunião de 5 de fevereiro, eram Marco Rebelo, Rita Penela, Frederico Pinheiro, e acho que também estava a Cátia Rosas... Não estive nessa reunião, Sr. Deputado. Portanto, isso foi tudo descrito de forma bastante precisa.

O Sr. Deputado ficou baralhado... Olhe, sugiro que veja outra vez, porque é tão claro, Sr. Deputado! Portanto, não há nenhuma confusão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas não é claro!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu não me importo que o Sr. Deputado clarifique, então, o que não é claro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim. É que houve essa reunião, mas também houve as reuniões com a CEO da TAP, e hoje disse que até há mais duas testemunhas, além das quatro que foram referidas ontem.

Portanto, isso está aí um bocado confuso. Acho que era importante...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Testemunhas da CEO da...? Essa não estou a perceber, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Houve várias afirmações que fez sobre o que é que aconteceu em cada uma das reuniões, nomeadamente com a CEO da TAP. Não é só sobre as reuniões que sucederam depois, relativamente às notas, é sobre outras reuniões também. Ontem foi elencado pela chefe de gabinete um conjunto de pessoas nas reuniões relacionadas com as notas, mas há outras reuniões antes onde elenca mais testemunhas.

Portanto, eu acho que era bom para os trabalhos da Comissão que todas essas pessoas que estiveram em cada um desses momentos que considera relevantes e que aqui nos trouxe fossem identificadas claramente, porque a forma como o diz é sempre no ar. E isso não pode ser dito no ar, porque nós não sabemos quem são as pessoas, está a ver?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, na reunião de 5 de abril, onde eu não participei, elas foram identificadas nominalmente e detalhadamente pela pessoa que organizou e participou nessa reunião. Depois, a seguir, no dia 24, foram identificados...

Em todos os momentos, nas coisas em que eu não participei, nas em que eu participei, que foi a reunião com o Conselho de Administração... Não falei em testemunhas nenhuma, estive numa reunião com o Conselho de Administração, e depois estive numa reunião com a CEO, em que, como foi dito ontem, estiveram presentes Frederico Pinheiro e a diretora jurídica da TAP.

Eu não percebo que baralhação é que existe. A maior autoridade para falar das testemunhas das reuniões referidas ontem pela Dr.<sup>a</sup> Eugénia Correia é a Dr.<sup>a</sup> Eugénia Correia, pela simples razão de que eu não participei nessas reuniões. Tive relatos dados por quem? Pelos participantes e pela Dr.<sup>a</sup> Eugénia Correia.

Portanto, tudo, quando... Reporto às declarações... Claro! Como eu disse no início, coisas que eu fiz, cabe-me a mim explicá-las, coisas que outros fizeram, em que outros participaram e das quais eu tive conhecimento, os melhores intérpretes são aqueles que, de facto, nelas participaram.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu ponho por escrito!

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Nas reuniões onde eu estive não há testemunhas, há participantes nas reuniões. E o que eu estou a dizer é só isso. Portanto, eu não percebo a sua baralhação, Sr. Deputado.

O inquérito policial está em curso, e eu aqui...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O inquérito?



O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sim, como é público, é público. Acho que ainda agora saiu uma notícia a dizer que a Polícia Judiciária tem as imagens...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O inquérito do Ministério.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Ah, o inquérito! Ah, sim...

Sr. Deputado, eu não tenho razão nenhuma para abrir nenhum inquérito. Está muito claro, para mim, o comportamento de cada uma das pessoas, e a pessoa que devia ser punida — neste sentido, exonerada — já o foi. Portanto, não vou abrir nenhum inquérito para apurar o que quer que seja, porque entendo que aquilo que já sei e que já está devidamente apurado é suficiente.

Termino, com a resposta ao Deputado Paulo Moniz.

O Sr. Deputado pergunta se eu acordo com vergonha. Não, Sr. Deputado. Acordo todos os dias com o sentimento de dever e obrigação de cumprir o meu trabalho, que cumpro com orgulho, sentido de dever e, espero eu, competência, Sr. Deputado. É assim que eu acordo todos os dias e faço o meu trabalho.

E, acredite, Sr. Deputado, aquilo que eu valorizo é a confiança do Sr. Primeiro-Ministro na capacidade de eu executar o meu trabalho, que tenho, acredite, e no trabalho que executo. É só isso, e mais nada, que valorizo e que me dá ou tira noites de sono. Mais nada, acredite, Sr. Deputado, mesmo mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, sobre esta questão das testemunhas, para ajudar o Sr. Ministro, farei um requerimento por escrito, que depois será submetido a votação.

Mas há aqui uma pergunta que não foi respondida claramente. Eu perguntei sobre as fotocópias, uma vez que o Sr. Ministro, enfim, deu muita ênfase a esta questão das fotocópias, e já a chefe de gabinete tinha dado ontem, embora hoje com mais relevo.

Eu perguntei claramente de que matérias é que tratavam. Ainda que o Sr. Ministro possa não conhecer todas as matérias, disse aqui uma coisa: é que não eram só sobre a TAP. Portanto, saberá, pelo menos...

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, não, não! Sr. Deputado, não disse isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não seria só sobre isso.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu não disse isso, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos deixar o Sr. Deputado terminar. Terá oportunidade, depois, de replicar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Vamos tentar terminar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não, isto não é uma intervenção, é uma pergunta, foi a pergunta que eu fiz.

Portanto, aquilo que eu gostava de perceber é de que matérias, que constem de algumas dessas fotocópias, é que o Sr. Ministro já tem conhecimento. Também perguntei sobre os cabos submarinos em concreto, e isso não foi respondido.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, o Sr. Ministro terá oportunidade de responder.

Deputado Bernardo Blanco, faça favor também, que é para depois o Sr. Ministro responder em conjunto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, eu fiz quatro perguntas e, tirando a da polícia, que nem foi a mim diretamente, foi a outro Sr. Deputado, não tive nenhuma pergunta respondida.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Ó Sr. Deputado, diga só...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Até posso ler muito rapidamente.

Primeiro, disse que, muito possivelmente, afinal, tinha falado com o Mendonça Mendes em casa, que lhe tinha dito para ligar para o SIS, e depois é que tinha ido para o Ministério. E o que eu lhe tinha perguntado era: se era assim tão urgente recuperar o computador, porque é que não ligou para o SIS em casa, ou, no limite, no caminho? Porque é que ainda foi para o Ministério primeiro e só mais tarde é que tratou disto?

Segundo: na conversa que teve com o Primeiro-Ministro, à 1 hora da manhã, o que é que lhe disse? O SIS foi ativado ou não? E o que é que o Primeiro-Ministro lhe respondeu?

A terceira era a questão das videovigilâncias, mas, pelo seu acenar de cabeça, há pouco, percebi que concordava que as câmaras...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Sr. Deputado, de facto, sobre a questão de eu ter dito que não há um registo de entrada, a videovigilância vai demonstrar a que horas eu entrei no Ministério. Tem toda a razão.

Sr. Deputado, no final contei o que tinha acontecido, contei que tinham ligado ao SIS, não... O Sr. Primeiro-Ministro só tomou conhecimento das coisas porque tudo aconteceu antes disso.

Qual era a outra pergunta?

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Ah, sim.

Ó Sr. Deputado, liguei quando liguei à Polícia Judiciária, naquele momento. Depois eu entro, vejo que está lá a PSP... Liguei depois à Polícia Judiciária, portanto...

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Mas eu não liguei ao SIS.

O Sr. **Presidente**: — Tem de ligar o microfone, Sr. Deputado.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu não liguei ao SIS. Portanto, foi dito que as duas entidades com responsabilidades nesta matéria eram o SIS e a Polícia Judiciária. Foi só isto, quanto ao caso do computador. Mas eu não liguei ao SIS, como já disse, Sr. Deputado.

A questão das fotocópias: Sr. Deputado Hugo Carneiro, eu não disse que as fotocópias não eram da TAP. Não foi isso que eu disse. O que eu disse foi que havia a presunção de que todas as fotocópias tiradas e todos os documentos eram no trabalho de recolha de informação para enviar à CPI. E o que se percebeu é que isso não era inteiramente assim.

Repare...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O que é que isso quer dizer?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — O que quer dizer é que foram tiradas fotocópias, ou feitas impressões, não para enviar para a CPI, mas para outras coisas, que eu não sei o que são. E isto não significa que não sejam da TAP. Portanto, não...

Sobre não ter informação nenhuma sobre a questão de o computador de Frederico ter... Acho muito estranho que tenha. Frederico Pinheiro não trabalhava de todo nessas matérias, nunca trabalhou nessas matérias, são outros adjuntos completamente diferentes, dos cabos submarinos, sim.

Repare, enquanto há razão para haver imensos documentos da TAP no computador de Frederico Pinheiro, não há nenhuma razão para haver documentos sobre cabos submarinos. Posso eu atestar que tenho a certeza absoluta de que não...? Não, mas não há nenhuma razão; da TAP, sim, porque era nisso que ele trabalhava.

O Sr. **Presidente**: — Mesmo para terminar, Deputado Bernardo Blanco, faça favor, para uma última questão.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já não é uma questão, Sr. Presidente, era só uma clarificação, até para o relatório, porque o Sr. Ministro disse que,

quando falou com o Sr. Primeiro-Ministro, o informou de que o SIS tinha sido ativado.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, não é ativar... Repare, ninguém ativou o SIS.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Eu contei-lhe tudo o que tinha acontecido, fiz-lhe a descrição possível dos factos, foi só isto. Tipo, à 1 hora da manhã, já não me lembro de quando é que isso aconteceu.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, deixe-me repetir a pergunta: o que é que disse ao Sr. Primeiro-Ministro? E disse-lhe ou não que o SIS — não vamos dizer «tinha sido ativado» — tinha feito uma intervenção?

O Sr. **Presidente**: — Esta é mesmo a última questão para o Sr. Ministro responder, definitivamente.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Não, uma intervenção...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O que é que disse ao Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Repare, sobre uma intervenção não informei, porque a única coisa que eu posso informar é que foi feito um reporte. Não posso informar mais nada porque não sei, não tenho conhecimento.

Obviamente, como disse ontem, e bem, a chefe do meu gabinete, a responsabilidade terminou no reporte. Quanto ao mais, não somos as autoridades que podem dizer nada sobre essa matéria, porque não conhecemos, não ordenamos, não mandamos, não controlamos.

Portanto, a única intervenção do gabinete nesta questão do SIRP, originalmente, pelas razões já...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, foi que falaram ao telefone com o SIRP.

O Sr. **Ministro das Infraestruturas**: — Foi só um reporte, ou seja, alertou só para a questão: «Há um computador fora daqui com informações para serem classificadas.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos mesmo parar, vamos mesmo parar.

Sr. Ministro, muito obrigado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito obrigado.

Sr. Ministro, muito obrigado pela sua disponibilidade.

Até amanhã e desejo-vos um bom dia de trabalho amanhã.

Está encerrada a reunião.

*Era 1 hora e 17 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.